

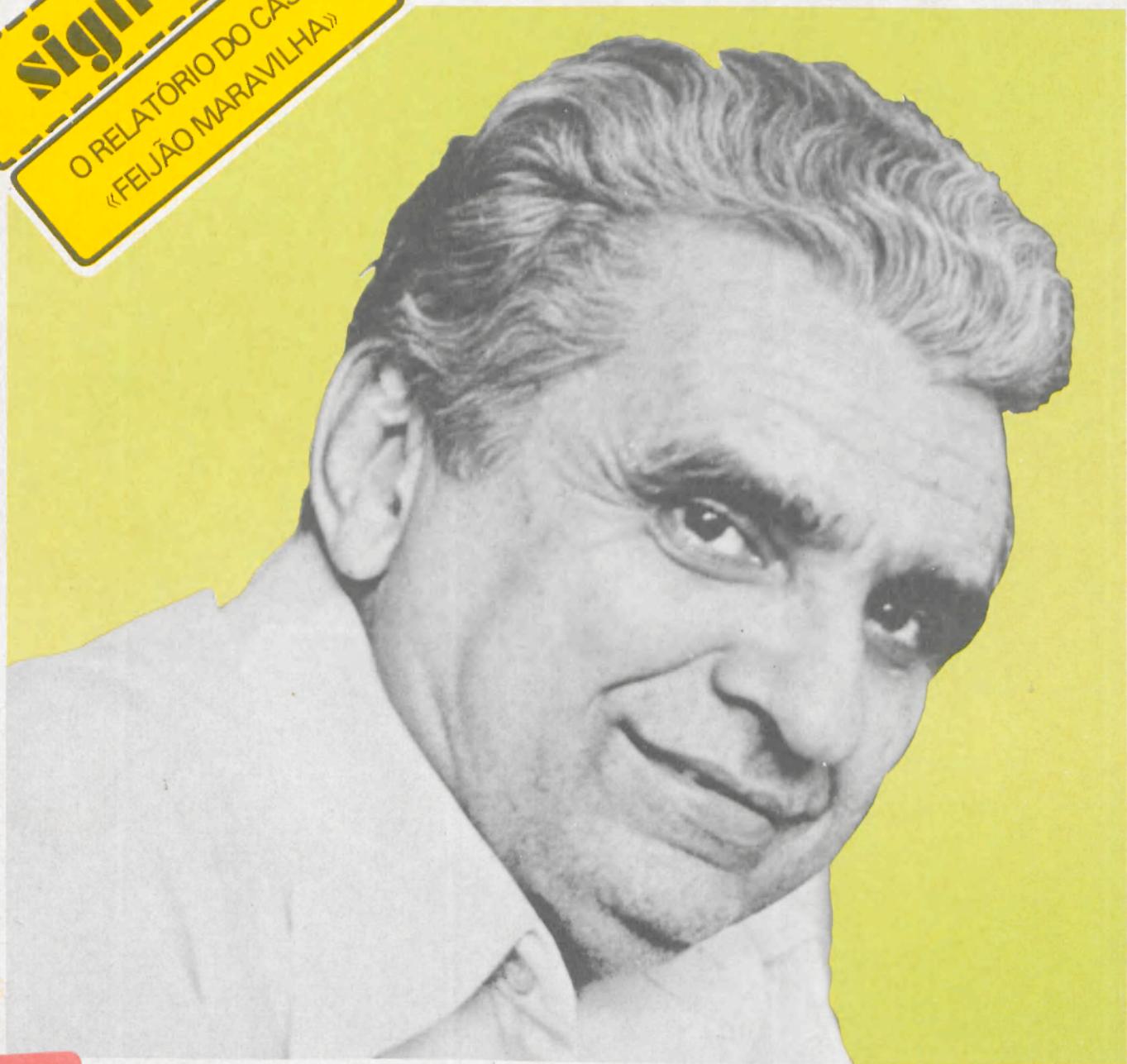
RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

ANO X — N° 105 — AGOSTO/79 — Cr\$ 50,00

sigiloso

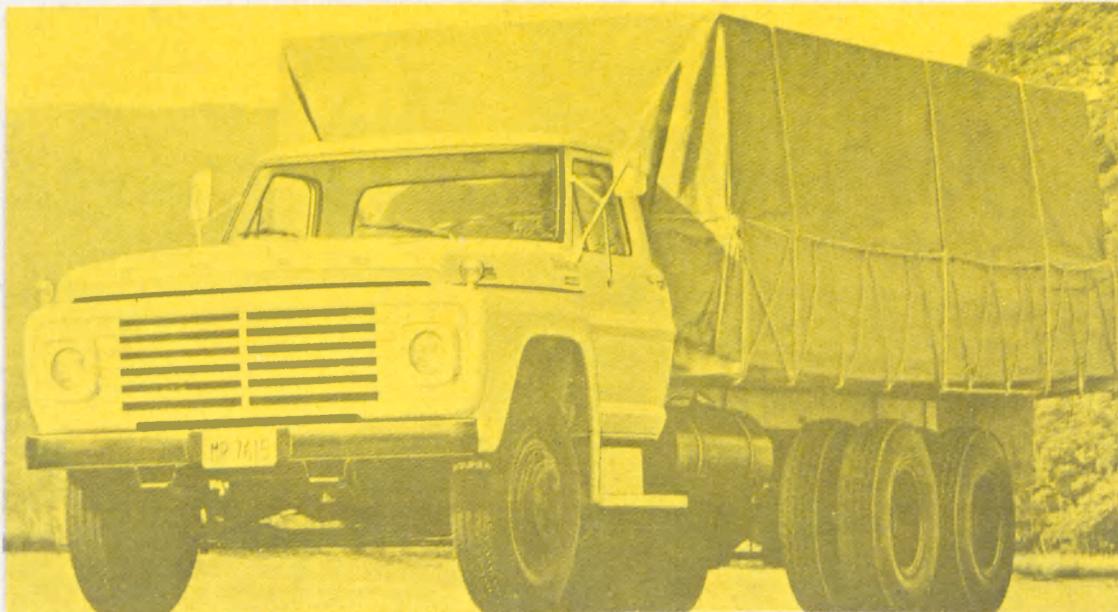
O RELATÓRIO DO CASO
«FEIJÃO MARAVILHA»



410

ALUIZIO ALVES

De novo no poder ?



FORD F-7.000



FORD F-8.000



Pense forte, pense FORD

REVENDEDORES AUTORIZADOS EM NATAL:

GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

MATRIZ: Av. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-4586, 231-3097 e 231-4272.

FILIAL: Rua Presidente Bandeira, 656 — Fones: 231-4586.

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Paulo de Souza Lima
Petit das Virgens
Sávio Ximenes

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

Fotografia

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves
Francisco das C. Martins

Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 50,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 60,00.

Reportagens



ALUIZIO ALVES:

De novo no poder? 6

Especialistas em Direito do Trabalho dizem o que deve mudar na CLT 14

Cinco anos e um pacote de tecnologia: o saldo positivo do Projeto Camarão 18

Enquanto prossegue a transição, investidor se afasta do mercado 24

A inflação, segundo os professores de economia da UFRN 28

A "febre" do PX chega ao RN 32

Relatório sigiloso dos deputados confirma: a CIDA é culpada 34

RN ingressa na era da medicina nuclear 40

RN terá Companhia das Docas. E o porto de Natal vai melhorar? 48

Prefeitura busca recursos externos para cumprir os seus programas 50

Meta da CDM é perfurar mais poços e pesquisar minérios 53

Secções

Homens & Empresas 4

Agenda do Empresário 62

Direito Econômico 62

Agenda do Empresário 22

Artigos

Pedro Simões Neto

Política e Desenvolvimento 44

Otomar Lopes CARDOSO

Turismo e Porto Livre para Natal 47

Paulo Pereira dos Santos

Algaroba — opção para o reflorestamento do Nordeste 60

HOMENS & EMPRESAS

CENTRO EXPEDITO AMORIM JÁ TEM DATA INAUGURAL

O Centro Integrado SESI/SENAI, já batizado de «Centro Expedito Amorim», em justa homenagem ao presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte e atual ministro do Superior Tribunal do Trabalho, que é o principal responsável pela sua construção, será inaugurado no dia 12 de outubro, data em que se encerra o mandato de Expedito na FIERN, tomando posse em seu lugar o engenheiro Fernando Bezerra. O ministro do Trabalho já confirmou sua presença à festa de inauguração.

A. AZEVEDO TEM NOVOS LANÇAMENTOS

Em regime de incorporação, a Construtora A. Azevedo Ltda. está dando início à construção de 10 casas de veraneio na praia de Jacumã, vizinho a Muriú, todas à beira-mar, e que estarão concluídas até meados de dezembro. Cada unidade custará em torno de Cr\$ 800 mil, podendo receber financiamento de qualquer agente financeiro do BNH. Outro lançamento da A. Azevedo é um edifício de apartamentos na avenida Miguel Castro, em Natal, em frente à sede do DER. O prédio terá três andares e cada apartamento terá 3 quartos com suíte, devendo estar concluído dentro de seis meses. A comercialização desses empreendimentos está a cargo da imobiliária do próprio grupo A. Azevedo e da Imobiliária Santos.

EDIFÍCIOS NA ESTRADA DE PONTA NEGRA

Um consórcio formado pelas Construtoras A. Azevedo e Proex (Projeto e Execução de Engenharia Ltda.) investirá Cr\$ 40 milhões na construção de um conjunto de edifícios de apartamentos à margem da estrada que liga Natal à Praia de Ponta Negra. A obra será iniciada nos primeiros dias de setembro. Serão 66 apartamentos com garagens.

RN/ASSESSORIA PROMOVE CURSO PARA CORRETORES

RN/Assessoria Econômica e Treinamento Profissional S/C Ltda., coligada ao grupo RN/ECONÔMICO, estará promovendo em Natal de 25 de setembro a 20 de dezembro do corrente ano o 1º Curso de Atualização em Negócios Imobiliários, contando com o apoio do CRECI, da Associação dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Norte e da Federação das Indústrias. Ministrado por autoridades na área do Direito Imobiliário, Marketing e Promoção de Vendas, Incorporações, Documentação e Registro Público, Loteamentos, Ética Profissional, Sistema Financeiro da Habitação, Comunicação Empresarial e Relações Públicas, o curso terá duração de 80 horas, com aulas noturnas três dias por semana. Serão oferecidas cerca de 50 vagas a profissionais desejosos de aprofundar e atualizar seus conhecimentos no ramo imobiliário. As aulas serão no auditório da FIERN. Para inscrição, os interessados devem procurar RN/ECONÔMICO (telefones: 231-1873 e 231-3576).

INDÚSTRIA CERÂMICA CRIA COOPERATIVA

Nada menos do que 32 empresas que atuam na produção de tijolos e telhas no Rio Grande do Norte se reuniram para compor a Cooperativa das Indústrias da Cerâmica — CONCERN —, que já foi fundada e instalada, provisoriamente, junto aos escritórios da firma Melo Ltda., na rua Henrique Castriciano, em Natal. Foi também eleita a primeira diretoria da entidade: presidente — Antônio Ferreira de Melo; diretor-financeiro — José Reis de Oliveira; diretor-comercial — Haroldo Azevedo; e diretor-secretário — Ricardo Freire. Dois terços das cerâmicas existentes no Estado tomam parte da Cooperativa, cujo objetivo principal é a busca do ordenamento do mercado.

COMIND INAUGURA AGÊNCIA EM NATAL

O Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A — COMIND — inaugurou a sua agência de Natal nos primeiros dias de agosto, em solenidade à qual compareceram as mais representativas autoridades do Estado além de grande número de industriais, comerciantes e profissionais liberais da cidade. O gerente do COMIND, Péricles Amorim, informa que somente na data da abertura da agência foram captados depósitos da ordem de Cr\$ 8 milhões.

ADVOCACIA DE EMPRESAS UM NOVO ESCRITÓRIO

Os advogados Pedro Simões Neto, Joventina Simões Oliveira, Pedro Avelino Neto e Francisco Pires Pessoa se associaram num novo escritório de advocacia, passando a oferecer assistência exclusivamente a empresas comerciais e industriais, em especial àquelas que estão vinculadas ao mercado imobiliário. O endereço é rua Mipibu, 719.

ÁGAPE EMPOSSA SEUS DIRIGENTES

O Ágape Clube de Natal, que congrega executivos que se dedicam às atividades do poder público e da iniciativa privada, além de muitos profissionais liberais, acaba de eleger e empossar sua nova diretoria para o próximo biênio. À frente do Clube está agora José Galvão Gondim, diretor da Comercial Wandick Lopes S/A. Para auxiliá-lo, foram eleitos: Nelson Freire — vice-presidente; Ilo Fernandes Costa — secretário; Luiz Benévolo Dantas — segundo-secretário; Dario Pereira de Macedo — tesoureiro; Edvalson Borba — segundo-tesoureiro; e Nicodemos Couto da Silva — relações públicas.

HOMENS & EMPRESAS



DUBOM RECEBE MAQUINARIA

A **DUBOM S.A.**, fábrica de sabonetes que o grupo *Jaime Peixoto* está implantando no município de Eduardo Gomes, às margens da BR-101, já está recebendo as primeiras máquinas para o seu parque industrial. A foto acima registra a chegada do primeiro caminhão trazendo equipamentos procedentes de São Paulo. O cronograma de implantação do projeto está sendo rigorosamente cumprido e em 1980 a **DUBOM** entrará em operação.

POTYCRET AMPLIA LINHA DE PRODUÇÃO

A **POTYCRET — Produtos de Concreto Ltda.**, principal indústria de pré-moldados de cimento do Estado com unidades de produção em Natal e Mossoró, está partindo para ampliar ainda mais as suas linhas de produtos, ingressando inclusive na fabricação e comércio de lajes e pretendidos em geral. A fábrica natalense, localizada no bairro do Bom Pastor, será em breve transferida para o município de Eduardo Gomes, passando a ocupar uma área de 11 hectares. Por outro lado, **Bernardino Meireles**, diretor da **POTYCRET**, informa que o outro ramo a que o seu grupo se dedica — que é a produção de britas selecionadas — tem recebido um tratamento especial. Recentemente, a empresa investiu Cr\$ 12 milhões na modernização da sua pedreira na localidade de Serrinha, com a aquisição de máquinas e equipamentos modernos, com isto conseguindo elevar a produção diária de 200 para 700 metros cúbicos de brita.

MAISA TRANSFERE 2.700 RESES PARA O MARANHÃO: SECA

Em decorrência da seca, a maior dos últimos 30 anos no Rio Grande do Norte, a pecuária do Estado atravessa dias extremamente difíceis, sendo esperada uma redução de mais de 50 por cento em nosso rebanho. Os criadores, de uma maneira geral, estão apressando a venda do gado para o abate ou entregando-o a compradores de outros Estados a preços baixos. Somente alguns grandes criadores, que dispõem de terras e pastagem em Estados menos atingidos pela estiagem, estão conseguindo conservar seus rebanhos, mesmo assim precariamente. É o caso da **MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A)**, que conta com um rebanho de 4.500 cabeças, das quais 2.700 já foram transportadas para o Vale do Grajaú, no Maranhão. Só ficaram nas terras da **MAISA**, em Mossoró, os animais novos, por serem mais resistentes. Ainda assim, se a situação se agravar, novos lotes serão transferidos.

SAFRA DE CAJU É UMA INCÓGNITA

Embora as opiniões dos plantadores de caju do Estado estejam divididas quanto às perspectivas da safra que se inicia em setembro, a verdade é que a floração dos cajueiros — apesar de ter havido pouquíssima chuva nas regiões Oeste e Litorânea — chega a animar. **José Nilson de Sá**, diretor-presidente da **MAISA** (empresa que cultiva 1,5 milhão de cajueiros), acredita que somente dentro dos próximos 20 dias será possível dizer com segurança se teremos ou não uma boa safra. Em todo caso, a meta da **MAISA** é atingir a produção de 30 mil toneladas de pedúnculo e 3 mil toneladas de castanha. Com o beneficiamento do pedúnculo deverão ser produzidas em torno de 10 mil toneladas de suco de caju. Mas tudo vai depender do comportamento da safra, que começa em setembro e se estende até janeiro. Por outro lado, embora utilize técnicas de irrigação, a **MAISA** perdeu este ano 60 por cento da sua produção de graviola e 80 por cento da de pinha, e apenas a cultura do melão está alcançando resultado satisfatório. Havia sido preparados 400 hectares de terras para culturas de subsistência (feijão e milho), que nem chegaram a ser utilizados. Nos últimos dez anos, o menor índice de pluviosidade da **MAISA** tinha sido 400 milímetros. Este ano, porém, até agora, só caíram 200 milímetros de chuva na região. Mas, apesar da seca, o grupo **EIT** já realizou investimentos de Cr\$ 150 milhões, no seu projeto agro-industrial, de janeiro até agora, incluídas as immobilizações.

ARTEC ABRE FILIAL EM RECIFE

Alamarr Maurien, diretor da **ARTEC (Artigos Técnicos Ltda.)**, empresa que lidera o comércio de materiais de desenho, engenharia, pintura e arquitetura em Natal, comunica a abertura da sua filial em Recife, à rua 7 de Setembro 464.



ALUIZIO ALVES

**De novo
no poder ?**



Os últimos 15 anos de eleições indiretas, de governadores e senadores biônicos, de líderes cassados, de repressão e censura, serviram para gerar uma quase indiferença e para arrefecer o fanatismo do povo do Rio Grande do Norte pela política. Mas, ainda assim, ninguém neste Estado foge de uma discussão sobre os erros e acertos dos administradores ou legisladores. E se alguém levanta o problema da sucessão do governador Lavoisier Maia, daqui a apenas 3 anos e poucos meses, logo a imaginação se solta. São lembrados os nomes, analisadas as chances dos homens públicos locais que de um modo ou de outro poderiam chegar à disputa. Muito provavelmente, deveremos ter um governante eleito pelo sufrágio universal e secreto, o que anima ainda mais o debate sobre o futuro ocupante do Palácio Potengi. No momento, os nomes mais lembrados, pela ordem, são os seguintes: *Aluizio Alves*, ex-governador de 1961 a 1965, que já se lançou candidato à reeleição; *José Agripino Maia*, atual prefeito de Natal; *Tarcísio de Vasconcelos*

Maia, também ex-governador; *Jessé Pinto Freire*, com três mandatos de senador, ocupando ainda a presidência da Confederação Nacional do Comércio há mais de uma década; *Ney Lopes de Souza*, ex-deputado federal que teve o mandato cassado pelo AI-5 e agora reabilitado politicamente pela anistia; *João Faustino Ferreira Neto*, deputado federal mais votado do Rio Grande do Norte nas últimas eleições; *Florêncio de Queiroz*, também deputado federal, com três mandatos, ligado a grupos econômicos do setor salineiro; *Dix-huit Rosado*, ex-senador, que já disputou, pela via indireta, três vezes a governança; *Agenor Maria*, senador pelo MDB; *Fernando Bezerra*, empresário bem sucedido, recém-eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado; *Diógenes da Cunha Lima*, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A partir desta edição, RN/ECONÔMICO passa a analisar cada um desses nomes, e outros que possam eventualmente surgir nesses tempos de abertura. Agora, é a vez de *Aluizio Alves*.

Marcos Aurélio de Sá

Um quase sessentão milionário, talvez um dos homens mais ricos do Rio Grande do Norte; um político que começou do nada, seguindo os passos e imitando com perfeição o estilo dos líderes mais velhos, a ponto de superá-los e de reunir ao seu redor o maior poder eleitoral que a história do Estado já registrou; um ex-governador absolutista e centralizador, radical no favorecimento dos amigos e mais radical ainda na perseguição dos inimigos; um líder político sem ideologia; um empresário habilidoso que trabalha preferencialmente com financiamentos oficiais e incentivos fiscais do Governo.

Estas, entre outras, são algumas das características daquele que se prepara para assumir o Governo do Estado a partir de março de 1982 — *Aluizio Alves*.

A GENTINHA — Detratando de todas as formas os adversários, tripudiando sobre os vencidos, *Aluizio Alves* se transformou nos anos 60 no maior fenômeno político-eleitoral de que se tem notícia no Rio Grande do Norte. Ele elegeu-se governador numa campanha memorável, conseguindo fanatizar completamente o povo mediante técnicas de comunicação avançadas para a época e pa-

ra o lugar, tais como o uso de símbolos, *slogans*, retórica adaptada ao nível da massa. O seu apelo mais forte era a convocação do eleitorado para uma vingança coletiva contra o então governador Dinarte Mariz, a que ele acusava de graves crimes contra o patrimônio público. E ele, *Aluizio*, seria, pela vitória nas urnas, o instrumento principal dessa vingança, pois aparecia como uma vítima de Dinarte, que lhe negara o apoio partidário (UDN), para que ele concorresse ao Governo. Assim, unindo-se aos adversários de Dinarte Mariz (o PSD), ele partiu para o desafio. Fazendo oposição e explorando tão

bem as condições que o favoreciam, não teve dificuldades em derrotar o candidato situacionista Djalma Maranhão. Ao assumir o poder no Estado, continuou o mesmo ritmo de comunicação com o povo, como se ainda estivesse em campanha. Comprando uma emissora de rádio (a Cabugi), ele mantinha constante contato com a massa, aproveitando qualquer ato público para realizar comícios e passeatas quilométricas. Os seus símbolos (a bandeira verde, os galhos de árvores, a mão fechada com o polegar em riste), as palavras estratégicas que o representavam (*esperança, cigano*), de repente se espalharam por todos os quadrantes do Estado. E tudo era muito compreensível: afinal, o povo pobre e sem instrução (que ele chamava de «minha querida genticinha») precisava acreditar em alguma coisa. E Aluizio o fez acreditar que o ex-governador Dinarte Mariz tinha sido o culpado pela miséria e abandono a que estavam todos relegados, e que ele, Aluizio, seria a solução para o problema de todos. O próprio hino oficial do novo chefe vendia essa expectativa, tendo em sua letra trechos como esse: “... assistência e cuidado p'ro agricultor, melhores salários p'ro trabalhador. Com a energia de Paulo Afonso, industrialização; para a mocidade potiguar, saúde e educação...”.

Como o subdesenvolvimento da nossa região era e ainda é um problema conjuntural secular, não seria em cinco anos de Governo que Aluizio Alves iria conseguir mudar o quadro. Talvez a partir daí o povo tenha entendido que houve exagero na mensagem do aluizismo, embora continuasse firme com ele, até pela falta de concorrente com idéias melhores.

QUEM GOSTA, REPETE — A obsessão pelo poder nunca foi escondida por Aluizio Alves. Quando deixou o Governo em 31 de janeiro de 1965, transferindo-o para as mãos do seu correligionário Monsenhor Walfredo Gurgel, ele já anunciava bem alto o seu retorno ao cargo nas eleições de 1970, perante uma multidão que delirava com fanatismo, agitan-



Foto de 1960. Aluizio Alves tendo à esquerda o Monsenhor Walfredo Gurgel, e à direita Theodorico Bezerra e Aluizio Bezerra, os líderes do PSD, que deram suporte partidário à sua candidatura.



O povo, que Aluizio chamava de «minha querida genticinha», fanatizou-se com a sua mensagem.



Entre o então Presidente da República, João Goulart e o vice-governador Clóvis Motta, o governador Aluizio Alves, às vésperas da Revolução de 64.



Hoje, como no passado (a foto é de 1963), Aluizio continua correligionário do banqueiro Magalhães Pinto.



O Presidente Castello Branco não cassou Aluizio (sua cassação viria no Governo Costa e Silva), mas impediu sua candidatura a senador.



Depois de cassado, Aluizio se transformou em empresário. Associado a José Luiz Moreira de Souza, ele trouxe o grupo UEB para o Rio Grande do Norte.

do no ar imensos galhos de mangueiras e pés de mamão.

A essa altura, o País já se encontrava sob a égide da Revolução de Março, comandado pelo marechal Castello Branco. Não interessava aos militares no poder a existência nos Estados de lideranças civis muito fortes, a ponto de homens como Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Juscelino Kubitschek — que inclusive ajudaram a fazer a Revolução — terem sido expurgados da vida pública através de atos de cassação política. Não tendo o Rio Grande do Norte importância em termos nacionais, o problema *Aluizio* não foi encarado com tanto rigor na primeira hora. Castello Branco apenas vetou a sua candidatura a senador, em 1966, mas permitiu que ele concorresse a uma cadeira na Câmara Federal. Só em 1969, quando o presidente da República já era o general Costa e Silva, Aluizio foi cassado, num golpe que atingiu também a cabeça de outros membros do clã dos Alves, como os irmãos Agnelo e Garibaldi, que então exerciam mandatos de prefeito de Natal e de deputado estadual, respectivamente.

Submetido ao silêncio, ainda assim Aluizio continuou sendo uma lenda na política do Rio Grande do Norte. Falando sub-repticiamente pela voz jovem e insegura de um filho de apenas 21 anos de idade lançado de improviso na vida pública, ele deu uma demonstração de força ao eleger esse filho (Henrique Alves) o mais votado deputado federal do Brasil, em termos proporcionais. Mas observando que de fato as portas da política estavam fechadas para si, Aluizio, depois de perambular em algumas experiências profissionais, resolveu ser empresário. Sua primeira investida foi no campo editorial, no Rio de Janeiro, onde, com apoio financeiro de alguns amigos, instalou uma firma que se dedicaria ao lançamento de livros de autores nacionais e estrangeiros. Ele chegou a comprar no exterior o *copyright* de alguns *best sellers*, mas que redundaram em fracassos no Brasil. Em pouco tempo, a editora estava insolvente. Bem relacionado no Rio, logo Aluizio encontrava



Na inauguração das indústrias UEB, Aluizio Alves ao lado dos sócios japoneses.

outra área para atuar: incentivos fiscais. Não foi difícil para ele convencer grandes grupos econômicos a se interessarem pelo Nordeste, com o apoio da SUDENE. Um desses grupos, a União de Empresas Brasileiras, não só seguiu seu conselho como lhe deu um cargo de diretor, ao confirmar sua capacidade de negociar empréstimos, incentivos oficiais, isenção de impostos, participações acionárias, doações de terrenos pelo poder público, e tantas outras tarefas essenciais a um grupo sem muitos recursos próprios. Logo o grupo UEB se transformou no maior projeto da SUDENE no Rio Grande do Norte, consumindo vários bilhões de cruzeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste, do 34/18, do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), além de grandes somas em dólares, aplicadas no negócio pelo grupo japonês *Ataka* (que logo se retirou do empreendimento) e pelo grupo norte-americano *Burlington*.

O grupo UEB atua em diversos pontos do País, na área de confecções, hotelaria, empreendimentos imobiliários, comércio varejista e

mercado de capitais. Neste último setor, sofreu a intervenção do Banco Central tempos atrás. No Rio Grande do Norte, fazem parte da União de Empresas Brasileiras as seguintes indústrias: Indústria Têxtil Seridó S/A (fábrica de tecidos), Sparta Confecções do Nordeste S/A (fábrica de roupas masculinas), Indústria de Cartonagem S/A (fábrica de caixas de papelão e sacolas), e a Ducal Hotelaria e Turismo S/A, que mantém o Ducal Palace Hotel. Todas essas empresas são deficitárias e já recorreram ao processo de concordata, do qual se livraram recentemente.

Liderado por José Luiz Moreira de Souza, empresário carioca, o grupo UEB tem uma diretoria capaz de abrir as portas de qualquer ministério, de qualquer banco oficial ou de qualquer Governo do Estado.

ALUÍZIO HOJE — Nenhum político do Rio Grande do Norte possui, hoje, mais condições de aspirar o Governo do Estado a partir de 1982 do que Aluizio Alves. Ele, além de manter acesa uma liderança populista, alcançada a partir de 1960 quando venceu a mais renhida disputa eleitoral de que se tem notícia em nossa história, conta agora com uma

supestrutura econômico-financeira e com o respaldo da maior cadeia de comunicação social (de sua propriedade pessoal), que já se montou nesta terra. Sem desprezar, naturalmente, o apoio maciço da máquina administrativa estadual, que obedece à sua orientação, embora os múltiplos erros que o Governo vem acumulando não possam de modo algum desgastar Aluizio. Diante da opinião pública ele não aparece como homem do sistema, embora o governador Maia Sobrinho o trate de «maior líder do Estado».

O ex-governador Tarcísio Maia, para continuar com a sua família no poder, não teve outro caminho que não fosse o conchavo com os Alves, pois sem o prestígio eleitoral de Aluizio ele não poderia aparecer em Brasília, perante o ex-Presidente Geisel e seu ministro Golbery, como uma força política capaz de reivindicar e conseguir a indicação de um governador que era seu primo e que nunca sequer cumprira nem mesmo um mandato de vereador, como de fato conseguiu. Somando-se, ainda, o fato do próprio Tarcísio quase ter abisoiado um ministério no Governo do Presidente Figueiredo; de ter, enfim, ficado na presidência de duas empresas estatais (a Álcalis e a Al-



Milhares de pessoas, revivendo as campanhas aluizistas, acorreram à inauguração das indústrias de Aluízio.

canorte); e de ter nomeado o filho José Agripino para prefeito de Natal, o que lhe assegura, no mínimo, uma deputação federal em 1982. Assim, reservando ainda outras posições vantajosas para outros membros da sua família, deve ter sido perfeitamente justificável para Tarcísio Maia facilitar o caminho da volta de Aluízio ao Governo. E tão tranquila essa volta — segundo as pessoas mais ligadas ao esquema Maia-Alves — que no momento uma das preocupações de Aluízio e Tarcísio é definir os nomes daqueles que dentro de 3 anos e meio vão ocupar os postos-chaves da administração pública no Rio Grande do Norte. E entre as definições mais assentadas estão as seguintes: governador — Aluízio Alves; prefeito de Natal — Garibaldi Alves Filho (sobrinho de Aluízio); senador — Agnelo Alves, tendo como suplente Lavoisier Maia; deputados federais — Henrique Eduardo Alves e José Agripino Maia; reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Cláudio Emerenciano (sobrinho-afim de Aluízio); Tarcísio Maia continuaria na Alcalis, ou iria para um ministério, com apoio do velho e imbatível «sistema de forças que elegeu o senador Jessé Freire».



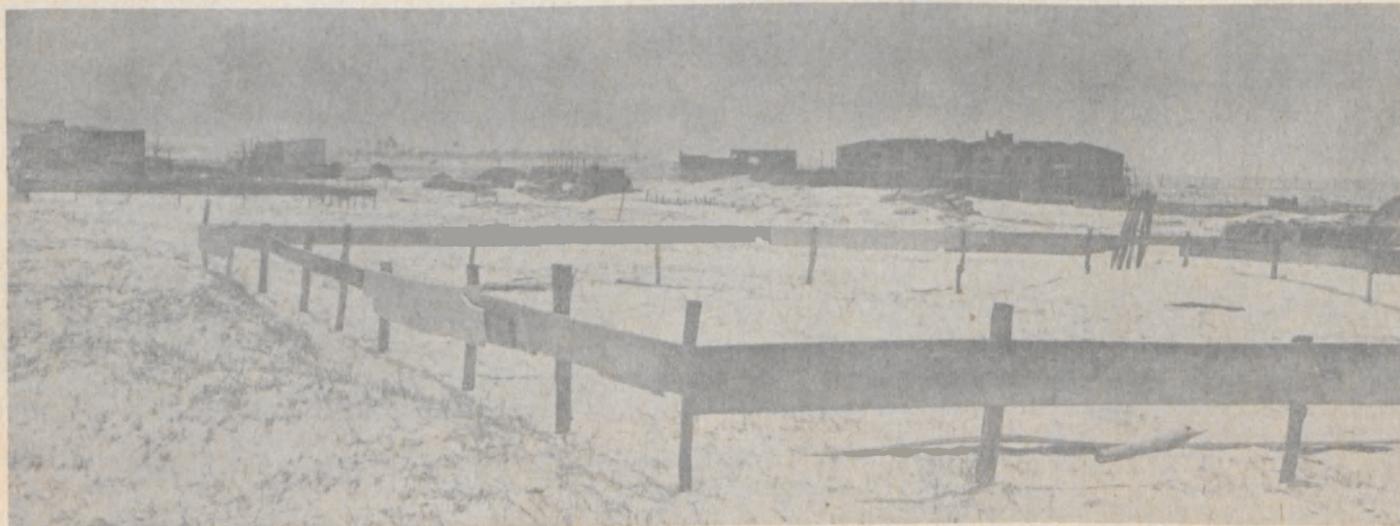
No mesmo dia em que Lavoisier Maia tomava posse, Aluízio Alves já se lançava candidato à sua sucessão.

Daqui até 1982 muita água correrá por debaixo da ponte, mas a aliança Maia-Alves tem tudo para sobreviver e para se popularizar ainda mais, principalmente agora que Aluízio reestrutura o seu jornal «Tribunal do Norte», que além de adotar uma linha progressista de esquerda também receberá um novo tratamento gráfico, passando a ser impresso em *offset* (investimento da ordem de Cr\$ 20 milhões). Os Alves são proprietários das duas emissoras de rádio mais ouvidas no Estado: a Cabugi (em Natal) e a Difusora (de Mossoró), e já iniciaram as

providências para implantar em Natal o primeiro canal de TV comercial, cujo funcionamento está previsto para dentro de um ano e meio, e no qual serão aplicados Cr\$ 50 milhões. E quanto aos Maia, eles continuam recebendo as «espontâneas» manifestações de apoio dos prefeitos do interior, tudo fazendo crer que conseguirão esvaziar qualquer oposição à volta de Aluízio. Afinal, um esquema semelhante serviu, no ano passado, para dar ao candidato do Governo ao Senado uma vitória com maioria de 80 mil votos. E por quê as coisas mudariam em 82?

TODAS AS CASAS VENDIDAS.

REBELO FLOR ACELERA A CONSTRUÇÃO



A construção das casas de veraneio, na Praia da Redinha, segue ritmo acelerado. A Rebelo Flor quer entregá-las neste fim de ano.

Todo negócio para progredir, exige de quem o dirige idéias arrojadas e iniciativas concretas. A Construtora Rebelo Flor está provando que este raciocínio é verdadeiro, depois de registrar pleno sucesso no recente empreendimento da «Casa de Veraneio» com o sistema identificado pelo slogan: «A CASA QUE CRESCE COM SUA FAMÍLIA, CERCADA DE SOL, DUNAS BRANCAS E DO AZUL DO MAR». As expectativas foram alcançadas, tendo a empresa vendido todas as unidades num prazo bastante inferior ao esperado. As casas já estão com as paredes levantadas e quem se dispõe a dar uma esticadinha até a Nova Redinha, observa que em futuro bem próximo aquele Distrito ganhará nova dimensão, reunindo habitação e lazer.

Como um sucesso leva a outro, declara o gerente-administrativo da Rebelo Flor, engenheiro Jorge Maurício Mororó, que «neste mês de setembro estaremos dando início à construção de um prédio de 36 apartamentos tipo duplex, objetivando atingir a mesma faixa de financiamento estabelecida no «Projeto Santa Rita», onde o custo da habitação será perfeitamente acessível, sendo observada prestação mensal em torno de Cr\$ 3.200,00, dando-se, assim, oportunidade às pessoas de rendimentos médios, para que desfrutem do privilégio de possuir a casa própria».

Os apartamentos foram projetados segundo o inegável bom-gosto do arquiteto Ubirajara Galvão, e será localizado

em área nobre da cidade de Natal, entre as Ruas Miguel Castro e a Romualdo Galvão, no bairro de Lagoa Nova, ponto hoje considerado equidistante dos extremos de Natal e onde a cada dia se constroem excelentes residências.

PARA ATENDER ESTUDANTES, SOLTEIROS E RECÉM-CASADOS — O engenheiro Efabio Peixoto, diretor da empresa, faz um realce do novo empreendimento, destacando o princípio da Rebelo Flor, que é o de partir com os seus planos de baixo para cima, e diz: «**Mudamos um pouco do sentido dado ao «Projeto Santa Rita», em termos de clientela. De preferência, esse novo lançamento que envolve a construção de 36 apartamentos, objetiva atender ao estudante, rapazes e moças solteiras, casais recém-casados ou casais sem filhos**». E acrescenta: «O arquiteto Ubirajara Galvão delineou o projeto, tendo como preocupação número um, atender às necessidades das pessoas nessa faixa, reunindo o espaço útil ao agradável». E conclui o diretor da empresa: «Tenho certeza de que registraremos em nosso acervo de empreendimentos, mais um sucesso integral».

Os pretendentes deste novo plano da Construtora Rebelo Flor, terão as mesmas fontes de financiamento daqueles que optaram pelo «Projeto Redinha», conforme informação do diretor Luiz Flor. Os financiamentos poderão ser con-

seguidos por qualquer unidade do Sistema Financeiro da Habitação: **Banorte, Caixa Econômica**, ou a própria **Rebelo Flor**, pelo Grupo Santos, que hoje está integrado ao ramo imobiliário encarregando-se da parte de vendas e promoções imobiliárias.

NOVOS PROJETOS — Novos lançamentos planejados dentro do mesmo sistema de abordagem ao natalense de menor poder de desembolso, serão realizados até o final do ano na área do lazer, quando a empresa promoverá a venda de novos loteamentos em praias próximas da cidade. Proximamente já será dada continuação ao projeto de casas de veraneio da Redinha, com o início da construção de novas casas, dentro de uma segunda etapa.

Como demonstrativo de sua reputação no meio empresarial, a Rebelo Flor está ultimando os acertos com o INOCOOP para a contratação de mais uma obra de grande porte, no setor da habitação. Trata-se de 300 apartamentos, localizados em área verde, próximo à BR-101 e vizinha à loja da Natal Veículos, logo após o Viaduto de Ponta Negra, cujo orçamento está em torno de Cr\$ 100 milhões.

«Com o início dessas novas obras, estaremos oferecendo uma média de 1.000 novos empregos no ramo da construção civil» — concluiu o gerente-administrativo da Rebelo Flor, engenheiro Jorge Maurício Mororó.

1º CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

O pessoal que atua no mercado imobiliário (corretores, construtores, incorporadores e investidores) vai ter uma oportunidade excepcional para aprofundar e atualizar seus conhecimentos. A partir de 25 de setembro próximo, RN/ASSESSORIA ECONÔMICA E TREINAMENTO PROFISSIONAL S/C LTDA. promoverá em Natal o 1º CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, ministrado por especialistas em Operações de Crédito Imobiliário, Documentação e Registro Público, Marketing e Promoção de Vendas, Administração de Imóveis, Loteamentos, Condomínios, Comunicação e Relações Públicas, Sistema Financeiro da Habitação, etc.

LOCAL: Auditório da Federação das Indústrias

DURAÇÃO: 3 meses, com 80 horas de aulas e painéis

TAXA DE INSCRIÇÃO: Cr\$ 2.500,00

NÚMERO LIMITADO DE VAGAS

INSCRIÇÕES: RN/ECONÔMICO e CRECI

PARA INFORMAÇÕES:

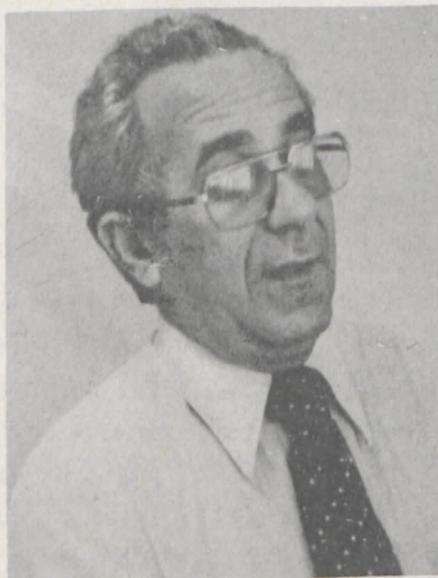
RN/ECONÔMICO — Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Fones: 231-1873 e 231-3576, no horário de 8:00 às 11:30 horas.

ESPECIALISTAS EM DIREITO DO TRABALHO DIZEM O QUE DEVE MUDAR NA CLT

Vem aí a nova Consolidação das Leis do Trabalho, trazendo grandes mudanças para as relações entre patrões e empregados. Advogados natalenses, atuantes na área do Direito do Trabalho, discutem e opinam sobre a nova lei.

O Governo preparou um anteprojeto de reforma da CLT que não mexe no essencial ou até piora as coisas; o adendo ao Direito de Greve, fonte de toda a legislação, veio para impedi-la e não para regulá-la, segundo a opinião do eminente jurista Raymundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. E o fato realmente, se analisado dentro do ponto de vista jurídico, merece esta conotação. O aumento da contribuição sindical, proposta para que os sindicatos deixem de ser subsidiados pelo Governo, já aparece como algo impraticável, pois no País 70% dos trabalhadores ganham até dois salários-mínimos, o que torna impossível exigir-se uma maior contribuição dos mesmos, como medida capaz de manter seus órgãos de classe em condição de autonomia.

AVANÇO OU RETROCESSO? — Desde 1974, quando uma comissão especial trabalhou para legislar, alterar e modificar a CLT, o assunto vem sendo estudado. Entregue em setembro de 1976, o estudo pronto, e não havendo um clima de abertura propício ao debate, o Governo resolveu mandar a matéria ao Congresso, inexplicavelmente, por etapas, não chegando o anteprojeto a ser examinado na íntegra. Com o surgimento de novos fatos políticos, tornou-se necessário refazer-se a Consolidação das Leis do Trabalho, que na opinião de Evaristo Morais Filho, um dos maiores juristas do País, foi elabora-



Varella Barca, presidente da OAB-RN, designou comissão de advogados para sugerir reformas na atual CLT.

da a toque de caixa «dando a varejo, para impedir o atacado».

Em artigos publicados na imprensa do Sul do País, Evaristo de Morais Filho, professor de Direito Trabalhista no Rio de Janeiro, relata fatos interessantes, dentre os quais uma imposição da *Comissão Abink*, que esteve no Brasil em 1949/1950. Segundo o jurista, que afirma ter provas documentais, essa missão americana esteve em nosso País e impôs que, para haver intercâmbio de capitais americanos, seria necessário o desaparecimento de duas leis sindicais existentes até então no Brasil: relação dos dois ter-

ços e estabilidade, e isso, praticamente foi conseguido, com a comentada Lei do Fundo de Garantia, feita sob grande pressão das multinacionais.

No entender do deputado do MDB e advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, Almir Pazzianotto, desde a sua implantação até o momento atual, a CLT não progrediu em nada; muito pelo contrário, até que regrediu. Cita também o caso da Participação nos Lucros, que nenhum avanço sofreu.

ASPECTOS RELEVANTES — A atual Consolidação, como o próprio nome indica, é uma reunião de leis esparsas, oriundas do período ditatorial vivido pelo Brasil de 1930/46. Na verdade, se para a época se considerou um passo avançado no direito laboral, o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira nas suas mais diversas dimensões, está exigindo sua atualização.

O fundamental hoje, aquilo que se discute e o que se ouve é que, a estrutura sindical imposta de cima para baixo criou várias distorções no seu desenrolar. E é por isso que agora, nesse aspecto, muitos organismos sindicais começam a libertar-se, procurando manifestações mais amplas no direito de reunião profissional.

Por outro lado, o sistema de reajustes salariais onde a palavra do Governo é a última instância de

acordo, fez com que, de 1964 até esta data, houvesse um achatamento salarial absurdo e até mesmo desumano. A partir desse absurdo constante, os operários não mais suportando este garroteamento dos seus direitos ao salário, que deve ser digno, justo e humano, para que, no reverso, eles possam também levar uma vida digna, justa e humana, já conseguiram, em entendimentos diretos, forçar até os índices pré-fixados pelo Governo para as negociações de salários.

Outro aspecto da maior relevância seria o da estrutura processual, já que a Consolidação analisa e abrange não só os aspectos do Direito Material como do Direito Instrumental. A reforma desses dispositivos processuais para uma adaptação ao sistema geral de processos no País, seria dos mais relevantes.

Neste sentido, abordando alguns desses aspectos, a OAB, seção do Rio Grande do Norte, através de comissão de que fazia parte o advogado Gileno Guanabara, já apresentou um excelente trabalho, logo encampado pelo Conselho Seccional e que será encaminhado aos órgãos competentes para que analisem e apreciem esta colaboração, das mais importantes sobre o assunto, feita em nosso Estado.

O TRABALHO — O trabalho do advogado Gileno Guanabara apresenta importantes sugestões com relação às possíveis mudanças que poderão acontecer na CLT. Dentre as sugestões, Gileno faz questão de frisar:

"Nesta minha modesta contribuição, a mais importante alteração que poderia ser feita na atual Consolidação das Leis do Trabalho diz respeito à exclusão do atual título 5º ou Título 7º — Capítulo Primeiro, do anteprojeto de reforma da CLT. Este Título Quinto atual é o que estabelece toda a forma de intervencionismo do poder público na atividade sindical, modelando, restringindo, boicotando, toda manifestação dos trabalhadores de uma maneira geral. Os empregadores e as classes produtoras não são atingidas assim, pois elas se valem de entidades pa-



Gileno Guanabara, advogado de vários sindicatos de trabalhadores, é contra o intervencionismo do Estado na vida sindical brasileira.

ralelas e isso facilita a ação livre de qualquer limite ou restrição por parte do Governo. Mas os trabalhadores se restringem inteiramente à atividade sindical, que é totalmente con-

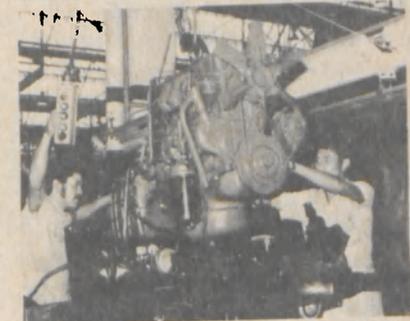
trolada pelo poder público".

Além dessa modificação que ele considera básica e fundamental, Gileno Guanabara aponta outras também importantes e que constam do seu trabalho, como por exemplo, a burocratização da Assistência Judiciária. *"Aqui — comenta Gileno — nós condenamos o atual sistema. Existe uma lei hoje, que regula a assistência judiciária, que permite ao Sindicato dar assistência, como também aos estagiários de Direito, e os honorários, neste caso, reverterem para o Sindicato custear essa assistência. Tudo isso desburocratizado, sem nenhum problema. Chega então o anteprojeto e estabelece o famoso «Atestado de Pobreza» a ser fornecido por autoridades competentes, se constituindo em nova burocratização da Assistência do Trabalho".*

PRESENÇA DA OAB-RN — Outra proposição da OAB do RN para as modificações da CLT, contida no trabalho de Gileno Guanabara, e que

Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com peças genuínas. Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa para seu Mercedes-Benz.



Divemo S.A.
Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 — Natal-RN.
Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822
Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

contraria o texto do anteprojeto, é no que diz respeito à fase recursal. Explica Gileno:

“Na CLT de hoje, depois de instruído e julgado na primeira instância o processo, a fase de execução é inteiramente regulamentada pelo Código de Processo Civil. Daí, um processo que vem de outros ramos do direito tem que ser aplicado no Direito do Trabalho, isto com prazos de 15 dias, com autos, etc., que somente causam desespero ao trabalhador que espera uma solução rápida para o seu problema. E tem mais uma agravante: o anteprojeto cria o «agravo de petição» que o Código de Processo Civil já aboliu. Assim, o anteprojeto, por paradoxal que seja, está «renovando velharias». Com todos esses entraves, a justiça se torna, assim, cada vez mais ineficiente”.

A competência especial da União, Autarquias e Entidades ligadas ao Governo, em ter os seus processos julgados pela Justiça Federal, foi outro ponto contestado no trabalho de Gileno Guanabara, e ele explica porque:

“É lógico e evidente que, para o trabalhador, é muito melhor o julgamento através da Justiça especializada, também federal, que é a Justiça do Trabalho, não se compreendendo, portanto, que um feito trabalhista em que a União, Autarquias e Entidades ligadas ao Governo tomem parte, fique na competência da Justiça Federal, pelos seguintes motivos: é uma justiça especial cuja segunda instância já é em Brasília (Tribunal Federal de Recursos); não há tribunais regionais, e sabemos que todas as ações do País, na Justiça Federal, são levadas ao Tribunal Federal de Recursos, ocasionando sobrecarrego muito grande para julgamentos nesta instância, originando daí um atraso devido a esse congestionamento verificado, o que não acontece com os Tribunais Regionais do Trabalho, que se concentram por regiões do País. Outro aspecto é que, na Justiça do Trabalho não há custas a pagar pelo empregado na reclamação que faz, mas na Justiça Federal o empregado tem que pagar as custas (depósito inicial de custas),



Perpétua Wanderley ressaltava aspectos da nova lei.

o que é uma aberração pois se o empregado foi despedido e está sem emprego, e quer cobrar os seus direitos, como terá condições para arcar com este pagamento de custas? Na sugestão dada por nós a esse Capítulo, pedimos a reformulação inclusive do texto constitucional que estabeleceu este privilégio da competência para a União e entidades ligadas ao Governo Federal”.

Em todas as sugestões feitas no trabalho de Gileno Guanabara, se admite fundamentalmente que seja feita uma «codificação» da legislação trabalhista e não uma «consolidação». Aliás esta diferença precisa ser dada para uma melhor compreensão: consolidação é juntar o que já tem solto, enquanto a codificação é a regulamentação de toda a atividade relacionada com o trabalho.

OUTRAS OPINIÕES — Outros advogados que atuam dentro da área do Direito Trabalhista em Natal, opinam a respeito do debate em torno das possíveis modificações que possa sofrer a atual CLT, e dentre eles, Maria Perpétua Wanderley. Ela, apesar de não ter feito uma análise profunda da íntegra do anteprojeto, teve suas atenções voltadas para pontos específicos, como por exemplo o Regulamento das Empresas, uma criação que não é nova, mas que não era registrada com esse no-

me na CLT anterior. Outro aspecto também lembrado pela advogada Maria Perpétua, é o do pré-julgado. Depois de toda celeuma em torno sua inconstitucionalidade, ele volta agora e será reduzido como valor de súmula. Consta também na nova CLT que os termos das convenções coletivas, enquanto não forem substituídos por um novo texto, terão prorrogadas suas vigências. *“Nos aspectos processuais — afirma Maria Perpétua — pelo que pude ver, não existem maiores inovações, apesar de ser uma das urgências da Justiça do Trabalho”.*

O advogado Firmo do Patrocínio Barra, acompanhando com muito interesse as demarches em torno do assunto, dá suas sugestões:

“Primeiramente, eu diria que a equiparação do salário-mínimo em todas as regiões do País seria o ponto de partida, porquanto não vemos diferença de custo de vida entre o Nordeste e o Sul. Pelo contrário, muitas vezes, na região Nordeste a vida é muito mais cara que nos grandes centros do Sul. A segunda sugestão seria em torno do aumento do limite das horas de trabalho de 8 para 10 horas, com repouso remunerado aos sábados e domingos, dando assim mais oportunidades para aqueles que vivem exclusivamente do trabalho terem mais horas de lazer com a família e se prepararem melhor para o futuro. Minha terceira sugestão seria uma melhoria considerável para o trabalhador rural, cuja assistência atual, dada pelo FUNRURAL, não atende às mínimas aspirações daqueles trabalhadores”.

DIREITO DE GREVE — Dentro dos estudos que estão sendo feitos com relação às modificações da CLT, o Direito de Greve é um dos assuntos mais debatidos pelos juristas. Para o advogado Varela Barca, *“a Legislação torna quase que impossível a manifestação da greve. Tivemos alguns atos de arbítrio já no Governo atual, com extensão das atividades essenciais, isto é, das atividades que não poderiam entrar em greve. Esse direito deve ser o mais amplo possível e acreditamos que*

nesse processo de aberturas, estejam sendo realizadas gestões no sentido de termos uma legislação da maior amplitude possível, pois nos países desenvolvidos nós já temos legislação assim”.

Na opinião de Gileno Guanabara, o direito de greve no Brasil merece uma interpretação diferente daquela que é dada por muitos, no momento atual. Afirmo Gileno:

“A restrição e manipulação ao exercício do direito de greve no Brasil, não é de hoje; vem de muito antes. Além de regulamentar e tornar quase inexistente a prática da greve, o Governo declarou recentemente atividades essenciais em vários setores da economia, proibindo inclusive a greve, ferindo a liberdade, aquele ponto importante de apoio do trabalhador, para fazer frente ao poder econômico do empregador. A greve seria o poder que o empregado disporia para a luta contra o poder econômico que o empregador possui. Isto seria uma maneira de equilibrar esses dois poderes. Essa regulamentação da greve, da maneira como es-

tá sendo imposta, destrói o equilíbrio e a capacidade que o trabalhador teria de enfrentar o empregador em igualdade de condições. No meu entendimento, o direito de greve deve ser uma manifestação de inteira liberdade dos trabalhadores, em assembleias, devendo ser estendida ainda aos funcionários públicos. Na Europa, não existe nenhum impedimento; qualquer setor tem o direito de manifestar-se através da greve, não abalando Governos, não criando áreas de tensão a ponto de gerar atritos. O direito de greve deve ser um exercício respeitado, fruto da liberdade que faz com que os trabalhadores possam decidir por sua própria conta”.

Afirmo o advogado Firmo do Patrocínio:

“A greve sendo feita no intuito de beneficiar um direito patente, deve ser legal, aceita e reconhecida, tanto pelos empregadores como pela própria legislação, e, portanto, acobertada pelas nossas leis. Todavia, se a greve parte para a anarquia e a desordem, aí sim, cabe a aplicação

de sanções, que deverão constar explicitamente na nossa legislação”.

Em torno do assunto «greve», que abrange os aspectos político, jurídico e sociológico, segundo a advogada Maria Perpétua, “o direito de greve é uma realidade incontestável em todas as legislações. Seu disciplinamento é que exige colocações políticas e sociológicas. Entendo ainda que ela não deve ser aberta para que não seja usada indiscriminadamente. É um recurso extremo. É uma solução somente tentada quando todas as outras falham; e por ser extrema, somente deve ser usada com muito cuidado, pois é uma solução perigosa. Seria mais importante que se acelerassem os acordos sindicais, com desempenho mais eficiente dos próprios sindicatos que deveriam receber apoio no sentido de agirem melhor e também de serem melhor dirigidos, porque aí eles poderiam conscientizar o trabalhador a se integrar no processo evolutivo, defendendo seus próprios direitos, sem contudo haver confrontos e conflitos degenerativos”.

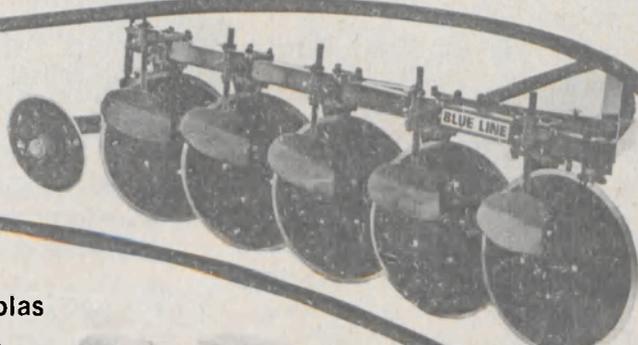


Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.

ARADO FIXO

* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600

* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS, ASSIST. TÉCNICA

* O Apoio contínuo.



SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CLIENTE

* Garantia de sua Tranquilidade.



CINCO ANOS E UM PACOTE DE TECNOLOGIA: O SALDO POSITIVO DO PROJETO CAMARÃO

Implantado pelo Governo do Estado em 1973, o Projeto Camarão se dispunha a pesquisar a viabilidade do cultivo desse crustáceo através da exploração em escala industrial, objetivando, depois, transferir para a iniciativa privada a tecnologia conquistada na fase de pesquisa. Cinco anos depois, com cerca de 22 milhões de cruzeiros consumidos, é preciso saber se as metas iniciais do Projeto foram atingidas.

O Projeto Camarão dispõe hoje, segundo os seus técnicos, de um pacote de tecnologia capaz de viabilizar a exploração em escala industrial desse produto. Prova disto é que a CIRNE (Companhia Industrial do Rio Grande do Norte), uma das empresas beneficiárias da transferência da tecnologia do Projeto, possui hoje o maior projeto de criação de camarões do mundo. Ocupando uma área de 1.100 hectares com viveiros, somente sua produção poderá vir a representar 2,5% de toda a produção brasileira.

Este ano, o Projeto Camarão reivindicará mais de 17 milhões de cruzeiros para continuar aplicando em pesquisa e comercialização. Paralelamente ao Projeto, o Governo do Estado, criará a Empresa de Pesquisa Agropecuária. Todavia, o Projeto implantará, até 1980, uma estação para produção de 225 milhões de filhotes para suprir à iniciativa privada, que já se propõe a colocar no mercado 40 toneladas de camarão por ano. A Empresa de Pesquisa Agropecuária — ora em constituição — absorverá todos os projetos de pesquisa do Estado, na área de alimentação, sem prejuízo da continuidade do Projeto Camarão.

AS METAS CUMPRIDAS — O resultado das pesquisas já desenvolvidas permite a seguinte sequência no cultivo racional do camarão: 1) a identificação de bancos marinhos para captura de fêmeas ovadas, me-



Tupan Ferreira, do Projeto Camarão, conclui que as metas iniciais foram atingidas. Mas não se pode parar.

ta que tomou 2 anos no cronograma do Projeto. Neste sub-programa se inclui também a técnica de captura das fêmeas; 2) em seguida, a técnica de laboratório para acompanhamento da desova artificial das fêmeas e o manejo das crias até o estado juvenil (filhote); 3) o terceiro passo foi a aplicação da técnica de condicionamento dos filhotes, seguindo-se a técnica da eclosão, concentração e armazenamento de ovos desidratados da «artêmia salinae».

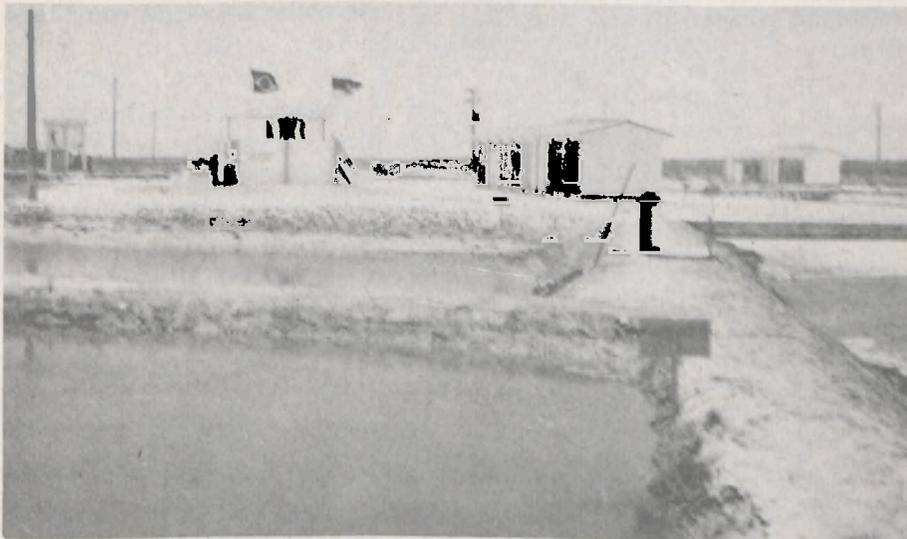
Neste primeiro semestre, foi concluída a última pesquisa do programa quinzenal: a técnica de reprodução, concentração, congelamento e

descongelamento da Diatomássia (alga) que serve de alimento para a larva do camarão. Todas as técnicas foram absorvidas da tecnologia japonesa e americana.

“Hoje, o Projeto Camarão pode afirmar que atingiu suas metas iniciais, com cinco pesquisas concluídas, já dispondo de um pacote de tecnologia que permite às empresas criarem camarões racionalmente — e, portanto, com excelentes perspectivas de rentabilidade” — conclui Tupan Ferreira de Souza, coordenador-geral do Projeto Camarão.

FINANCIAMENTOS — Considerando-se o período de abril de 1973 a dezembro de 1978, o Projeto consumiu 22 milhões de cruzeiros, obtidos pelo Governo do Estado — através do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) e Secretaria de Agricultura (Cr\$ 7,1 milhões); SUDENE (Cr\$ 6,3 milhões); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE (Cr\$ 2,9 milhões); além do Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq — e Banco do Nordeste, que financiaram, respectivamente, 4,3 milhões de cruzeiros e 79,5 mil cruzeiros. Também o grupo BRASCAN financiou 419 mil cruzeiros, através de convênios e mais de 1 milhão de cruzeiros com treinamento de pessoal, no País e no exterior.

Como o Projeto está apto a transferir tecnologia às empresas priva-



Até agora o Projeto Camarão só operou em função de pesquisa. O passo seguinte é servir às empresas.

das, várias delas começaram a aderir ao Projeto: CIRNE, Henrique Lage Salineira, Companhia Exportadora de Produtos do Mar, Indústria do Pescado Brasileiro, SOSAL/SALMAC e a CEPLAC, esta última, da Bahia. A CIRNE está operando com absoluto sucesso. Foi pioneira em convênio com o Projeto e superou a fase experimental, para programação de construção de 1.100 hectares de viveiros, dos quais 400 já estão concluídos e, em 1981 sua produção deverá representar 2,5% do total da produção brasileira, de acordo com estimativas dos técnicos.

AS REFORMULAÇÕES — A exemplo do que vem ocorrendo em outras unidades federativas, como é o exemplo do Rio de Janeiro e Paraíba, o Governo do Rio Grande do Norte tratará da implantação de uma empresa de pesquisa para o setor agrícola e alimentar, sob coordenação e obedecendo à política da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A empresa, tão logo seja constituída, absorverá todos os projetos de pesquisa sobre alimentação, no âmbito local.

“Até agora, o Projeto Camarão só operou em função de pesquisas. Mas, com a chegada da Empresa de Pesquisa Agropecuária, em criação pelo Governo, o Projeto será dividido em pesquisa e fomento, continuando, portanto, apto a assistir às

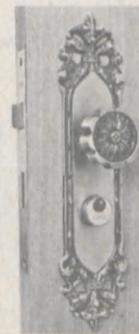
empresas privadas. Neste mesmo dia, atingiremos nossa maioria” — diz Tupan Ferreira de Souza, referindo-se à absorção pela nova empresa.

PROJETO É VIÁVEL — Sem receio de erro, o coordenador do Projeto demonstra a viabilidade econômica dos recursos materiais disponíveis até para comercialização: o Projeto dispõe de 30 hectares de viveiros com filhotes, que produzirão 40 toneladas de camarões prontos para comercialização; disporá também de 225 milhões de filhotes, que poderão ser comercializados por preços que variam de 3,5 a 4 centavos por filhotes. Cada hectare de viveiro necessita, por ano, de 90 mil filhotes para produzir mil quilos de camarão. Terá condições, portanto, de atender às necessidades da iniciativa privada.

Para este exercício, o Projeto tem um orçamento de 17 milhões de cruzeiros. O Governo do Estado se comprometeu com 2,7 milhões; BNB, BNDE e SUDENE responderão, cada um, com 3 milhões de cruzeiros. A complementação será negociada com a SUDENE, através de repasse de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Também a BRASCAN — empresa canadense que detinha o controle acionário da Light — está disposta a investir no Projeto, pretendendo financiar, entre convênios e treina-



mostra porque
está sempre
na vanguarda.



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



Pensou em construir
Pensou na SACI.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

mento de pessoal, mais de 800 mil cruzeiros.

CULTIVO RACIONAL — Tupan Ferreira de Souza desejava se dedicar ao desenvolvimento de técnicas de alimentação, de tal forma que a produtividade fosse maior que a registrada atualmente:

“Até agora, em todo o Brasil, o camarão é criado extensivamente — o que significa dizer que o crustáceo, criado em grandes viveiros, sem nenhuma preocupação com alimentação científica, prolifera de forma irracional, sem maiores preocupações com produtividade”.

Continua, amostrando os resultados desse tipo de criação:

“Desta forma, a produção anual por hectare situa-se em torno de mil quilos, cujo faturamento — sem beneficiamento industrial — localiza-se próximo a 80 ou 100 mil cruzeiros”.

Cultivando-se o camarão de forma racional, os resultados seriam

bem mais compensadores, segundo Tupan:

“Pelo processo intensivo, desenvolvido principalmente pelos japoneses, a produção poderá chegar a até 5 mil quilos anuais por hectare. O processo resume-se quase que a um processo científico de alimentação. Já que o Projeto está trabalhando com pesquisas de alimentação, podemos admitir que, mesmo a longo prazo, esta técnica poderá ser desenvolvida aqui”.

REPRODUÇÃO EM CATIVEIRO

— Paralelamente à pesquisa com alimentação, o Projeto Camarão, também desenvolve técnicas de reprodução em cativeiro. A possibilidade de «ficar livre do mar» anima Tupan, pois esta possibilidade em muito beneficiará a produtividade. A tecnologia da reprodução em cativeiro desenvolvida pelo Projeto, é de origem francesa e a suposição do coordenador é a de que em dois anos

os técnicos locais estarão com pleno domínio do processo.

A preocupação com produtividade é associada à procura de soluções genéticas que resultem em maiores vantagens econômicas para a iniciativa privada. Assim, o Projeto importou das Filipinas uma espécie denominada «Penaeus Monodom», apelidado pelos técnicos de «Jumbão» dado ao seu tamanho, que facilmente se aclimata em nossas águas, com boas perspectivas de reprodução e crescimento. Também recebeu uma espécie alienígena (Penaeus Japonicus) de origem japonesa. Esta espécie cresceu, em 70 dias, 13,2 centímetros, enquanto que as espécies nativas levam até 6 meses para chegar a esse tamanho.

Concluindo, assegura Tupan que nesse segundo semestre a produtividade no cultivo de camarões dobrará, passando de mil para dois mil quilos/hectare/ano. E para ele, só isto já seria suficiente para dizer: *“Missão cumprida”.*

Qualidade: se isto é fundamental para você, faça-nos uma visita.



Em nossa loja você encontrará tudo que deseja em: Tapes — Gravadores — Decks — Cassete e Rolo; Amplificadores — Caixas acústicas — Sintonizadores AM/FM — Conjuntos Estereofônicos — Toca-discos. Rádio Cidadão: SSB — UHF — VHF. Antenas: Plano Terra — Direcional — Maria Mole — Telescópica — Para Calhas — Marítimas. Rotores — Fontes de Alimentação — Medidores de Estacionária — Mixadores.



IVANILSON

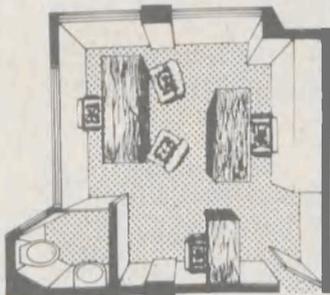
A loja quem tem SOM até no nome

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

Av. Deodoro, 433 — Tel.: 222-8020 — 59.000 — Natal-RN.

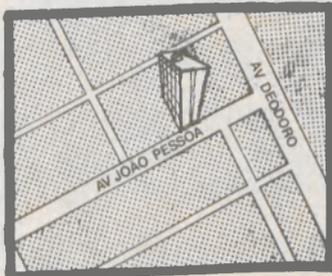


**ACHAVE
DE UM BOM
NEGÓCIO**



ÁREA DE CONSTRUÇÃO

Salas a partir de 17.50m² mais lavabo
Lojas 23.80 m² mais sub-solo e sobreloja.



LOCALIZAÇÃO

Está localizado no centro da cidade para
atender suas exigências.
Av. João Pessoa, 265



villa central

Edifício Mendes Carlos. Um excelente negócio para homens de negócios. Localizado à rua João Pessoa, 265, é uma oportunidade que surgiu para você adquirir sua loja ou sala. São oito (8) andares de conforto e segurança. No térreo e na sobreloja temos lojas que poderão ser adquiridas para agências de turismo, boutiques, etc.

Do segundo até o oitavo andar em amplas salas com banheiros; o médico, o dentista, o advogado, enfim, qualquer profissional liberal poderá instalar seu escritório com mais conforto e tranquilidade. Além disso, o Edifício Mendes Carlos oferece para sua maior comodidade, garagem no subsolo.

Informações e vendas

**ARNON
IMÓVEIS**

Av. Deodoro 696 - 222.2592 e 222.5929

Incorporação e Construção:

construtora
**IMENDES
CARLOS**

AGENDA DO EMPRESÁRIO

OBRIGAÇÕES DIVERSAS PARA O MÊS DE SETEMBRO

Dia 10 — Último dia para recolhimento do PIS/Faturamento do mês de março/79;

— Recolhimento do PIS/Folha de Pagamento do mês de março/79;

— Prazo final para entregar o DRC solicitando os DIPIS necessários ao cadastramento dos empregados admitidos em agosto e ainda não cadastrados no PIS;

— Último dia para remessa ao IBGE das segundas vias das notas fiscais referentes às operações interestaduais do mês anterior.

Dia 14 — Último dia para as empresas comunicarem à Delegacia do Trabalho as dispensas ou admissões de empregados registradas no mês de agosto;

Dia 20 — Prazo final para entrega dos documentos relativos ao cadastramento no PIS, referente aos empregados admitidos em agosto e que estejam sendo cadastrados pela empresa.

Dia 28 — Data para entrega do ISTR de passageiros de carga;

— Recolhimento ao Banco do Brasil do ISTR sobre transportes de passageiros, pessoas e turistas realizados no mês de agosto;

— Recolhimento ao Banco do Brasil do ISTR sobre transporte de carga realizado no mês de julho;

— Último dia para recolhimento do Imposto de Renda descontado na Fonte, dos empregados e dos rendimentos pagos a título de comissões, honorários, etc., no mês de agosto;

— Prazo final para recolhimento das importâncias descontadas das folhas de pagamento dos empregados, acrescidas da contribuição patronal sobre a remuneração paga ou devida no mês de agosto;

— Último dia para recolhimento ao Banco do Brasil do IUM incidente sobre as operações realizadas no mês de julho;

— Recolhimento das importâncias a título de contribuição pelas empresas que remuneram trabalhadores autônomos, referente a 8% sobre o que exceder do salário-base até o limite do teto máximo de contribuição, relativos ao mês anterior;

— Último dia para os depósitos das importâncias correspondentes às remunerações pagas no mês de agosto;

— Prazo fatal para pagamento do ICM correspondente às operações realizadas no mês anterior;

— Último dia para pagamento do ISS referente às operações do mês anterior.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODERÁ SER AUMENTADA

Estão muito adiantados os entendimentos objetivando reajustar de 16 para 18%, o percentual de recolhimento das contribuições para a Previdência Social, por parte dos empregadores e empregados. O acréscimo de 2% sobre o percentual atual, visa possibilitar a extensão dos benefícios da Previdência Social ao homem do campo. Os estudos em andamento prevêem o reajuste para o início de 1980.

Ainda em 1979, o Governo Federal vai reduzir o tempo de permanência dos recursos da Previdência Social na rede bancária, que passará de 29 dias para apenas 48 horas.

VALOR MÍNIMO PARA ICM DO GADO

Outra Portaria do secretário da Fazenda — nº 155/79 — atribui novo valor mínimo para o gado bovino, suíno, ovino e caprino, para efeito da cobrança do ICM:

Gado BOVINO	Cr\$ 6.000,00
Gado SUÍNO	Cr\$ 1.200,00
Gado OVINO	Cr\$ 500,00
Gado CAPRINO	Cr\$ 500,00

NOVOS FORMULÁRIOS PARA O IPI

Os novos formulários do IPI — “Declaração e Notificação”, “Declaração de Informações” e “Demonstrativo de Entradas e Saídas de Mercadorias” — já estão em pleno vigor, desde o dia 1º de julho. As operações e os registros anteriores a 1º de julho que venham a ser informados a partir de 1º de agosto (atraso de informação), terão que ser feitas nos novos formulários instituídos pela Instrução Normativa SRF 35.

GOVERNO BENEFICIA CONFECÇÕES REIS MAGOS

O Governo do Estado ratificou através do Decreto nº 7.656, de 17.7.79, o Convênio nº 16/79, celebrado na 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendária, beneficiando com dispensa de multas, juros e correção sobre o ICM das operações efetuadas pela Confecções Reis Magos S/A.

IR NA FONTE: INFORMAÇÕES E PRAZOS

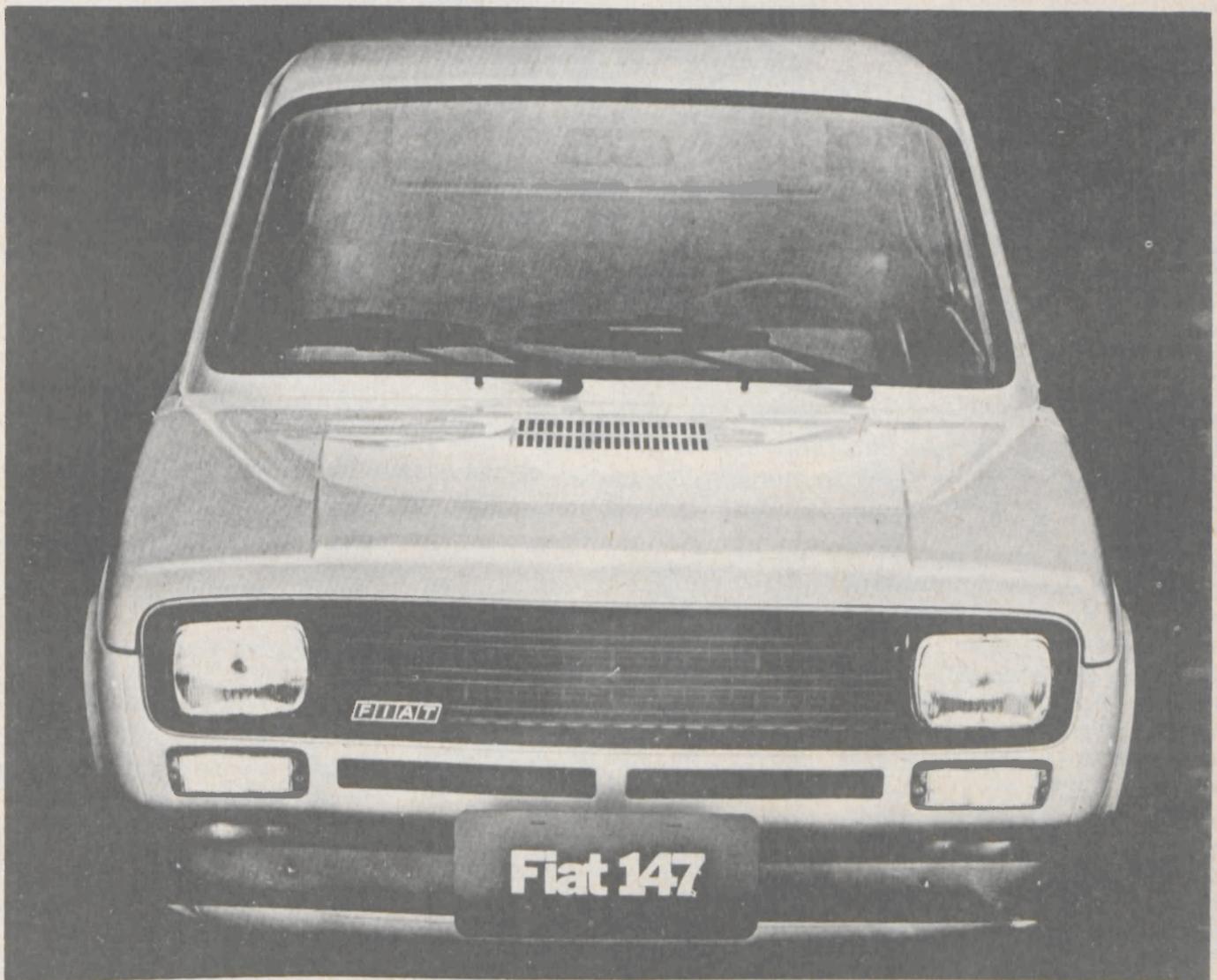
O ministro de Estado da Fazenda, através da Portaria nº 533, de 12.6.79, alterou o Art. 2º, incisos da Portaria nº 780, de 20.12.77, que dispõe sobre o prazo para a prestação de informações sobre o Imposto de Renda retido na Fonte. Assim, o Art. II, passa a ter a seguinte redação: “II — O prazo fixado pelo Art. 180, do DL. 5.844, de 23.9.1943, modificado pelo Art. 440, do DL. 76.186-75, RIR vigente, fica alterado como segue: até 28 de fevereiro de cada ano deverão ser apresentadas informações sobre o Imposto de Renda retido na Fonte, relativo ao ano civil anterior”.

BOAS PERSPECTIVAS SALINEIRAS PARA 79/80

É muito boa a perspectiva em torno da colheita do sal para a safra 79/80. As Salinas Guanabara têm previsão de atingir as 220.000 toneladas; S/A Salineira do Nordeste — SOSAL, prevê 420.000 toneladas; e a SALMAC — Salicultores de Mossoró-Macau S/A, estimam sua produção em 200.000 toneladas. Embora todas estas empresas sejam da região salineira de Areia Branca, sabe-se que em Macau a realidade é a mesma.

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: REAJUSTES, SALDOS, PRESTAÇÕES E CORREÇÃO

Através da Portaria nº 96/79, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi fixado o coeficiente de correção monetária aplicável aos saldos devedores e às prestações relativas a contratos que têm por objetivo a venda ou construção de habitações com o pagamento a prazo, de acordo com o disposto na Lei 4.864, de 29.11.65, e a Lei nº 6.423, de 17.6.77.



villa central

FIAT ECONOMIZA ATÉ ESTACIONAMENTO

Enquanto o Governo se preocupa em fazer campanhas publicitárias para você economizar combustível, o FIAT está cada vez mais econômico. A grande opção econômica na faixa dos comerciais leves é a PICK-UP FIAT. Adquira com facilidade seu FIAT em 36 meses no Consórcio Nacional FIAT. Visite NAVONA e POVEL VEÍCULOS, concessionárias FIAT para todo o Rio Grande do Norte.



Navona
VEÍCULOS

Av. Salgado Filho, 3540
Tel.: 231-3848 — Natal-RN.

PORCINO
POVEL
VEÍCULOS

Praça Ulrich Graf, 100
Tel.: 321-3377 — Mossoró-RN.

FIAT

QUALIDADE **147**
QUE DA VALOR AO SEU DINHEIRO.

ENQUANTO PROSSEGUE A TRANSIÇÃO, INVESTIDOR SE AFASTA DO MERCADO

No mercado de capitais a situação é de expectativa. As variações no volume de aplicações se devem à reformulação na sistemática de investimentos — principalmente na área do Nordeste, onde os índices locais sempre foram inferiores aos nacionais. A fusão das Bolsas de Valores da região é ainda uma cogitação que se sujeitará a análises mais profundas. As empresas locais, por seu lado, começam a despertar para as oportunidades do mercado de ações, graças aos «leilões» do FINOR.

O natalense não foge à exceção — faz suas aplicações em papéis que ofereçam maior segurança e rentabilidade: o binômio da liquidez, perseguido por todos os investidores no mercado de capitais. Manuel de Macedo Brito, um «expert» no mercado de ações, concorda com esta colocação. Diz ele:

“Não existe exatamente uma determinada preferência entre os investidores potiguares. As ações que estão na moda, isto é, aquelas que apresentam melhor rentabilidade e liquidez, recebem sempre a preferência do natalense”.

Não concorda integralmente com esta opinião Adriel de Souza Lima, assistente da gerência da Maia Corretora, argumentando que *“na atualidade, as ações preferidas pelo investidor natalense continuam sendo as da Guararapes, Banco do Brasil e Petrobrás — que de há muito vêm obtendo excelente rentabilidade no mercado”.*

FUSÃO DE BOLSAS — A notícia apanhou a maioria dos investidores — e os próprios corretores — desprevenidos. Comentou-se, tempos atrás, que havia um projeto de fusão de todas as bolsas de valores do Nordeste. Muito se especulou sobre as vantagens e desvantagens da medida, mas nada aconteceu. Nem a própria confirmação dessa fusão foi até hoje divulgada.

Manoel Feliciano Maia, presidente da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte, corrige a notícia:



Manoel Macedo: “O natalense prefere as ações que estão na moda”.

“Não é verdade que venha a existir uma fusão de bolsas de valores do Nordeste. Cogitou-se — isto sim — da possibilidade de fusões regionais; seria uma associação mais a nível de Estado do que de toda região. Por exemplo, RN com Pernambuco, com Ceará ou outros Estados. Seria até salutar para o mercado se essa iniciativa vingasse. Entretanto, uma fusão reunindo todas as bolsas de valores do Nordeste, sequer chegou a ser cogitada”.

Manoel Macedo prefere dar à notícia o benefício da dúvida:

“Se isso vier a acontecer será bom para o mercado — dependendo

da forma que o Banco Central venha a determinar. Em todo caso, não creio na adoção dessa medida a curto prazo”.

Explica Macedo que uma só Bolsa, resultante da fusão, significaria que todos os negócios seriam fechados unicamente naquela Bolsa, enquanto que as demais perderiam sua função. Restariam, então, as Corretoras, transmitindo as ordens de compra-e-venda para a Bolsa Central, uma hipótese que ele considera pouco viável.

RN NO FINOR — Ter suas ações cotadas nos leilões do FINOR parece ser um objetivo importante para as empresas do Estado. Entretanto, poucas empresas locais têm participado desses leilões, e mesmo as participantes registram pequena movimentação. Dentre as que se dispuseram a participar, os melhores resultados foram para Confecções Soriedem S/A, Sperb do Nordeste, T. Barreto Indústria e Comércio S/A, Brasil Inoxidáveis S/A e Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A — TELERN.

Para habilitação nos leilões do FINOR é necessário que as empresas solicitem, através do Banco do Nordeste, registros especiais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na forma estabelecida pela Circular nº 316 de 19/11/76 do Banco Central do Brasil. O gerente do Banco do Nordeste, agência de Natal, Expedito Gondim Rocha, informa a posição das empresas lo-

cais com relação à venda de ações no FINOR:

"A BRASINOX (Brasil Inoxidáveis S/A), teve 4 participações, alcançando um total de venda de 16.377.892 ações, que proporcionou um montante de Cr\$ 16.597.812,00; SORIEDEM teve também 4 participações, colocando 8.645.886 ações e arrecadando Cr\$ 10.170.451,28; a TELERN participou por três vezes, colocando um total de 5.868.787 ações que representaram um valor de Cr\$ 6.018.787,00; e, finalmente, a Sperb do Nordeste, também participante por três vezes, negociou 4.033.653 ações, obtendo Cr\$... 4.173.553,00".

O QUE É O FINOR — O Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) é administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e operado pelo Banco do Nordeste. Cuida de transformar em investimento a dedução de Imposto sobre a Renda de pessoas jurídicas, estando apto a permutar o CAIF (Certificado de Aplicação em Incentivos Fiscais), recebido do Departamento da Receita Federal, correspondente à aplicação em empresas beneficiárias de incentivos fiscais, em Certificado de Investimento (CI). De acordo com a nova sistemática de incentivos fiscais, esse CI poderá, posteriormente, ser permutado por ações de empresas com projetos aprovados pela SUDENE.

"O mecanismo do CAIF não vem sendo bem entendido por parte do investidor — afirma Expedito Rocha — mas ele é um documento que habilita as pessoas jurídicas contribuintes do Imposto sobre a Renda a receber dos Fundos de Investimentos Regionais (FINAM e FINOR) e Setoriais (FISSET) os documentos comprobatórios das aplicações de incentivos fiscais dedutíveis do referido tributo, na forma do DL 1376/74. O CAIF é emitido em três vias, com base exclusivamente nas parcelas, do Imposto sobre a Renda, recolhidas dentro do exercício fiscal a que se referir — e deverá ser trocado pelo CI representativo das quotas do Fundo de Investimento escolhido, no



Expedito Rocha explica o mecanismo do investimento no FINOR.

prazo máximo de um ano, a contar da data de sua emissão".

Expedito dá especial ênfase à seguinte informação:

"Os valores relativos aos CAIFs não convertidos no prazo fixado — de um ano — serão incorporados ao Patrimônio do Fundo correspondente".

CERTIFICADO DE INVESTIMENTO — O CI (Certificado de Investimento) é um título nominativo e endossável, criado pela nova sistemática de incentivos fiscais, através do qual o investidor comprova a propriedade de quotas dos diversos

Fundos de Investimentos.

O que fazer com o CI? O gerente do Banco do Nordeste responde:

"De posse do CI do FINOR, o investidor tem três alternativas para utilizá-lo: 1) adquirir, em pregão, ações de empresas cujos projetos tenham sido beneficiados com recursos do FINOR; 2) vender, em Bolsa, aos investidores, transferindo o CI, por endosso; 3) dar em caução a órgãos públicos federais da administração direta ou indireta".

Até o momento, 194 mil contribuintes do Imposto de Renda optaram pelo FINOR, superando em 54% o total de optantes de todos os demais Fundos de incentivos fiscais.

MAIOR PARTICIPAÇÃO — Manuel Macedo, conhecedor do mercado de capitais graças a dezenas de anos de atuação nesse setor, entende que o que falta para que as empresas norte-riograndenses participem dos leilões do FINOR é apenas vontade, até porque "para colocar suas ações no FINOR, a empresa depende apenas e tão somente do enquadramento da mesma junto à SUDENE — como já é o caso de dezenas delas — e, depois, de passar pelo processo de seleção pelo BNB".

Dados fornecidos pela carteira do FINOR do Banco do Nordeste, indicam que 73 empresas locais já receberam recursos do FINOR, em-

Um restaurante classe A



Um Restaurante que faz o ambiente a seu gosto. Vá ao VILHA VELHA e comprove. Vista panorâmica, música ao vivo, fina cozinha e um atendimento classe "A".

Tel.: 222-4994.
RESTAURANTE.
Vila Velha

bora apenas 8 delas tenham se interessado em atender aos pré-requisitos necessários à participação nos leilões — e destas, apenas 4 (BRASINOX, SORIEDEM, Sperb e TELERN) tiveram seus títulos ofertados nos últimos leilões.

O próximo leilão do FINOR será no extremo sul, junto à Bolsa de Valores de Porto Alegre. Três empresas do Rio Grande do Norte irão participar: SORIEDEM, com três milhões de ações, Sperb, com dez milhões, e T. Barreto, com três milhões.

A RETRAÇÃO — Apesar das notícias sobre a retração no mercado de papéis, Nelson Freire, diretor-presidente da RIONORTE (financeira ligada ao Governo do Estado), se situa entre aqueles que acham que o momento é de expectativa:

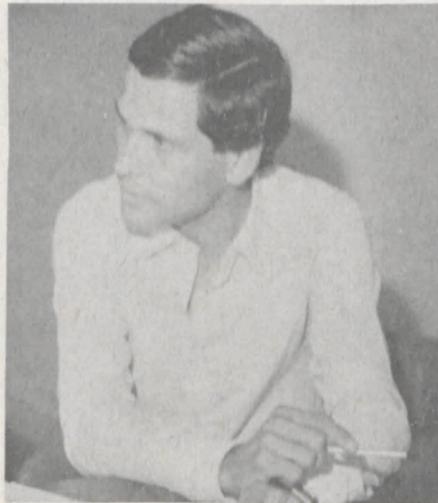
“O mercado de capitais é complexo e imprevisível. Em determinado mês, o papel tem uma procura maior — se vendem mais letras de câmbio, por exemplo; no outro mês, ocorre uma retração nos financiamentos, diminui a demanda, e assim por diante. Agora, por exemplo, há uma retração no que concerne a financiamentos e, em decorrência, as financeiras, de um modo geral, fizeram uma redução nas aplicações”.

Resume Nelson Freire, admitindo que o mercado de capitais sofre influências da própria conjuntura econômica nacional.

De acordo com informações fornecidas pela RIONORTE, a letra de câmbio é o título mais negociado atualmente. E justificam os informantes que esse crescimento se deve à retração do mercado aberto (open market), cujas taxas estão baixando.

Agressividade é a receita para recomposição do mercado, segundo Nelson Freire — e exemplifica o tipo de agressividade:

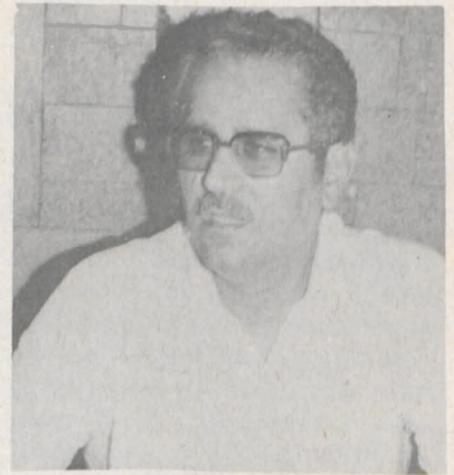
“Nossa empresa (a RIONORTE) vinha trabalhando com um terço de sua capacidade total. Em função dessa amostragem, estamos investindo em propaganda para que todos os investidores tenham conhecimento de nossas linhas de crédito, ao mesmo tempo em que tentamos



Nelson Freire diz que o mercado de capitais é complexo e imprevisível.

atingir faixas do mercado que não atingíamos. Desta forma, ao invés de nos limitarmos apenas a Natal, operamos agora em mais dez cidades do interior, e ainda no Rio, São Paulo e Brasília”.

A SURPRESA — Com a redução dos prazos nos financiamentos de automóveis, todos esperavam uma queda de até 40% nessa linha de crédito. Entretanto, isso não chegou a acontecer em Natal. A queda das operações não chegou sequer a atingir o índice nacional, que foi de 20%. Na RIONORTE, por exemplo, o volume de financiamentos de auto-



Adriel Lima: “As ações preferidas continuam sendo as da Guararapes, Banco do Brasil e Petrobrás”.

móveis diminuiu em apenas 10% no mês de junho em relação a maio, o que é um dado significativo, vez que cerca de mais de 70% das aplicações da RIONORTE se destinam ao financiamento de veículos. O restante das aplicações se destinam a eletrodomésticos (25%) e crédito pessoal (5%). Todavia, um novo programa — em elaboração — fará uma revisão na política de aplicações, principalmente no que tange ao crédito pessoal, que passará a ter maior destaque. Pretende a diretoria da financeira estatal passar a aplicar 12 milhões de cruzeiros nessa linha de crédito, triplicando assim o valor aplicado ano passado.

LEGISLAÇÃO NORDESTINA

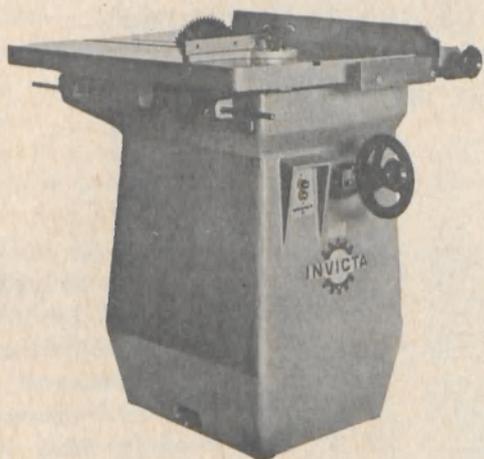
LN JURISPRUDÊNCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizadas com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

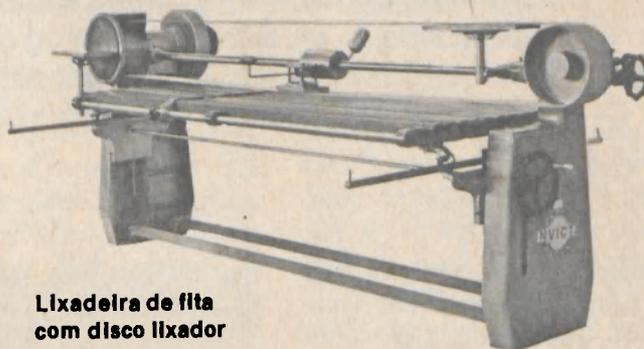
Solicitação de Assinaturas:

EDITORA LEGISLAÇÃO NORDESTINA LTDA.,
à atenção de Nelson Ramos de Souza.
Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conjunto 411
Telefone (081) 222-3781 — RECIFE-PE.

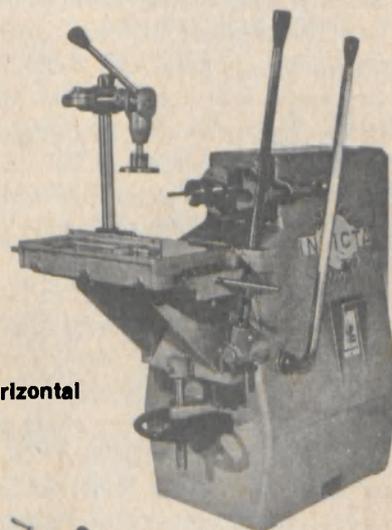
Estão em Queiroz Oliveira as melhores máquinas para serrarias e marcenarias.



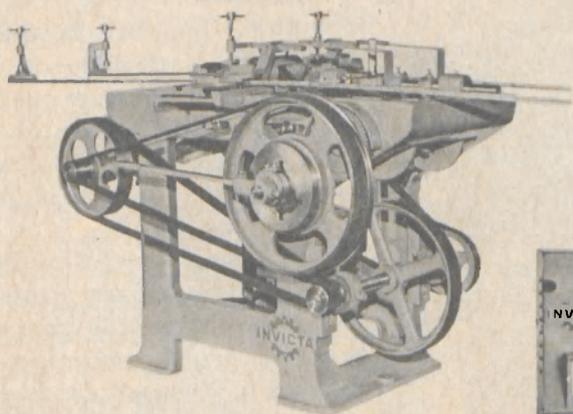
Serra circular com
mesa móvel blindada



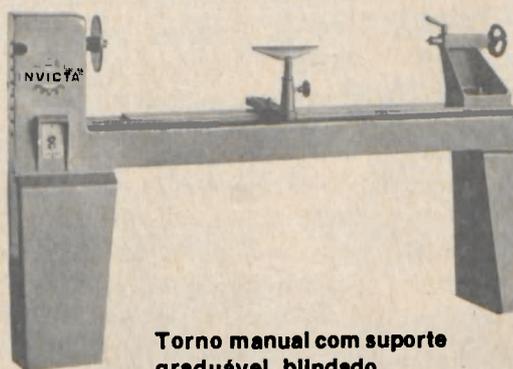
Lixadeira de fita
com disco lixador



Furadeira horizontal



Furadeira automática
para venezianas



Torno manual com suporte
graduável, blindado



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

Av. Rio Branco, 185 NATAL

R. Cel. Gurgel, s/n MOSSORÓ

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

A INFLAÇÃO, SEGUNDO OS PROFESSORES DE ECONOMIA DA UFRN

Os professores da UFRN opinam sobre a conjuntura econômica nacional, dissecando os diversos ângulos do problema da inflação. O preço do dinheiro, a dívida externa do Brasil, a crise do petróleo, a política salarial, a reforma agrária, são outros temas discutidos.

A inflação tornou-se um assunto tão importante na atual conjuntura econômica brasileira que passou a ser assunto do dia-a-dia em todos os setores da sociedade. O tema agora é comentado em qualquer parte e em algumas vezes com riquezas de detalhes, graças à sua divulgação pela imprensa. Muita gente fala exclusivamente por estar sentindo na pele o problema, embora lhe falte o conhecimento teórico necessário.

Como os professores e alunos do curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nunca foram solicitados pela imprensa local para opinarem sobre o atual momento econômico do País, ou sobre a inflação, RN/ECONÔMICO, resolveu tomar esta iniciativa, procurando conhecer o seu pensamento sobre a questão e estimulando-os a sugerir medidas que deveriam ser adotadas pelos Governos Federal e Estadual.

CUSTO E DEMANDA — Para Francisco das Chagas Paiva Filho, norte-riograndense de Caraúbas com curso de mestrado em Teoria Econômica na Universidade Federal do Ceará e professor da UFRN da disciplina de Micro-economia, “basicamente nos deparamos com dois tipos de inflação: a inflação de custo e a de demanda. A inflação de custo é alimentada por aumentos nos preços dos fatores de produção, aparecimento de novas tecnologias, etc. Quando os importamos do resto do mundo e a nossa balança de paga-



Francisco das Chagas Paiva Filho: “A crise do petróleo entra como a principal causa da nossa inflação”.

mento se apresenta deficitária, a inflação de custo também se torna mais acentuada face às possíveis desvalorizações da moeda nacional. A inflação de demanda é a procura por bens e serviços acima da oferta, ou o fato do consumidor com maior poder de compra tender a pressionar os preços para cima, embora a elevação de preço seja até certo ponto aceita como natural pelos defensores ortodoxos das leis de mercado”.

E prossegue:

“Assim, essas pressões de demanda somam-se às dos custos. Para melhor aproximação de inflação de custo, tomemos como exemplo o

petróleo. Com a crise do petróleo, iniciada em 73, a economia brasileira não conseguiu ser exceção da deteriorização dos preços na economia mundial que experimentava um crescimento sem precedentes no período pós-Segunda Guerra até início da década de 70. Aliás, há quem diga que seria ingênuo imaginar que o Brasil pudesse escapar sem arranhões a essa reviravolta da economia internacional”.

O professor Francisco Paiva Filho afirma que “essa influência da crise do petróleo entra como o principal índice na inflação de custos no Brasil”. E em seguida analisa com mais profundidade a questão da dependência do petróleo:

“A nosso favor, na atual conjuntura, temos os seguintes fatores: possuímos 90% de geração hidráulica do nosso sistema elétrico; não dependemos do sistema de calefação para uso doméstico. Como pontos negativos, observamos no País a existência de um sistema de transportes projetado sob o postulado de existência de petróleo superabundante e barato, com grande ênfase nas rodovias em substituição às ferrovias e à Marinha Mercante, e com a predominância do automóvel particular em vez dos transportes coletivos. Utilizando algumas informações recolhidas de recente pronunciamento do ministro Simonsen, temos a considerar que o petróleo e o gás respondiam por 48% da energia consumida no País, cabendo os 52% restantes a: 3% ao carvão mineral;

24% a energia elétrica; 25% à lenha e aos resíduos vegetais. Em termos gerais, 60% da energia consumida são de produção interna e 40% de fontes de importação".

Ele conclui o professor Francisco Paiva Filho:

"Assumindo-se as suposições formuladas anteriormente é possível que a variável exógena do resto do mundo (crise do petróleo) tenha concorrido para provocar uma inflação interna, com solução praticamente inviável, mormente a curto e médio prazos. Feita essa apresentação resumida dos dois tipos de inflação, torna-se quase impossível, face ao caráter não quantitativo desta análise, em concluir apontando qual o maior percentual inflacionário: o de demanda ou o de custo. Todavia, se examinarmos as últimas políticas governamentais antiinflacionárias, veremos que elas parecem revelar uma preocupação maior pela inflação de demanda. Veja-se, por exemplo, o tratamento monetarista que vem sendo posto em prática para conter a espiral inflacionária, com o desaquecimento do crescimento econômico".

O PREÇO DO DINHEIRO — "A discussão recente sobre o problema da inflação brasileira voltou a mostrar as dificuldades que encontramos ao tentar diagnosticar as causas do processo". Essa afirmação é do professor Odair Lopes Garcia, paulistano e também com curso de mestrado na Universidade do Ceará, atualmente lecionando Macroeconomia na UFRN. Ele diz ainda que "dentre as várias causas apontadas, uma delas tem sido levantada por muitos economistas e diz respeito ao elevado preço do dinheiro, caracterizando um componente inflacionário que entra pelo lado dos custos". E é nesse aspecto do processo inflacionário que ele resolve se deter e abordá-lo através de sua relação dinâmica de endividamento interno e externo do País, de uma forma bastante simplificada:

"O Brasil é um País tradicionalmente deficitário no seu balanço de pagamentos em conta-corrente, isto é, na soma dos resultados de balan-

ça comercial e das transações correntes — serviços, royalties, transferências, etc — necessitando obter empréstimos externos para cobrir essa diferença. Esses empréstimos externos podem ser tomados na forma de capitais de risco pelas empresas ou para financiamento de projetos governamentais. Como se tem obtido sucesso na captação desses recursos, o País tem conseguido superávits sucessivos em seu balanço de pagamentos tendo o Governo acumulado um estoque razoável de moedas estrangeiras. Naturalmente, esses superávits no balanço de pagamentos se constituem em fatores de pressão inflacionária, via aumento dos meios de pagamentos do sistema. Na tentativa de neutralizar esses efeitos, o Governo lança mão da emissão de títulos da dívida pública (ORTNs e LTNs) com a intenção de enxugar o excesso de moeda e assim diminuir a base monetária. Obviamente, isso só pode ser feito através do pagamento de taxas de juros atraentes para os possíveis tomadores desses títulos. Os bancos privados, por sua vez, devem concorrer com o Governo na captação de poupança no mercado, sendo obrigados a pagar também elevadas taxas de juros para conseguir esses

recursos. Dessa forma, os juros pagos pelo Governo se constituem num índice no qual se baseia o sistema financeiro para efetuar os empréstimos. Os empresários necessitados de capital são obrigados a se submeterem a essas taxas (pois normalmente tem pequeno poder de barganha), repassando esses aumentos ao consumidor final e aumentando o nível do preço".

O professor Odair Lopes faz uma indagação: "Se o diagnóstico está correto, sendo bastante conhecido, por que não foram tomadas providências para controlar essas taxas, estabelecendo-se ou tomando medidas que as dirigissem para níveis inferiores?". Ele mesmo responde:

"Ao que tudo indica, essas altas taxas de juros vêm de encontro a outros objetivos governamentais, os quais se chocam com o objetivo principal de controle da inflação".

E explica:

"A dívida externa do País, por exemplo, é vista pelo prisma de que o importante não é o montante dessa dívida e sim a capacidade de endividamento (representada pelo índice obtido pelo valor das importações, menos o montante das reservas, dividida pelo valor das exportações anuais). Sob esse aspecto o Gover-

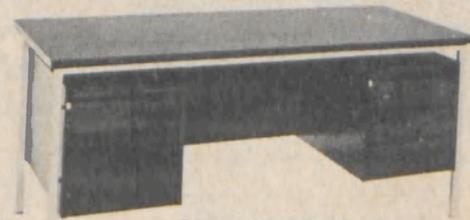
RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

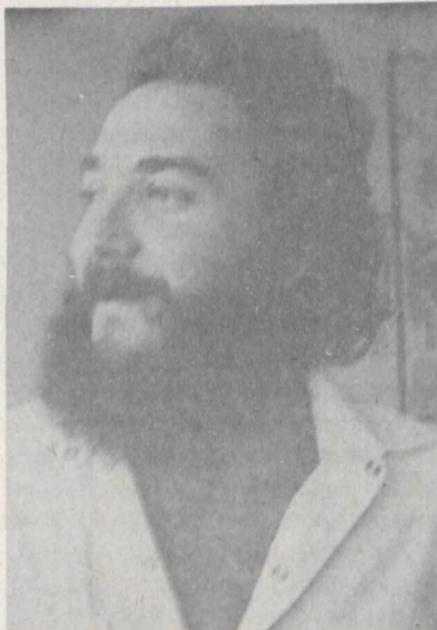
FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 286
Fone: 321-1330

no tem interesse em que as empresas procurem obter empréstimos externos, pois dessa maneira ele aumenta o volume de reservas e melhora a capacidade de endividamento. Além do mais, um alto volume de reserva representa maior poder de barganha e maior garantia para os credores do País. Dessa forma, altas taxas internas de juros tornam interessantes para as empresas que têm acesso ao mercado a captação de recursos no exterior. Por outro lado, a manutenção de altas taxas de juros no mercado interno deveria desestimular os investidores, desaquecendo a economia, e proporcionar melhor controle da inflação. No entanto, o resultado obtido é a especulação financeira, exercida por empresas ou grupos que atuam em setores onde esse desaquecimento reduziu a taxa de lucros e que possuíam excedentes monetários ou possuíam alguma forma de conseguí-los a níveis de juros mais baixos do que os de mercado. O elevado índice de endividamento público, com as conseqüentes despesas para o resgate dos títulos vendidos, obriga o Governo a lançar mais títulos no mercado para fazer face a seus compromissos. Dessa maneira temos a ciranda financeira de efeitos bastante maléficis para o sistema".

Finalmente, conclui:

"Em termos de perspectivas, os altos índices inflacionários fizeram com que o Governo adotasse uma política diferente da que vinha sendo praticada até agora. Assim é que pelas últimas medidas ele tenta desestimular a captação de recursos externos e parece que pretende cobrir o déficit do balanço de pagamentos através da utilização de parte de suas reservas e não pretende elevar (e se possível diminuir) o volume da dívida interna. Com essas medidas, é de se esperar que diminuam as pressões sobre o nível da taxa de juros".

A INFLAÇÃO NO RN — A projeção, especificamente no Rio Grande do Norte, a partir de uma perspectiva histórica e, de maneira superficial, a análise de alguns aspectos do fenômeno da inflação na economia



Odair Lopes: "O Brasil é um País tradicionalmente deficitário".

brasileira, foi o assunto abordado pelo professor Rogério Pires da Cruz, paulista de Caraguatuba e também com curso de mestrado na UFCE. Em Natal, ensina na UFRN a disciplina Economia Brasileira.

"Inicialmente" — diz o professor Rogério Cruz — "gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a economia brasileira a partir de 1930 tem apresentado uma tendência histórica de preços em alta. Vamos recordar: por volta desse ano, nossa economia sofreu uma redução no volume de vendas de seu principal produto de exportação — o café. O Governo visando manter os níveis de emprego e renda passou a comprar o produto, estocando-o para revendê-lo, oportunamente, quando a demanda mundial se reabilitasse. Como isso não ocorreu, e a produção superava em muito o volume de vendas, o Governo passou, então, a queimar os estoques do produto. Essa aquisição apresentou como aspecto negativo o fato de que a produção teve continuidade já que as vendas estavam garantidas. Na verdade, naquela época, ao injetar dinheiro (cruzeiros) na economia sem respectivo equivalente em divisas externas (dólares) oriundos de vendas reais, gerou-se um processo inflacionário".

"Posteriormente, vamos encontrar o Governo Kubitschek tentando implantar a industrialização no País através do mecanismo de poupança forçada, na sociedade como um todo, ou seja, aumentou-se a emissão de moeda que regou uma elevação nos preços. Como os salários não foram majorados proporcionalmente, passamos a ter uma queda no salário real, ou seja, no poder de compra. Em verdade, com essa queda no salário real houve uma transferência de renda dos assalariados para os industriais. Portanto, na medida em que ocorre um aumento nos preços relativos de uma economia estamos diante não apenas de um fenômeno inflacionário, mas de uma mudança na distribuição de renda da sociedade, implicando em que determinados grupos ganham com a inflação enquanto outros perdem com a sua existência. Nesse sentido, as políticas econômicas de 1930 e 1955 teriam beneficiado — mesmo que não intencionalmente — os setores agrário e industrial, respectivamente".

OS SALÁRIOS — E continua o professor Rogério Cruz:

"Se nos reportamos à atual conjuntura vamos encontrar os assalariados preocupados com os atuais aumentos nos níveis de preços, isto porque seus salários estão se distanciando da realidade dos preços. Em outras palavras, eles estão perdendo com o atual processo inflacionário. Aliás, a grande imprensa não tem se furtado em noticiar a evolução histórica dos níveis salariais, principalmente do salário-mínimo, que quando confrontados com as elevações dos níveis de preços mostram que aqueles não têm acompanhado estes. Tais aumentos não são incontroláveis: pelo menos é o que nos demonstram experiências históricas de vários países. Essa experiência tem demonstrado que os preços têm comportamento cíclico, ou seja, ora aumentam, ora reduzem — em termos relativos. Vale lembrar que o problema maior é que um controle de preços, no sentido de reduzir uma tendência altista, não é uma medida puramente econômica, no sentido de

um economista perceber o problema e, imediatamente, prescrever um remédio para o mal. Isto porque essa medida que vai ser tomada tem um caráter sócio-político que envolve interesses — tanto dos grupos que vão perder como dos que vão ganhar, e, principalmente, destes”.

Reportando-se à crise de 29, quando a burguesia agrária tomou a decisão, tecnicamente brilhante, de manter os níveis de emprego de renda, o professor Rogério Cruz afirmou:

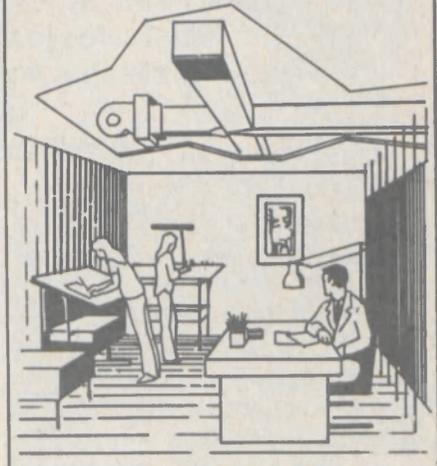
“Se essa medida teve seus aspectos sociais louváveis, ao garantir emprego e renda para a grande maioria da população, ela também visou manter os níveis de renda do grupo que detinha o poder e que continuou a manter os mesmos ritmos de produção, garantindo sua fatia no bolo. Nesse sentido, surgem duas perguntas interessantes: por que e para quem interessa a inflação? Parece que fica claro que a inflação é uma manifestação, no campo econômico, de choques e interesses de classes. E sua existência, muitas vezes, interessa. Se interessa, interessa a alguém, logo, ele existe. E mais, se os interesses entrarem em choque, a inflação possivelmente tenderá a se agravar”.

UNS PERDEM, OUTROS GANHAM — O fenômeno inflacionário pode ser visto — segundo Rogério Cruz — também sob ótica adicional, qual seja, a perspectiva regional. Sendo assim, segundo ele, podemos dizer que num processo inflacionário alguns Estados ganham, enquanto outros perdem:

“Tomemos o caso do Rio Grande do Norte. E, mais especificamente, o setor agrícola. Este poderia ser, por hipótese, o principal responsável pelas oscilações no custo de vida estadual. Sem provar estatisticamente, mas utilizando de uma suposição, vamos dizer que os níveis de produção agrícola — volume físico — crescem menos do que a população total. Assim, vamos concluir que, para manter os atuais níveis de demanda, nosso Estado deverá importar esse deficit, de outros Estados. Um matutino dessa capital, recentemente, apresentou uma charge que estampava muito bem o problema, ao cari-

caturar uma banca de verduras da feira do Alecrim, onde a cebola era oriunda do Estado «X», o tomate do Estado «Y», a laranja do Estado «Z», e assim por diante, vendo-se ainda, um consumidor estupefato perguntando o que tinha ali, produzido pelo Rio Grande do Norte. Nesse caso, não fica difícil imaginarmos que esses produtos cujos preços estão altos são, via de regra, oriundos de outros Estados, e que percorreram um longo caminho do produtor alíeno até o consumidor potiguar. Esse processo intrincado de comercialização que vai passando o produto de mão em mão, vai concomitantemente encarecendo-o. Portanto, ele não pode chegar até nós, com níveis baixos de preços. Logo, estamos diante de uma elevação no custo de vida, que necessariamente terá reflexos sobre os níveis de inflação do Estado. Como consequência, fica-nos patente que essa importação transfere renda para outros Estados. Dentro dessa linha de raciocínio, podemos dizer que se nosso Estado não partir para uma política firme de aumento da oferta de alimentos com a paralela eliminação da figura do atravessador, o problema inflacionário só tende a se agravar, ao menos a curto prazo. Não estamos, com isto, apresentando soluções de como elevar essa oferta, mas apontando uma maneira possível de atenuar o problema. Sucessivamente, poderíamos especular sobre a realidade dos preços dos produtos industrializados que passam pelo mesmo processo de comercialização até chegar ao nosso Estado, tornando-se mais caros aqui do que nos Estados de origem. Em suma, na medida em que o Estado for se tornando cada vez mais dependente do sistema produtivo/comercializador dos outros Estados, mais o problema estará se agravando em seus aspectos distributivista inter-classes, inter-setores ou mesmo inter-Estados, trazendo como consequência imediata a inflação, com seus efeitos negativos nos planos social e político. E a deteriorização do poder de compra — via inflação — leva à marginalização do indivíduo na sociedade, na medida em que ele deteriora seus padrões de vida”.

Philco Split System



O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

A Philco lançou o **SPLIT SYSTEM**, um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências. Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas. Chame a **SUMMA ENGENHARIA**. Nós daremos a assessoria técnica que você desejar.

Projeto, venda, instalação e manutenção com garantia de fábrica.



SUMMA

ENGENHARIA LTDA.

AR CONDICIONADO COMERCIAL, RESIDENCIAL E INDUSTRIAL.

Rua Chile, 75 — Tels.: 222-5857, 222-4112 e 222-2227 — Natal-RN.

Revendedor Autorizado

PHILCO

A "FEBRE" DO PX CHEGA AO RN

O natalense aderiu de verdade ao PX (radioamador da Faixa Cidadão), hoje considerado o meio mais prático e mais barato de comunicação interpessoal, com alcance nacional e internacional. No Brasil, em torno de 100 mil «macanudos» (nome pelo qual são identificados os adeptos do PX) estão em atividade, e no mundo inteiro eles chegam a vários milhões. Em Natal, eles já vão além de duas centenas. Aqui existe uma empresa especializada na venda, instalação e treinamento do rádio Faixa Cidadão, que é a Equipadora Lázaro, onde são encontrados equipamentos nacionais e estrangeiros.

A mania do radioamador «Faixa Cidadão», ou simplesmente PX, como é conhecido, já atingiu Natal. Diariamente, as lojas especializadas estão comercializando e instalando novas unidades desses equipamentos em carros, granjas, residências e escritórios, acreditando-se que só este ano já foram vendidos algumas centenas deles, a preços que variam de Cr\$ 8 mil a Cr\$ 30 mil, dependendo do grau de sofisticação e dos opcionais oferecidos, tais como antenas direcionais importadas, etc.

Tudo começou nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, e clandestinamente o PX foi se introduzindo no Brasil a partir dos últimos cinco anos, já estando hoje devidamente legalizado e se constituindo num «hobby» que congrega cerca de 100 mil pessoas. No começo tudo era difícil, pois toda a aparelhagem necessária procedia do exterior, a preços elevados; mas agora algumas indústrias nacionais já produzem equipamentos de excelente qualidade, como a *Motorradio*, oferecendo-os a preços acessíveis e, assim, ajudando a difundir ainda mais essa atividade que aproxima, irmana e serve às pessoas.

O PX EM NATAL — A *Equipadora Lázaro*, empresa que atua no comércio de aparelhos eletrônicos e de acessórios para automóveis, é quem lidera as vendas do rádio Faixa Cidadão em Natal. Ivanilson



O empresário Ivanilson Araújo, dirigente da Equipadora Lázaro, montou toda uma estrutura para dar ao PX toda assistência possível.

Araújo, diretor da empresa, considera que essa posição se deve à boa estrutura que se montou para garantir ao adepto do PX toda a assistência possível, inclusive o necessário treinamento para os novatos, o que é conseguido graças ao funcionamento de um canal dentro da própria Equipadora, que permanece 12 horas no ar, todos os dias.

De três a quatro carros são equipados diariamente com o PX pela *Lázaro*, enquanto mais alguns aparelhos são instalados em pontos fixos, como residências e escritórios.

Embora predominem as vendas à vista, a *Equipadora Lázaro* possui sistema de financiamento próprio que oferece prazo de até 5 meses para os pagamentos, sem juros. A montagem, assistência técnica e instruções detalhadas sobre o modo de operar o rádio são garantidas gratuitamente pelo departamento técnico especializado da firma, que também se encarrega da obtenção de licenças do DENTEL para operar.

COMO FUNCIONA — Para aderir ao PX, a burocracia é a menor possível. Basta o pretendente se legalizar perante o DENTEL, apresentando sua cédula de identidade, título de eleitor, prova de estado civil, número do CPF, e, para os homens, o certificado de reservista ou a dispensa do Serviço Militar. Em cerca de 30 dias a inscrição estará concedida, juntamente com um código que servirá de número para a sua estação. O iniciante vai precisar de adotar, com a prática, um vocabulário cheio de calor humano, do qual constam algumas gírias, pois o tratamento entre os adeptos do PX é o mais coloquial e amistoso que se possa imaginar. Muitas pessoas chegam a dizer que o rádio Faixa Cidadão, além de ser um instrumento sério e extremamente útil, é ao mesmo tempo utilizado como lazer e curiosidade científica, ou também como terapêutica contra o *stress* emocional, pois distrai e desperta o sentimento de



Benedito César Gurgel, presidente do Clube de Radioperadores da Faixa Cidadão do Rio Grande do Norte, diz que o PX existe para servir.

solidariedade e fraternidade entre as pessoas.

O PX é um radioamador com capacidade operacional limitada. Funciona com potência de 5 Watts e só opera em 23 canais na alta frequência de 27 Mega Hertz (MHZ), em amplitude modulada, comumente conhecida como frequência de 11 metros. Um fato interessante é que o PX opera num raio de 30 quilômetros, pulando daí para outro raio de 1.500 quilômetros, e daí para distâncias infinitas, sendo portanto, muito fácil falar até para o exterior. A área compreendida entre os 30 e os 1.500 quilômetros é conhecida como «zona do silêncio».

CÓDIGOS E NÚMEROS — O tenente Carlos Adel, chefe de Comunicações do Quartel da Polícia Militar, em Natal, é um entusiasta e conhecedor profundo do PX. Ele fala sobre os códigos, a nomenclatura e detalhes da operação do rádio Faixa Cidadão. Segundo ele, um código identificador de uma estação é composto de duas letras e cinco números. Por exemplo, o código da *Equipadora Lázaro* é PX-7-1437; o «P» indica o país e o «X» a categoria do operador na Faixa Cidadão; o primeiro número distingue a região do país (no caso, o «7» é indicador de que o rádio está instalado na 7ª Região Militar, que compreende no Brasil os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco



O chefe de Comunicações da Polícia Militar do Estado, tenente Carlos Adel, mostra até onde vai a utilidade do rádio Faixa Cidadão.

e Alagoas); os quatro algarismos restantes representam o número do próprio operador no DENTEL.

Dos 23 canais utilizáveis pelo PX, um (o canal 9) é privativo da Polícia, permanecendo no ar durante as 24 horas do dia, para atender chamados de urgência. São inúmeros os casos de colaboração do PX para com a Polícia, na comunicação de acidentes de trânsito, assaltos, situações de perigo público, etc.

Para o presidente do Clube de Radioperadores da Faixa Cidadão do Rio Grande do Norte, Benedito César Gurgel, o sistema funciona como objeto de serviço, pelo qual as pessoas que o utilizam emprestam todo tipo de ajuda a quem necessita. Jaeci Emerenciano, um dos mais antigos adeptos do PX no Rio Grande do Norte, por seu turno, também considerando o sistema como algo de grande utilidade, lamenta que alguns o usem sem a imprescindível seriedade.

No momento, uma das reivindicações dos operadores da Faixa Cidadão, já devidamente encaminhada ao ministro das Telecomunicações, é a ampliação do PX de 23 para 40 canais, como se permite em inúmeros países. Através dessa providência, diminuiria sensivelmente o congestionamento que em alguns momentos se verifica no sistema. Ao que tudo indica, a reivindicação não demorará a ser atendida, para alegria dos aficionados deste emocionante e útil passatempo.

ARMAZÉM PARÁ: A CASA QUE LHE SERVE



Poder pensar em qualquer tipo de madeira. Depois vá comprá-la no **Armazém PARÁ**, que possui o maior estoque e variedade de madeiras para todos os fins. Mas pense nos outros materiais para a sua construção: Louças Sanitárias, Pisos de Cerâmica, Azulejos, Tintas, Ferragens, Fôrmica, e tudo o mais. Você encontrará tudo pelos melhores preços no **Armazém PARÁ**.



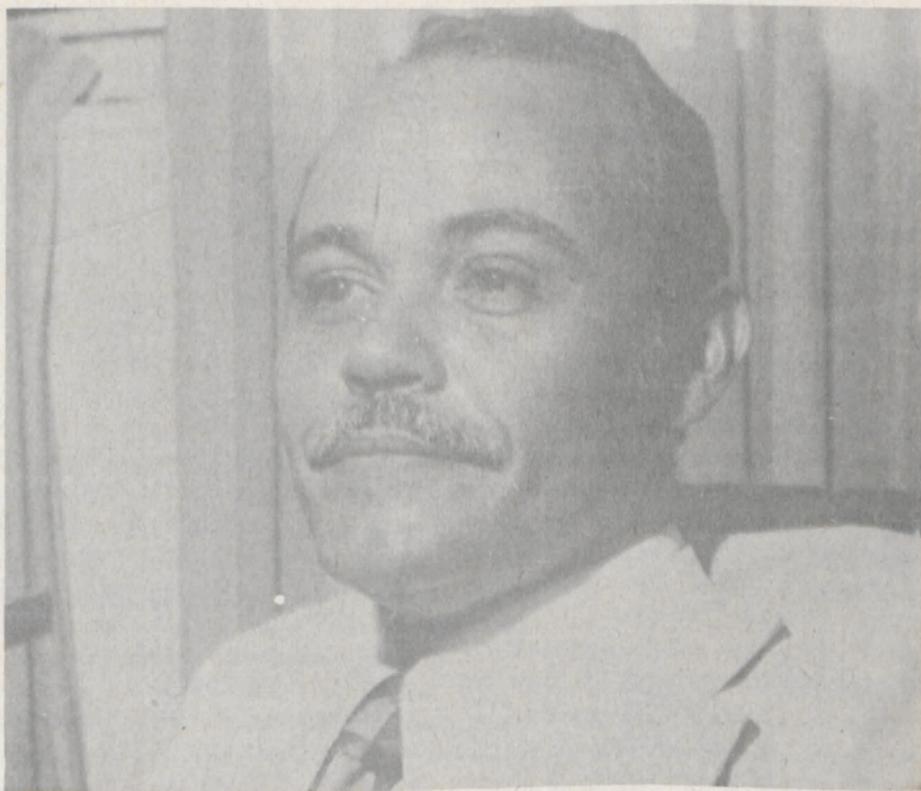
ARMAZÉM PARÁ

Rua São José, 1507 — Fone:
231-1731 — Natal-RN.

RELATÓRIO SIGILOSO DOS DEPUTADOS CONFIRMA: A CIDA É CULPADA

Uma comissão de deputados estaduais encarregada de investigar o escândalo do «feijão maravilha» (apodrecimento de 700 mil quilos de feijão macassar nos armazéns da CIDA nas Vilas Rurais), chegou à conclusão que a administração da empresa estatal foi culpada pelo vultoso prejuízo que terminou sendo despejado sobre os ombros dos humildes colonos da Serra do Mel. A preços atuais, o feijão apodrecido chegaria a ser vendido por mais de Cr\$ 10 milhões. E agora?

Embora o governador Lavoisier Maia tenha procurado impedir a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o escândalo do «feijão maravilha», ocorrido na gestão do governador Tarcísio Maia (atual presidente da Cia. Nacional de Alcalis), o MDB conseguiu que a Assembléia Legislativa designasse uma Comissão Especial para examinar o assunto. Composta por cinco deputados (Roberto Furtado, do MDB), e Nelson Queiroz, Theodorico Bezerra, Montenegro Neto e Onésimo Maia (todos da ARENA), a Comissão foi às Vilas Rurais, recolheu informações da CIDA (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário) e ouviu dezenas de agricultores ligados ao projeto de colonização do Governo. No fim de tudo, o veredicto inculcando os administradores da empresa estatal foi dado. Isto pegou de surpresa os setores oficiais, que esperavam — pelo fato da Comissão ter maioria de membros do partido do Governo — que as coisas se conduzissem diferentemente. Agora, diante da gravidade que o assunto assumiu, o relatório conclusivo dos deputados está sendo mantido em absoluto sigilo. Ainda assim, RN/ECONÔMICO, cumprindo o dever de informar, encontrou os meios de chegar ao documento, como também conseguiu entrevistar os deputados que o redigiram, depois de dois meses de trabalho.



Roberto Furtado presidiu a comissão de deputados que apurou o escândalo do apodrecimento de 700 mil quilos de feijão nos depósitos da CIDA.

O COMEÇO DA INVESTIGAÇÃO — O deputado Roberto Furtado, presidente da Comissão, relata:

“Ao visitarmos o armazém da CIDA, onde o feijão estava armazenado, fomos informados pelo senhor Antônio Damasceno Bezerra, encarregado do armazém, que, na ocasião em que o feijão ali foi depositado existia uma goteira no prédio, a qual

logo em seguida foi retirada. Esta informação, todavia, é contestada pelos colonos, especialmente por José Cordeiro da Silva, residente na Vila Guanabara, Lote nº 5, que declarou que, devido ao número de goteiras, solicitou do encarregado do armazém, providências imediatas, para evitar o apodrecimento do produto, não sendo atendido em sua so-

licitação''.

A CIDA, por sua vez, pelos documentos apresentados à Comissão Especial, tentou demonstrar que, zelando pela conservação do feijão, utilizou um secador de cereais, obtendo excelentes resultados, ficando o feijão totalmente seco e sem correr o perigo do apodrecimento.

Depoimento apresentado pelo funcionário da CIDA, Adonias de Araújo (que na época trabalhava na Serra do Mel), contradiz a informação admitindo que efetivamente, o secador de cereais foi utilizado, todavia, de maneira inadequada, por inexperiência de quem operava ou até mesmo por defeito do aparelho, ocasionando um processo inverso, isto é, ao invés de secar o feijão estocado, umedeceu ainda mais o produto, dando causa ao seu perecimento.

Os documentos que foram postos à disposição da Comissão, pela CIDA, são assinados pelo atual gerente da Serra do Mel, Oséas Rodrigues de Alcântara, e também foram contestados pela maioria dos colonos que ali trabalham.

CONTRADIÇÕES A VALER — O deputado Nelson Queiroz, relator da Comissão Especial designada pela Assembléia Legislativa, afirma que nos documentos apresentados pela CIDA em defesa própria, existe a demonstração das providências que foram tomadas para a conservação do feijão, tais como a nebulização de 18.179 volumes e o expurgo em 28 de fevereiro, 28 de abril, 3 de julho e 29 de setembro do ano passado, de todo o produto estocado. No entanto, os testemunhos de inúmeras pessoas contestam a veracidade dessas providências. Nos contatos mantidos pelos deputados com os colonos e nos depoimentos destes, ficou claro que o feijão foi por eles entregue à CIDA, e esta, somente depois de 3 ou 4 meses, é que tomou as primeiras medidas de proteção ao mesmo, quando não havia mais possibilidade de recuperar o feijão estocado.

“Realmente a informação dos colonos é certa” — afirma Nelson Queiroz, que prossegue: “Pelos documentos da CIDA, somente em 12



Paulo Gonçalves, um defensor dos agricultores na Assembléia, também integrou a comissão de investigação.

de dezembro foram iniciados os expurgos; entretanto, conforme as guias de entrada em poder dos colonos, todo o feijão foi entregue em depósito no armazém da CIDA nos meses de junho e julho, significando dizer que o feijão já estava armazenado há 5 meses quando foi feito o primeiro preventivo, qual seja o expurgo''.

Uma confirmação da ineficácia da proteção tardia dispensada pela CIDA foi dada pelo atual diretor técnico, Tilon Gurgel, quando informou que o feijão macassar (tipo armazenado pela CIDA) não suporta mais de quatro meses de armazenamento, salvo se protegido em silos hermeticamente fechados (o que não ocorre no armazém da Serra do Mel), assim mesmo com enormes riscos. Desta declaração, fica claro que os dirigentes anteriores da empresa estatal sabiam (ou deveriam saber) deste detalhe e não tomaram as providências no tempo devido, sendo, portanto, responsáveis diretos pela perda do feijão.

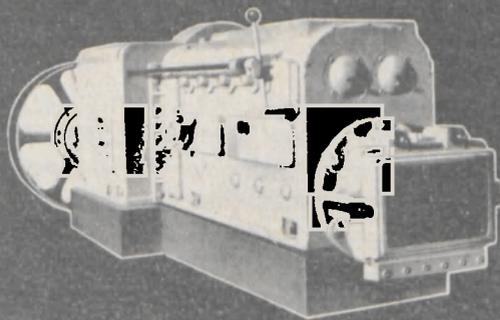
No tocante aos expurgos, há um dado que ensejaria (segundo a Comissão) uma investigação mais ampla que o âmbito restrito de uma simples Comissão Especial não comportaria. É que, em data de 23 de maio do corrente ano, o Departamento de Tecnologia Farmacêutica e de Alimentos, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizou uma Análise Bromatológica e Toxicológica no feijão concluindo que, além de sua imprestabilidade para consumo humano, o produto apresentava ausência de inseticidas orgânicos — clorados ou fosforados.

Numa observação dos fatos expostos, verifica-se uma grande con-

MÁQUINAS PARA CERÂMICA M.V.P. 5 Super MORANDO

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL
TRATADO

POLIA DE COMANDO COM
FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGAS-
TÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

**TEMOS TUDO
PARA LHE
SERVIR BEM.**



Galvão Mesquita Ferragens S/A



Casa Lux S/A

Rua Dr. Barata, 217/219 — Fones: 222-2968, 222-2983, 222-4145, 222-4142 e 222-2819
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 — Fone: 222-2149 — Rua Segundo Wanderley, 651 — Fone: 222-2850
Rua Dr. Barata, 194/200 — Fones: 222-0048, 222-2785 e 222-3008 — Rua Amaro Barreto, 276
Fone: 222-1500 — Av. Rio Branco, 643 — Fones: 222-2841 e 222-3034.

tradição entre as informações que a CIDA prestou aos deputados e o exame feito pelo Laboratório da UFRN, pois se não existe presença de inseticidas orgânicos no feijão armazenado, logicamente não existiu o tratamento preventivo, restando agora saber se os documentos apresentados pela CIDA, comprovando pagamento para os tratamentos anunciados, são reais, uma vez que, se os serviços de proteção não foram feitos, logicamente alguma coisa mais está errada.

PROIBIÇÃO DE VENDA — Fato de maior importância registrado no caso do feijão das Vilas Rurais, foi, sem dúvida, a proibição — determinada pelo então gerente da Serra do Mel, Carlos Antônio Batista de Medeiros — para que os colonos comercializassem diretamente o seu produto. Para cumprimento desta proibição, até a Polícia foi mobilizada e foram levantadas correntes nas saídas das Vilas, conforme comprovou o deputado Manoel Montenegro Neto, membro da Comissão Especial..

A justificativa da CIDA para a medida arbitrária é a de que, tendo sido os colonos por ela financiados, a Companhia tinha todo direito de receber a produção para comercializá-la e, em seguida, fazer o encontro de contas; isto, na verdade, tem características de confisco, para garantir o ressarcimento das aplicações do Governo. Além, é claro, da arbitrariedade e da violência da medida.

Conforme comprovação da Comissão Especial, informa o deputado Roberto Furtado que a CIDA forçou os colonos a fazerem, em fevereiro/78, um encontro de contas, recebendo estes, pelo feijão tipo «A», Cr\$ 3,00; tipo «B», Cr\$ 2,40; tipo «C», Cr\$ 1,80; tipo «D», Cr\$ 1,20; e tipo «E», Cr\$ 0,60, de acordo com um processo de classificação unilateral, feito pela CIDA já muito tempo depois do produto ter sido entregue pelos colonos, isto é, quando o feijão já apresentava sintomas de perecimento. Havia ainda a promessa de que, quando da comercialização, os colonos receberiam uma diferença para mais nesse preço, inclusi-



Outro deputado ligado à agricultura, Theodorico Bezerra, viu de perto os estragos na Serra do Mel.

ve porque na ocasião os preços do mercado eram bastante superiores.

Antônio Cesário da Silva, colono residente na Vila Guanabara, Lote 17, informou que, logo após a sua colheita, obteve do comerciante Manoel Francisco Neto, estabelecido em Mossoró, proposta para compra do seu feijão ao preço de Cr\$ 7,00 por quilo, não tendo vendido por motivo da proibição da CIDA, que confiscou a sua produção.

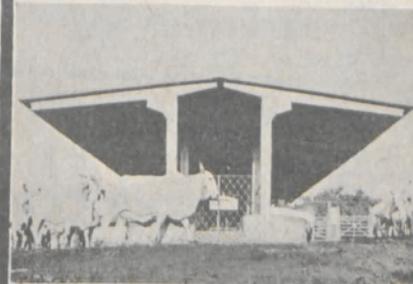
Em seu depoimento, o colono Francisco Praxedes, residente na Vila Guanabara, Lote 7, afirmou, inclusive com a confirmação de vários outros colonos, que quando fez encontro de contas com a CIDA, em fevereiro/78, recebeu seu pagamento pelos preços já estipulados pela Companhia, quando na data, em todas as cidades da região, o feijão estava sendo negociado ao preço de Cr\$ 7,00.

EXIGÊNCIAS DA CIDA — Diante de tantos fatos comprovados, de irregularidades gritantes, outro dado importante foi acrescentado pelo colono Joaquim Zumba de Oliveira, residente na Vila Guanabara, Lote 47: este, de posse da nota de venda do seu feijão à CIDA, ao preço de

NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulo, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça Informações e comprove!

POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.

Cr\$ 3,00, apresentou aos deputados uma nota de compra, da mesma época, de feijão para o plantio, que a própria CIDA lhe vendeu ao preço de Cr\$ 9,00, o que significa entender que a CIDA especulou com o produto dos colonos.

Esdrúxulas, segundo as informações dos colonos, foram as exigências que a CIDA fazia, sob a alegação de má qualidade do feijão da safra vendida pelos mesmos. Exigia, por exemplo, a entrega de sacos com 62 quilos, quando o normal é o saco pesar 60, de modo que a Companhia obrigava os colonos a entregarem mais dois quilos «por fora».

PROVA DA CULPA — Quando a imprensa denunciou o apodrecimento do feijão da Serra do Mel, a CIDA fez publicar uma Nota na qual procurava justificar o fato e provar não ter culpa pela demora na comercialização do produto.

Nos documentos apresentados pela Companhia à Comissão Especial, fica comprovada a sua desídia

na procura de comercialização do feijão. Em um dos documentos apresentados, a CIDA reconhece que o feijão macassar é perecível, de difícil conservação e inadequado para armazenamento prolongado. Isto nada mais era do que uma confissão de culpa, pois ficou provado que somente após um ano de armazenamento do feijão foi que a Companhia estatal procurou comercializá-lo.

Em suas justificativas a CIDA afirmava que o feijão entregue pelos colonos era de qualidade inferior, fato que teria dificultado sua colocação no mercado, e dizia ainda que a sua interveniência na aquisição do produto foi apenas para evitar maiores prejuízos para os agricultores.

Duas contestações são opostas a esta afirmação: 1ª) conforme documentos apresentados, depoimentos de colonos e de comerciantes que na época pretenderam adquirir o produto, ficou constatado que o feijão

tinha amplo mercado, chegando alguns comerciantes a oferecer Cr\$ 7,00 por quilo, somente não acontecendo a venda, por parte dos colonos, por causa de proibição feita pela CIDA; 2ª) a Companhia não procurou venda para o feijão, logo após seu armazenamento, uma vez que somente um ano depois, quando o produto já estava imprestável para consumo humano é que foi tentada a comercialização, com abertura de uma concorrência.

Até mesmo os documentos apresentados pela CIDA, indicando que houvera licitação, estão datados de outubro/76, o que, segundo a Comissão de deputados, não condiz com a verdade, pois somente em junho e julho/77 o feijão foi entregue pelos colonos à CIDA.

FRAUDE — Os fatos são da maior gravidade. Falsas alegações, fraudes grosseiras, são apenas alguns aspectos contidos nos docu-

Cat 120B. A única motoniveladora com motor de motoniveladora

A motoniveladora 120B Caterpillar, fabricada no Brasil, tem uma grande vantagem sobre suas concorrentes: o sobretorque. É uma reserva automática de potência, que aparece quando a máquina enfrenta uma resistência extra.

Na 120B, motor, máquina e qualidade são do mesmo fabricante: Caterpillar. É natural que ela ofereça maior produtividade, vida útil mais longa e menores custos de manutenção.

É, ainda, protegida pelo Cat Plus, o superatendimento do futuro, já disponível hoje, nos Revendedores Caterpillar.



 **CATERPILLAR**

Caterpillar, Cat e  são marcas da Caterpillar Tractor Co.



marcosa s.a. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL — R. G. do Norte
Av. Antônio Basílio, 1370 — Fones: 231-3383 e 231-4262

J. PESSOA — Paraíba
BR-101, nº 235

FORTALEZA — Ceará
Rua João Moreira, 359

mentos examinados, de acordo com a opinião de alguns membros da Comissão Especial. O Edital nº 165/77, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 26.10.77, anunciava — por exemplo — que se pretendia vender Feijão Macassar Branco (15.000 quilos) e Feijão Mulatinho (6.000 quilos) produzidos nas terras do Projeto de Colonização «Lagoa do Boqueirão»; todavia, talvez com o intuito de burlar a atenção da Comissão Especial foi fraudulentamente retirada a primeira folha do referido Edital e colocada em seu lugar a primeira folha do Edital nº 048/77, que se refere à alienação de Castanha de Caju e Feijão Macassar Branco, de produção do Projeto de Colonização da Serra do Mel. E, para tentar iludir os incautos, assinalaram com lápis vermelho as palavras «Colonização da Serra do Mel».

A constatação da fraude se faz até pelo carimbo de numeração de páginas, aposto pela Comissão Permanente de Licitação da CIDA. Isso dá a entender que, através da fraude, tentaram levar a Comissão Especial, a Assembléia Legislativa e a opinião pública a um erro de interpretação, que serviria para, senão para inocentar a CIDA, pelo menos para amenizar a sua responsabilidade. O assunto constitui, inclusive, crime capitulado no Código Penal Brasileiro, segundo os juristas.

Outros pontos comprovam plenamente a fraude: 1º) em outubro de 1977 não se fez na CIDA concorrência para venda do feijão da Serra do Mel, mas sim para venda do feijão do Projeto Boqueirão; 2º) a quantidade do feijão anunciada nos documentos (15.000 kg) é muito inferior à quantidade da Serra do Mel (700.000 kg); 3º) o tipo de feijão do Projeto Boqueirão é Macassar Branco, enquanto o da Serra do Mel é Macassar Vermelho.

CONCLUSÕES DA COMISSÃO
— No relatório feito pela Comissão Especial, assinado pelo seu presidente, deputado Roberto Furtado, e tendo a participação dos deputados

Nelson Queiroz, Theodorico Bezerra, Onésimo Maia e Montenegro Neto, as conclusões mais importantes a que chegaram foram estas:

1ª) Com a utilização de Força Policial, os colonos foram proibidos pela CIDA de comercializar livremente o produto da sua colheita;

2ª) A CIDA recebeu o feijão dos colonos durante os meses de junho a agosto/77 e somente tentou comercializar o produto em junho de 78, quando o mesmo já estava deteriorado;

3ª) O exame Bromatológico feito no feijão constata que o mesmo não recebeu tratamento à base de inseticidas, etc., para evitar seu apodrecimento;

4ª) A CIDA recebia o feijão dos colonos a Cr\$ 3,00 e, na mesma época, vendia o feijão para plantio aos mesmos colonos a Cr\$ 9,00;

5ª) Alegando má qualidade do feijão entregue pelos colonos, a CIDA exigiu mais dois quilos em cada saca, como «complemento» do produto, e não se sabe a destinação dos quilos excedentes;

6ª) A CIDA tentou, mediante artifício fraudulento, levar a Comissão Especial e a Assembléia a erro de fato quanto às tentativas de comercialização do produto;

7ª) A CIDA, mesmo vendendo atualmente o feijão ao preço de Cr\$ 3,00, para complemento de ração animal devido à sua imprestabilidade para consumo humano, ainda assim terá um lucro indevido de Cr\$ 336.004,20, em detrimento dos colonos.

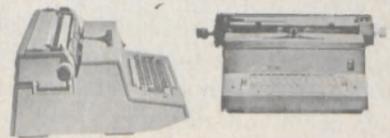
Termina a Comissão por afirmar que *“de todo o exposto, resulta nosa convicção de que a culpabilidade pelo apodrecimento do feijão e conseqüente prejuízo dos colonos, É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA CIDA”*.

CASA PORCINO

TRADIÇÃO EM PRODUTOS
PARA ESCRITÓRIOS



Cadeiras e
Birôs GIROFLEX.



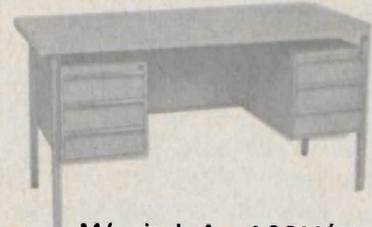
Máquinas para escritório OLIVETTI



Telefones e Centrais ERICSSON.



Cadeiras de
Palhinha e Birôs FLORENSE.



Móveis de Aço AÇOMÓVEIS.



CASA
PORCINO

A LOJA SEM LIMITE.

Rua Princesa Isabel, 641 — Tel.: 222-0235
Natal-RN.

Rua Cel. Vicente Sabóia, 162 — Tel.:
321-1133 — Mossoró-RN.

RN INGRESSA NA ERA DA MEDICINA NUCLEAR

Até meados do ano passado, os norte-riograndenses que necessitassem de exames eram encaminhados para os centros mais adiantados do País. Hoje, alguns meses depois, e milhões de cruzeiros de investimento, o Rio Grande do Norte já conta com um moderníssimo Centro de Medicina Nuclear, a nível de iniciativa privada.

O Centro de Medicina Nuclear, e a URAM — Unidade de Radioisótopos Aplicados à Medicina, duas clínicas particulares de Natal, investiram cerca de 10 milhões de cruzeiros apenas em equipamentos, para possibilitar à comunidade médica local a realização de exames que auxiliassem o diagnóstico — antes possível apenas nos grandes centros urbanos do País. O Centro de Medicina Nuclear, tanto quanto a URAM são sociedades civis. O primeiro resulta da associação dos médicos Costa Neto e Pedro de Alcântara Farias. O segundo, é liderado pelo médico Túlio Fernandes Filho.

O Instituto de Radiologia de Natal (IRN), comandado pelo radiologista José Carlos Passos, tem duas unidades operacionais: na Rua Jundiá e na Rua Manuel Machado. Recentemente realizou investimentos na ordem de Cr\$ 8 milhões para se reaparelhar, adquirindo um equipamento de ultrassonografia.

Não bastassem estas experiências no campo de exames, o Centro Cirúrgico para cardiologia e o Centro de Toco-Ginecologia da UFRN já conquistaram dimensões nacionais, tal o grau de aperfeiçoamento de técnicas operatórias, em ambas as especialidades. O primeiro desenvolveu com sucesso uma técnica para substituição de válvulas coronárias, estas fabricadas pelos próprios médicos cirurgiões; o segundo conta com um moderno ambulatório especializado em ginecologia endócrina, de tal conceito, que foi considerado pela Federação Brasileira de Socie-



José Carlos Passos, diretor do Instituto de Radiologia de Natal, fala dos altos investimentos que a Medicina está exigindo.

dades de Ginecologia e Obstetrícia, como um dos melhores do País, o que ensejou, da parte da Federação, escolher Natal como sede de concurso de âmbito nacional nesta especialidade médica.

Os médicos natalenses fazem questão de frisar o apoio e incentivo oferecidos pelo INAMPS, através da Sub-secretaria de Assistência Médica, que tem assegurado a realização de exames altamente sofisticados, e por isso mesmo de custo elevado, a todos os segurados da Previdência Social, assumindo o ônus do pagamento.

OS AVANÇOS DA MEDICINA

NUCLEAR — A primeira «Cintilografia» (como são chamados os exames «in vivo» realizados através de isótopos) realizada em Natal foi feita pela URAM. Foi um exame da Tireóide, realizado no dia 31 de agosto de 1978. «Esta data foi o marco inicial da Medicina Nuclear no Rio Grande do Norte» — como observa Túlio Fernandes, diretor da URAM. A «Cintilografia» se inicia a partir da injeção de substância radiativa de contraste — iôdo 131 — no paciente. Esta substância, segundo os médicos, não provoca reações perigosas à saúde do paciente, sendo eliminada pelo organismo sem provocar sequelas.

Túlio Fernandes revela, com boa dose de entusiasmo, a satisfação de ver realizado em Natal a gamcintilografia da glândula tireóide «um mapa colorido onde se podia visualizar contornos, formas, distribuição funcional, tamanho e localização exata da glândula tireóide». Seu entusiasmo foi maior, porque tinha consciência de que era a primeira vez que esse exame era realizado em Natal. Em seguida, a URAM passou a examinar órgãos como o fígado, o cérebro, etc — todos perfeitamente visualizados através de mapas coloridos, capazes de evidenciar um grande número de doenças, entre as quais os tumores malignos e benignos.

Técnicas idênticas são desenvolvidas pelo Centro de Medicina Nuclear. Aí, o médico Pedro de Alcântara, paraibano agora radicado em Natal, com mais de seis anos de

especialização no campo, nos maiores centros de São Paulo, revela que além do iodo 131, utiliza a Tecnécia — utilizada no mapeamento cerebral, hepático, cardíaco, renal e ósseo. O diretor do CMN informa que sua clínica está hoje equipada para fazer pesquisas de metástase de tumores já existentes.

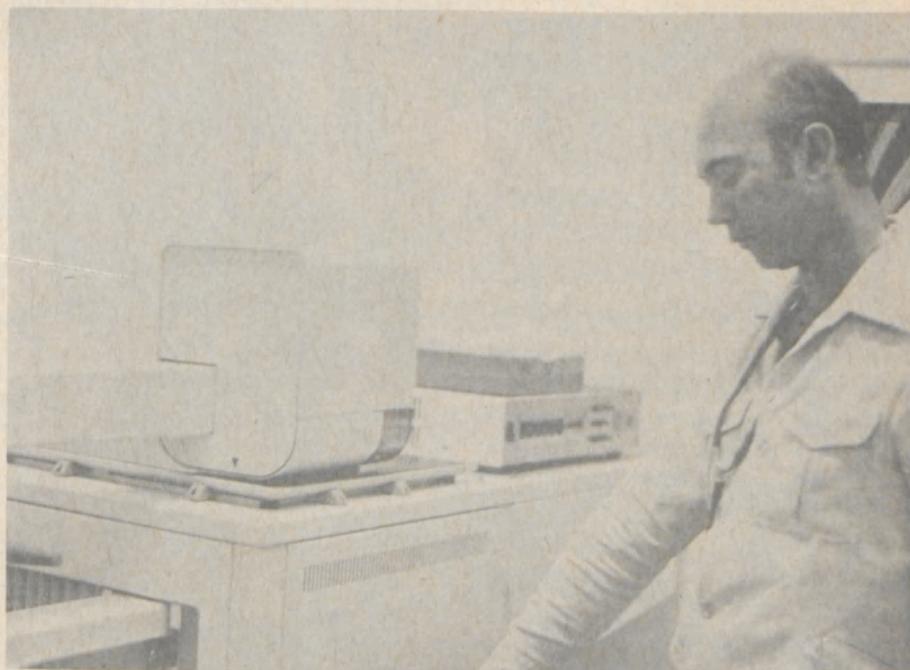
PRÉ-DIAGNÓSTICO E LABORATÓRIO — O Centro de Medicina Nuclear e Diagnóstico iniciou suas atividades em outubro de 1978. A utilização dos radioisótopos nasceu da necessidade do emprego de técnicas capazes de oferecer com detalhes e minúcias, elementos para formação de diagnósticos.

Os especialistas natalenses estão realizando trabalhos de laboratório, tais como o uso do radioisótopos «In vitro» (fora do corpo humano) pelo processo de radioimunoensaio, a partir do sangue retirado do paciente. Esse exame dá condições de dosar todos os hormônios necessários à endocrinologia. Já estão sendo realizados dosagens de Hormônios Tireoideanos (T3 e T4) e do Hormônio Estimulante da Tireóide (TSH).

Os equipamentos utilizados por ambos os centros (um mapeador, um estudo de Renograma e um aparelho de capacitação de Tireóide), representam um investimento de 5 milhões de cruzeiros e foram adquiridos na Holanda, com aval do Ministério da Saúde. O investimento representa, até certo ponto, ousadia dos médicos natalenses, pois o risco é um componente presente a esse tipo de imobilização. É Túlio Fernandes quem explica o risco do investimento:

“Em primeiro lugar, os riscos inerentes à própria aparelhagem, que é importado e por isso mesmo, sujeita às restrições de importações; em segundo lugar, toda ela é eletrônica, vulnerável facilmente a defeitos, cujos reparos podem tornar-se caríssimos em razão do tempo gasto para sua recuperação; por tudo isto é que o custo desses exames resulta caro, mesmo porque são altamente precisos e sofisticados”.

KITS E DIABETES — Os dois



Túlio Fernandes Filho se entusiasma com a evolução dos serviços médicos em Natal.

Centros possuem pessoal, instalações e material, capazes de prover o atendimento de até 50 pessoas por dia. Apesar dos exames serem de rápida elaboração, alguns, como por exemplo o de dosagem de Hormônios com Radioimunoensaio, demoram até doze dias. Essa demora tem trazido uma certa inquietação para os clientes. Mas a explicação é simples: um «kit» de exames custa, para a clínica, Cr\$ 20 mil, e com ele pode-se fazer 40 dosagens. Como o «kit» só pode ser aberto uma vez, é necessário juntar as quarenta dosagens para aproveitá-lo integralmente, do contrário o custo operacional sairá muito alto.

Os exames diagnósticos oferecidos pelos dois Centros variam de Cr\$ 247,00, o mais barato (Captação do 131), a Cr\$ 4.930,00 (Fotocintilografia do Cérebro). Desde o ano passado, graças ao Radioimunoensaio, a cidade conta com as dosagens de quase todos os hormônios — o que representa uma grande segurança para o endocrinologista. Por outro lado, a parte terapêutica também está contando com o auxílio do iodo radioativo para tratamento do bócio tóxico das cardiopatias graves e do câncer da tireóide, neste último, principalmente com relação aos dois ti-

pos — folicular e papilífero — com resultados bastantes promissores.

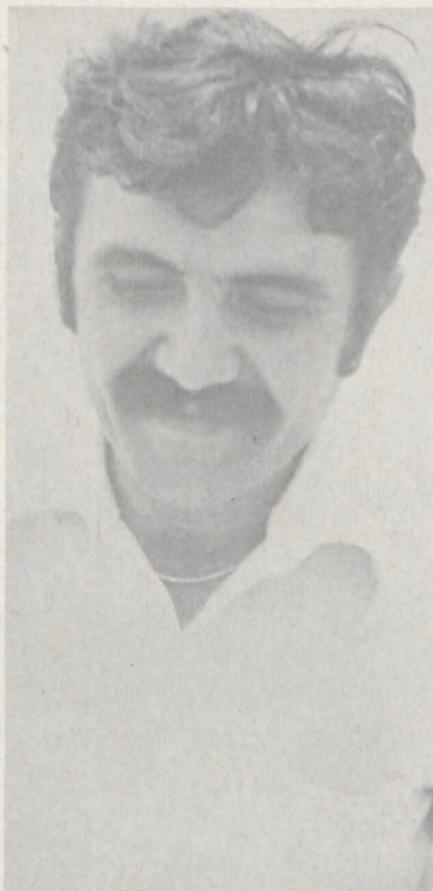
A endocrinologia beneficiou-se também no setor de Diabetologia, através da aquisição, nos Estados Unidos, pela URAM, de um Exetone — equipamento que realiza dosagem da taxa de açúcar no sangue, em um minuto — representando esta conquista um grande passo no tratamento do Diabetes Mellitus. Esse aparelho, além de realizar a Glicemia num minuto, o faz com apenas uma gota de sangue digital, dispensando a necessidade de punção na veia. Neste tipo de tratamento o cliente particular paga apenas Cr\$ 200,00.

Além do tempo consumido e do método quase indolor de extrair o sangue do paciente, o aparelho ainda realiza as Curvas Glicêmicas (exames que demonstram as perspectivas de uma pessoa vir a ter diabetes).

RADIOLOGIA — O Instituto de Radiologia de Natal oferece Radiologia Vascular, através de equipamentos sofisticados — só atuando, por enquanto, na parte das coronárias. Na área do Pâncreas, adquiriu, re-

centemente, um aparelho para realizar Angiografia — exame que detecta o tumor do Pâncreas. Mas, à parte a importância desses exames como contribuição ao avanço tecnológico da Medicina no Rio Grande do Norte, é o exame chamado de Ecografia ou Ultrassonografia, a grande conquista do IRN. A ultrassonografia (ou Ecografia) presta informações sobre a parte ginecológica e obstetra e a Medicina interna — identificando doenças do fígado, pâncreas, rins e outras — através do som. O som é emitido em ondas sonoras que formam ecos, que são captados e interceptados, e, seguindo-se o processo, é feito o estudo do mal e do local afetado do órgão.

Os exames têm custos que variam de 1.500 a 2 mil cruzeiros, para particulares, sendo que seu maior número de atendimentos é para beneficiários da Previdência Social. A IRN pensa no futuro em adquirir equipamentos para a realização de radiografias «tumocomputadorizadas» (CT), que representarão um investimento em torno de Cr\$ 20 milhões.



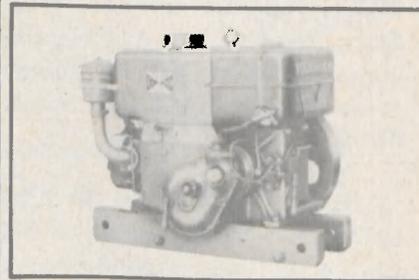
Pedro Alcântara, diretor do Centro de Medicina Nuclear, explica o que já se faz em Natal.

TABELA DE HONORÁRIOS PARA OS EXAMES NUCLEARES
(Particular)

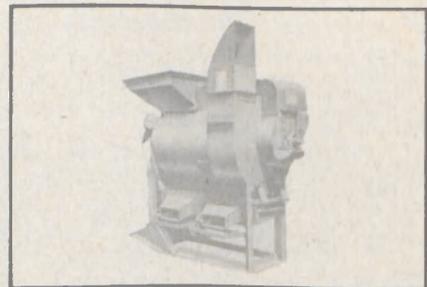
T3.....	Cr\$ 1.602,00
T4.....	Cr\$ 1.602,00
T. S. H.	Cr\$ 1.232,00
Testosterona Plasmática.....	Cr\$ 740,00
F. S. H. Plasmático.....	Cr\$ 740,00
L. H.	Cr\$ 740,00
Prolactina.....	Cr\$ 1.300,00
Estradiol.....	Cr\$ 860,00
Cortisol Plasmático.....	Cr\$ 740,00
H. G. H.	Cr\$ 985,00
Insulina.....	Cr\$ 1.602,00
Renina.....	Cr\$ 1.602,00
Estriol.....	Cr\$ 840,00
Aldosterona.....	Cr\$ 1.232,00
Captção do 131, nas 24 h.	Cr\$ 247,00
Fotocintilografia da Tireóide.....	Cr\$ 620,00
Fotocintilografia do Cérebro.....	Cr\$ 4.930,00
Fotocintilografia Hepática.....	Cr\$ 2.464,00
Glicemia (resultado em um minuto).	Cr\$ 200,00
Curva Glicêmica (quatro amostras).	Cr\$ 800,00

DUCAMPO
O Lojão da Agropecuária

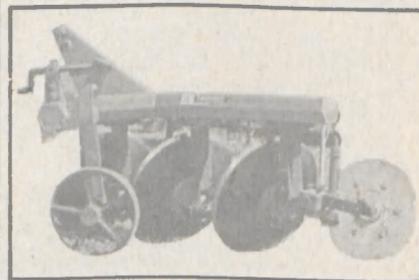
Motores "Yanmar"



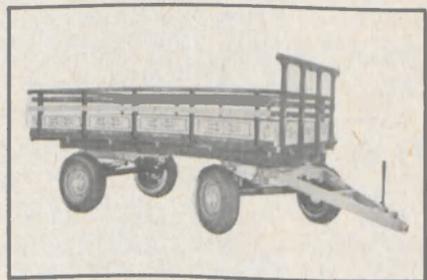
Batedeiras de Cereais "Laredo"



Arados "Lavromec"



Carretas "Fanavia"



FORAGEIRAS "Cremasco"



DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.
MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alacrim
Fone: 222-4557 — Natal-RN.
INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calço

ESPECIFICAÇÕES

Um termo muito importante para quem constrói,
mas tem muita gente esquecendo as
especificações da TELERN na hora de construir.

Todos os projetos de construção civil devem trazer, obrigatoriamente, entre outras, as especificações de instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas.

No entanto, tem muita gente esquecendo as especificações para a instalação de telefone.

E quem termina levando a pior é quem vai fazer uso do imóvel, uma vez que fica privado da utilização do telefone.

Não deixe que isso aconteça com você e com os outros.

Na hora de projetar, construir, reformar, comprar ou alugar, exija que as normas e especificações para instalação de telefone sejam cumpridas.

Com isso você facilita e evita a demora na instalação do seu telefone.

As normas e especificações estão publicadas no catálogo telefônico 78/79. É só consultá-lo.

Ou solicitar cópias ao Departamento Comercial da TELERN.

Teremos imenso prazer em atendê-lo.

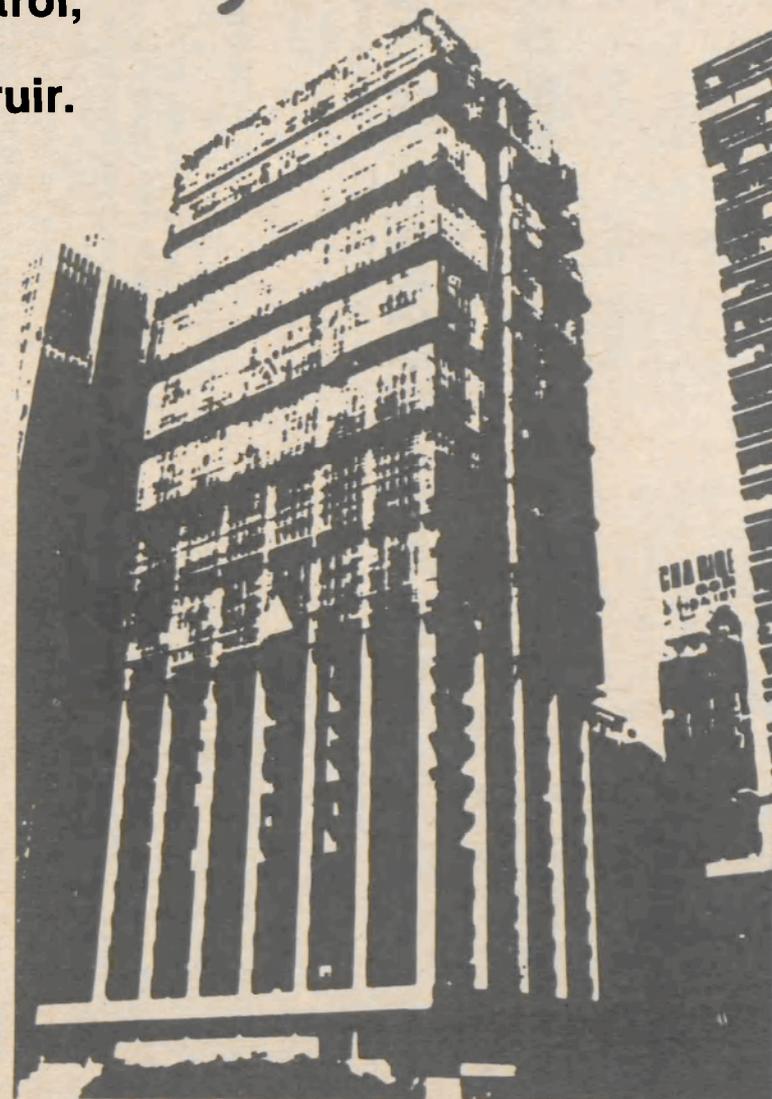
E a certeza de instalar o seu telefone.



TELERN

TELECOMUNICAÇÕES
DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

Empresa do Sistema TELEBRÁS





Pedro Simões Neto

Uma frente ampla para o RN (2)

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Um fato que ocupará a atenção dos cientistas políticos nacionais é o da reversão da representação política à própria sociedade. Os mais ousados, chegam até a utilizar o termo **reconquista**, considerando que a sociedade política é uma ficção — existe positivamente apenas para instrumentalizar a sociedade civil.

Se fosse considerado o fato de que a sociedade brasileira sempre encarou o assunto político com muita reserva, deixando-o sempre para os políticos, o fenômeno ganharia mais intensidade. O próprio alargamento dos poderes de representação conferido aos políticos foi conquistado sem delegação expressa, graças à omissão da sociedade. Até então, por conseguinte, os políticos tinham inteira liberdade de curso na geografia político-ideológica — até na interpretação livre do que seria o interesse nacional.

Com a obstrução do canal de comunicação da sociedade política, por via dos atos de exceção, a sociedade civil se deu conta da debilidade de sua representação e resolveu assumir o confronto com o Estado. Nos sistemas políticos democráticos, essa atribuição é regular e ordinária. A sociedade se organiza em torno de programas sociais e atua como elemento de pressão junto ao Governo, como que numa extensão natural do processo democrático. No Brasil, não se pode atribuir a mesma causalidade.

A arregimentação dos segmentos sociais para a discussão política tem muito mais a característica de «*jus sperniendi*» (do direito de despernear, de recurso extremo, numa versão livre de uma construção irreal), que de exercício regular de uma instituição consciente. A sociedade faz a contestação e assume as reivindicações porque a tradicional representação política descaracterizou-se como seu instrumento.

OS NOVOS GRUPOS

Nem os sindicatos, instrumentos corporativos que eclodiram no Estado Novo, são capazes de esvaziar a participação cada vez mais intensa da sociedade civil.

No Rio Grande do Norte tivemos recentemente exemplo de um movimento reivindicatório de professores, que prosperou alheio aos interesses dos órgãos de classe — e apesar destes. Em São Paulo, os empresários brasileiros se associaram a colegas latino-americanos e — rompendo uma tradição secular — discutiram política, fazendo profissão de fé democrática, transformando as corporações empresariais, de mero suporte do sistema político dominante, em força política de valor ponderável, capaz de pressionar, de reivindicar, de contestar. Uma força expansiva, dinâmica, atuante — com suficiente potência de tiro, até para derubar ministros. Ainda em Natal, líderes do setor industrial confrontam-se com os Governos, exigindo destes um tratamento diferenciado e estimulante — e já se arregimentam em bloco, para a eventualidade de criação de uma nova força política. O movimento Pró-Anistia, aqui mesmo em Natal, conseguiu agrupar centenas de pessoas para tentar o alargamento da anistia concedida pelo Governo.

Os mais diferentes setores da sociedade, em todo o País, organizam-se em associações, objetivando a comunicação direta com o sistema. Desta extensão não fogem os profissionais liberais. Os médicos natalenses, a exemplo dos colegas do Sudeste, acabaram de se reunir em sindicato.

OS HERÓIS... DE PASTORIL

O esvaziamento da representação política foi tido como consequência do cerceamento do poder

político conferido ao Legislativo, pelos atos de execução. Ainda assim — ou talvez por isso — alguma coisa deveria ser acrescida em favor dos que buscaram a abertura do regime e foram por ele sacrificados. Heróis — como um amigo chegou a classificá-los. Não sei se foi Brecht (mas fica o dramaturgo com o crédito) que disse: “Triste do povo que precisa de heróis”. Certamente o teatrólogo quis se referir ao tempo, já passado, dos «condottieri» — quis dizer que não seriam os «heróis», os sujeitos da História, apesar da insistência da historiografia oficial em querer fazer os fatos em cima dos personagens. É a sociedade, o sujeito. Os heróis, tanto quanto os políticos, são predicados da sociedade.

No Rio Grande do Norte, não temos heróis — senão o povo. Se os houver, integram uma ópera bufa. Não vão, popularmente, além de um pastoril. Um estranho pastoril em que os cordões não são antagônicos quando se trata de cortejar o poder. O povo vem a reboque de seus — deles «heróis» — interesses particulares.

No momento em que o Nordeste agoniza, em que o Rio Grande do Norte se declara em processo de empobrecimento lento, seguro e gradual, eles (os políticos) disputam entre si, fervorosamente, a melhor cor para suas camisas, a melhor oportunidade para o adesismo oficial. Anti-heróis, vilões de tragicomédia, tentam arrastar consigo o povo, atraindo-o com cores desbotadas pelo tempo, com mensagens desenterradas dos velhos baús mágicos — pois são também ilusionistas. Sem nenhuma proposta de melhoria da qualidade de vida da sociedade. Sem nenhum programa de desenvolvimento para o Estado. Esses assuntos são muito sérios para merecerem a atenção da maioria dos nossos representantes. O compadrismo, a acomodação e o ilusionismo são diversões mais atraentes.

É aí que entram as forças mais expressivas da sociedade, principalmente os agrupamentos urbanos com maior poder de difusão, para implodirem o processo político tradicional, conquistando diretamente a representação, estratificando-se em torno de interesses específicos de sua classe e unindo-se à massa do povo para buscar novos rumos para a comunidade.

O DESENVOLVIMENTO

A palavra frequente todas as bocas, todas as rodas: desenvolvimento. O setor industrial acusou

um crescimento, por menor que seja? O comércio se revitalizou? O Estado conseguiu equilibrar seu orçamento? Não se tem dúvida: “O Estado está se desenvolvendo”.

Assim é, se lhes parece.

A definição mais abrangente que conheço (e a mais simples) é a de François Perroux, segundo a qual, desenvolvimento seria uma proposta de melhoria sócio-econômica **integral e harmônica**. Integral, no sentido de que o desenvolvimento real atingirá todo o homem, ou seja, todas as suas potencialidades; e todos os homens — todos os membros de todas as comunidades. Harmônico, no sentido de que deve haver equilíbrio entre os níveis de desenvolvimento das diversas comunidades, e, dentro destas, entre os vários tipos de necessidades a serem satisfeitas.

Será que esta definição caberia ao Rio Grande do Norte? Ao Brasil?

O Brasil vive a realidade de 22 países coexistindo em seu território. O Nordeste vive a realidade de oito países, iguais e diferentes. O Rio Grande do Norte vive o drama rural, urbano e micro-regional da miséria quase-absoluta, que desconhece limites. O Rio Grande do Norte rural não existe para os administradores, exceto nas calamidades, quando os governantes oferecem a esmola das «emergências». O Rio Grande do Norte urbano não tem condições de suportar, sem estourar, o fluxo migratório do homem do campo. Tenta-se industrializar um Estado de vocação agrícola, que sequer superou o ciclo da pedra lascada na agricultura. E se pretende atingir a etapa industrial, sem tecnologia nem capital, na «marra». E até sem matéria-prima agrícola para o consumo industrial... embora surjam indústrias para aproveitamento da **matéria-prima existente** (?).

O ANTI-DESENVOLVIMENTO

As favelas proliferam. A criminalidade aumenta. A mortalidade infantil tem livre curso. Os empresários, inteiramente desassistidos, ainda são «punidos» com a revogação de incentivos e medidas protecionistas, pagando muito caro o erro de acreditar no seu próprio Estado — perspectiva que se amplia na área industrial, por omissão dos administradores que os induziram à aventura da industrialização.

O orçamento do Estado terá um deficit de 90

milhões de cruzeiros. Mas o Governo pretende executar um plano de desenvolvimento, atitude louvável, até para evitar a recessão. Os recursos para a execução do programa dependerão de empréstimos externos (em dólares). E tem mais, o Plano Estadual de Desenvolvimento (PED) é «cosa nostra».

RN/ECONÔMICO encarregou a um repórter a missão de conseguir um exemplar do PED para colocá-lo em discussão com os parlamentares potiguares, e daí, com a própria sociedade norte-riograndense. Afinal, não apenas aos tecnocratas do Governo é dado «ver» as coisas. Pois bem, o Plano é considerado **sigiloso** — e assim a comunidade norte-riograndense só o conhecerá quando (e se) executado. Mesmo que o projeto contenha falhas que, numa apreciação conjunta, pudessem ser reformadas, será aplicado tal qual a vontade pleni-potenciária do Governo.

Nunca acreditamos que o desenvolvimento resultasse de fórmulas desenvolvidas por alquimistas de gabinetes. Muito menos de profetas. Fala-se, por exemplo, da volta de Celso Furtado à SUDENE. Respeitamos o técnico e esse respeito decorre de sua dedicação à causa do Nordeste. Mas a SUDENE personalizada em Celso Furtado, na hipótese, continuaria a mesma. Talvez com nova estratégia desenvolvimentista — mas os efeitos de sua política continuariam tendo a mesma resposta negativa, porque a estrutura global sócio-econômica permaneceria intocada.

FRENTE AMPLA

Desenvolvimento sem a correspondente mudança de comportamento nacional — principal-

mente na política equivale a um ciclo de interação incompleto, sem o resultante «feed-back».

Enquanto não existir uma política diferenciada de desenvolvimento, aplicada às peculiaridades de um país-continente; enquanto a política econômica não for consolidada por políticos; enquanto os tecnocratas impuserem soluções de gabinete, sem o ajuste global e humanizante da política; enquanto a proposta não for integral e harmônica, não se tratará de desenvolvimento, mas de crescimento (se for o caso) irreal.

Como se tratar, por exemplo, de considerações sobre o crescimento do Produto Interno Bruto e Renda Per Capita, se essa realidade é apenas regional, setorial e não harmônica? Se coexistem resultados divergentes dentro do próprio País, da mesma região, de um mesmo Estado? Até da mesma sociedade, onde a renda se concentra em parcela minoritária da população?

Não seria o momento de uma «emergência» permanente? O momento de se unirem todas as lideranças políticas do Estado — apoiados pela sociedade — para a tentativa de arrancar o Estado da pobreza, discutindo, ao invés de cores e partidos, fórmulas para a sobrevivência da economia estadual? Não seria este o momento de uma frente ampla para — empresários, políticos, o povo, a sociedade — fortalecerem a coesão que já se anuncia nos meios políticos nacionais, em prol do Nordeste?

O Estado não precisa de heróis. Precisa de artífices.

**Faça sua
assinatura
pelo telefone!**

**Basta ligar para 231-1873 ou 231-3576
e solicitar a sua assinatura de
RN/ECONÔMICO. Você só tem a
lucrar (50% de economia), além de
ingressar no time dos bem informados**



Paulo Pereira dos Santos

ALGAROBA — OPÇÃO PARA REFLORESTAMENTO DO NORDESTE

Numa época em que se fala tanto em poluição, ecologia e ecodesenvolvimento, visando melhores condições de vida e de sobrevivência para a sociedade brasileira, já é tempo também das autoridades governamentais se preocuparem com o problema de reflorestamento do Sertão Nordestino.

Segundo os ecólogos e estudiosos do assunto, o deserto tem, basicamente, como causa, o desaparecimento das chuvas, e a conseqüente ausência de vegetação. E esta ausência do povoamento vegetal dificulta a caída das chuvas, pois, constituindo assim um círculo vicioso, em que não há vegetação porque não existe chuva, e não há chuvas porque não existe vegetação. Se assim ocorre, a área do Sertão Nordeste está fadada a ser um deserto.

Como se sabe, durante o período de estiagem, a região sertaneja apresenta, aproximadamente, 99,5% de vegetação seca, com seu sistema folhear completamente fenecido; de verde só há o «XIQUE-XIQUE» e o «PEREIRO» de forma escassa. Além dessa situação, o desmatamento irracional vem tornando essa área cada vez mais vulnerável aos efeitos da erosão, acarretando, por consequência, o empobrecimento do solo agrícola. Este processo lento de exaustão do solo, aliado a não preocupação com o reflorestamento e outras técnicas agronômicas, poderá transformar, paulatinamente, o sertão brasileiro num deserto, em futuro não muito remoto.

Por que o Governo, através do IBDF, não elab-

ora um plano de reflorestamento para essa área tão esquecida? Já existem projetos, que estão sendo implantados aqui no Rio Grande do Norte, de reflorestamento com plantas arbóreas frutíferas para a Região Litorânea; é claro, porém, que para a micro-região do sertão esses tipos de projetos são inviáveis pelas condições ecológicas. Mas, por que não se faz reflorestamento com a algaroba (leguminosa), riquíssima em proteína vegetal para a alimentação dos animais? Esta planta tem apresentado excelente comportamento nesta região seca.

Afirmam alguns técnicos que essa leguminosa plantada no sistema de «bosque», forma um micro-clima, onde se pode plantar entre as fileiras, gramíneas que antes não se poderia semear pelas condições negativas do clima. Essa planta se conserva sempre verde durante todo ano, independentemente de que chova, ou não.

Além dessas vantagens de ordem ecológica e alimentar, o caule da algaroba serve de matéria-prima para a fabricação de taco da melhor qualidade. No Peru, seu país de origem, fazem sorvetes e outros alimentos protéicos, a partir de suas vagens.

Como se vê, o plantio dessa leguminosa, além de reflorestar, produzirá riquezas para essa área, de valor inestimável. Achamos que a algaroba é uma opção viável para o Sertão do nosso Estado, onde hoje existe um contingente populacional bastante expressivo e uma agropecuária em pleno desenvolvimento.

RN TERÁ COMPANHIA DAS DOCAS. E O PORTO DE NATAL VAI MELHORAR?

O Porto de Natal deve ser um dos mais desaparelhados das capitais brasileiras. Muito se tem falado da necessidade de sua ampliação e modernização. Agora, o Porto muda sua estrutura administrativa, passando a fazer parte da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, empresa de economia mista recém-criada pelo Governo.

A estrutura portuária do Rio Grande do Norte é uma das mais obsoletas do País. Por isso mesmo, a PORTOBRÁS — sociedade de economia mista vinculada ao Ministério dos Transportes em convênio com a ENGEVIX — Estudos e Projetos de Engenharia, empresa paulista, ultimam estudos de ampliação e melhoramento das condições de acesso ao Porto de Natal. Enquanto isso, o Governo do Estado encaminhou solicitação ao Ministério dos Transportes para incorporar o Porto à recém-criada CODERN — Companhia Docas do Rio Grande do Norte, que pensa igualmente em incorporar o Terminal Salineiro de Areia Branca (TERMISA). As providências de incorporação, unificando a estrutura portuária estadual, já têm o aval da PORTOBRÁS.

DOCAS — No Nordeste, apenas os Estados da Bahia e do Ceará possuem empresas que administram em regime de livre iniciativa, embora sob forma mista, as atividades portuárias. São as denominadas Companhia das Docas, das quais se resalta pelos seus excelentes resultados financeiros a Companhia Docas de Santos, em São Paulo.

O Rio Grande do Norte pretende seguir os modelos já existentes, tendo o Governo do Estado criado para este fim a CODERN — Companhia Docas do Rio Grande do Norte, a qual, segundo o administrador do Porto de Natal, engenheiro Carlos Leite de Sales — ex-secretário de Transportes e Obras Públicas do



Carlos Leite de Sales, administrador do Porto de Natal, mostra as vantagens da ativação da CODERN.

Estado — “irá incorporar o Terminal Salineiro de Areia Branca (TERMISA) e o Porto de Natal. Para esse objetivo, já se procedeu a levantamentos patrimoniais e estão sendo executadas reorganizações funcionais e estruturais, quadro de pessoal, estatuto e outros instrumentos administrativos — pelo que se prevê a ativação da CODERN até o final do ano”.

Sobre os estudos de ampliação e reformulação do Porto de Natal, disse o administrador que “estão sendo realizados pela firma ENGEVIX, com vistas à possibilidade de aten-

dimento e expansão da demanda”. Essa demanda, conforme explica Leite de Sales, virá do futuro Distrito Industrial com a implantação da SIDERNOR, do Pólo Metal-Mecânico, da exportação do sal ensacado para a África, e especialmente da movimentação da barrilha que virá de Macau. Como o início da produção de barrilha está previsto para 1981, se não se forem apressadas as mudanças na estrutura do Porto de Natal o escoamento da produção ficaria comprometido. Além da total falta de estrutura portuária, atualmente seriam péssimas as condições

de transporte de barrilha até Natal. Daí porque a medida de melhoria do Porto não poderá vir desacompanhada de melhoria efetiva da via férrea ou da rodovia Macau-Natal, a decantada «Estrada do Sal», opinião aliás do próprio administrador do Porto, que complementa, afirmando:

“Se as vias de acesso da fonte produtiva até o Porto não forem cuidadas, haverá um estrangulamento na movimentação da barrilha”. As obras, segundo ele, deverão ser concluídas no menor espaço de tempo possível, de tal forma que se compatibilize com o início da produção de barrilha.

ESTRUTURA SUPERADA — A capacidade de atendimento da demanda do Porto de Natal já estava saturada, só com o movimento de exportação do sal, e a importação de madeira e arroz, não bastasse a intensa atividade da PETROBRÁS e BRASILGÁS. Dessa forma os meios atualmente disponíveis pela APN já se encontram saturados.

Carlos Leite de Sales não escondia as dificuldades e revela sua apreensão, principalmente pelo apertado prazo que possui para reaparelhar e ampliar o nosso Porto, considerando que se até 1981 estes serviços não estiverem implantados, isso poderá comprometer o escoamento da barrilha. *“Por não haver fornecido números estatísticos e elementos operacionais, o Porto de Natal como que não existia — informa o administrador — e era o único dos 33 portos do País a adotar este comportamento”*. A partir de agora, porém, o Porto já elabora e remete para o Ministério dos Transportes o seu movimento estatístico, até para atestar a viabilidade de investimentos, pois o Governo Federal sempre se louva em números que demonstrem o potencial econômico dos portos.

A Administração tem conhecimento das condições precárias de segurança do Porto — sejam por deficiência de instalações, sejam por deficiência de pessoal. Basta que se diga que o Porto não dispõe sequer de uma Guarda Portuária, aproveitando-se para este serviço antigos funcionários do extinto Departamen-

to Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), *“alguns aposentados, outros em disponibilidade, todos, entretanto, já com idade avançada e completamente despreparados para tal serviço”* — segundo uma fonte interna. Uma das primeiras providências da nova Administração está sendo a organização de uma Guarda com pessoal selecionado e adestrado pelos Fuzileiros Navais.

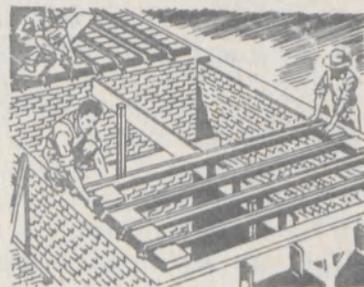
A respeito da ligação funcional com o Comando do 3º Distrito Naval, esclarece Leite de Sales que o Porto é vinculado à Capitania dos Portos, à qual está afeta a Segurança Nacional na área portuária.

Apesar das dificuldades encontradas, o atual administrador esclarece que *“embora estejamos no cargo há pouco mais de dois meses temos recebido apoio da Administração central da PORTOBRÁS e já conseguimos recursos para realizar pequenas obras de melhoria nas instalações e contamos com a breve recuperação do Porto que se encontra em estado lastimável”*.

A EXPECTATIVA — Recentemente Carlos Leite de Sales recebeu o governador Lavoisier Maia para uma visita às instalações do Porto. Na oportunidade, o governador se cientificou dos problemas e discutiu as possíveis soluções, assegurando todo apoio do Governo. Com a transferência da Administração para a jurisdição da CODERN, a partir do final do ano, é de se esperar que melhore o fluxo de exportação e importação, incrementando o movimento comercial com o exterior. Como a carga de demanda do Porto está superada, produtos de exportação da maior importância para a economia estadual, como a lagosta e a scheelita, são exportados por portos de outros Estados, evadindo-se por conseguinte a receita que poderia circular aqui. Entretanto, somente uma transformação radical na estrutura do Porto de Natal possibilitará maior intercâmbio a nível nacional e internacional — superando-se portanto a atual movimentação, que é de apenas oito navios por mês, média considerada excepcional para as atuais condições portuárias.



**economia,
simplicidade
e qualidade.**



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

PREFEITURA BUSCA RECURSOS EXTERNOS PARA CUMPRIR OS SEUS PROGRAMAS

A Prefeitura de Natal deverá apresentar deficit em suas finanças da ordem de Cr\$ 15 milhões, neste exercício. No entanto, isso não desanima a administração do município, que busca fontes externas para conseguir os recursos necessários à realização de um plano de obras.

Ainda que as previsões feitas pelos técnicos da Prefeitura indiquem um deficit orçamentário de Cr\$ 15 milhões para o exercício de 1979, o prefeito José Agripino Maia confia na possibilidade de realizar todas as metas traçadas para sua administração. Modernização da estrutura da Secretaria de Finanças do município, obtenção de empréstimos no exterior e de recursos federais a fundo perdido, além de buscar a elevação das arrecadações de IPTU e ISS, são providências que a Prefeitura está adotando para fazer face às despesas originárias de manutenção da máquina administrativa e do plano de obras que não pode deixar de ser dinamizado.

MOTIVO DO DEFICIT. — Para José Agripino Maia, a causa principal do deficit que acontecerá nas finanças do município este ano prende-se à necessidade de se efetuar operações de crédito (empréstimos) por antecipação de receita para, com esses recursos, se impedir que as obras encontradas em andamento sofram diminuição de ritmo ou paralisação.

Fundamentalmente, estará agravando esse deficit orçamentário o aumento de pessoal dado a partir de 1º de setembro próximo. As operações de antecipação de receita foram feitas em função das dificuldades iniciais que a administração encontrou para mobilizar recursos a fundo

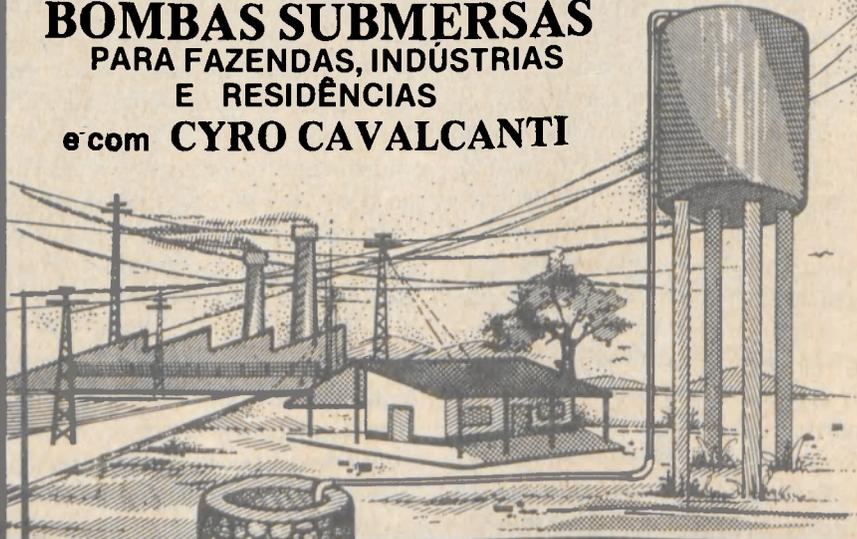
perdido na esfera federal, e com eles dar seguimento normal às obras de grande porte que vêm da administração anterior.

Somente no viaduto do Baldo, por exemplo, a Prefeitura já investiu, com recursos próprios, aproximadamente Cr\$ 12 milhões, que possibilitaram a conclusão da obra

em tempo hábil, pois o viaduto, hoje, está praticamente pronto, embora não possa ser utilizado enquanto não forem conseguidas novas verbas para a conclusão da Avenida Beira-Canal.

O NEGÓCIO É NÚMEROS — Se observarmos o quadro evolutivo de

**BOMBAS SUBMERSAS
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS
E RESIDÊNCIAS
e com CYRO CAVALCANTI**



**ÁGUA
DE ONDE
ESTIVER
PARA ONDE
VOCÊ
QUISER**

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira-Natal

receita e despesa do município, nos últimos cinco anos, encontraremos os seguintes dados:

ANO	RECEITA Cr\$	DESPESA Cr\$
1974	43.843.873,03	43.634.224,76
1975	53.219.903,57	50.159.173,89
1976	86.307.284,20	84.108.774,08
1977	149.166.189,45	148.446.985,37
1978	270.786.870,85	257.015.608,07

Como se pode ver, tem sido de equilíbrio a situação financeira municipal ao longo desses anos, muito embora nessas receitas estejam incluídos recursos oriundos de convênios.

De acordo com as observações do Balanço Patrimonial de 1978, a Dívida Ativa da Prefeitura é de Cr\$... 10.207.532,33, sendo Cr\$..... 3.085.770,02 referentes a Imposto Sobre Serviços e Cr\$ 7.121.562,31 referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano. Todavia, para o secretário das Finanças, Roosevelt José Meira Garcia, o quadro financeiro atual da Prefeitura é de equilíbrio, e não se constitui motivo algum para preocupação: *"Basta olhar os números; eles dizem tudo"* — afirma o secretário.

NOVOS RECURSOS — Diariamente, os problemas surgidos na cidade estão a exigir da Prefeitura novos investimentos. Onde conseguir os recursos? Este é um problema para o qual o prefeito José Agripino afirma já ter a solução:

"A Prefeitura iniciou, desde os primeiros dias de nossa administração, um esforço muito grande no sentido de modernizar a estrutura da Secretaria de Finanças, órgão responsável pela arrecadação de tributos que respondem pela dinâmica da administração. Já se conseguiu algum resultado positivo neste campo, principalmente na cobrança do Imposto Sobre Serviços. A habilitação de recursos a nível federal é condicionada a elaboração de projetos endereçados principalmente à EBTU — Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, ao CNDU —

Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, e à SAREM — Secretaria de Articulação de Estados e Municípios, principais órgãos financiadores de recursos para as Prefeituras".

Acredita o prefeito que, com os projetos elaborados e enviados a esses órgãos, os novos recursos chegarão normalmente e as metas traçadas para resolver os problemas mais urgentes não deixarão de ser atingidas.

EMPRÉSTIMOS — Os pedidos de recursos a fundo perdido e os empréstimos a organismos nacionais e internacionais têm sido uma constante nas administrações mais recentes, como meio de fazer face aos investimentos da Prefeitura, principalmente em obras de grande vulto.

No corrente exercício foi apresentado pela Prefeitura de Natal ao Ministério do Planejamento, o pleito de um empréstimo da ordem de 15 milhões de dólares. Essa solicitação vai receber análise da SAREM, CONCEX, Banco Central, até chegar ao Senado, a quem cabe conceder a autorização para o empréstimo, em instância final. Até o momento, o Governo Federal ainda não acedeu

em ser avalista da nossa Prefeitura nessa transação internacional, acreditando-se porém que logo essa questão será decidida favoravelmente.

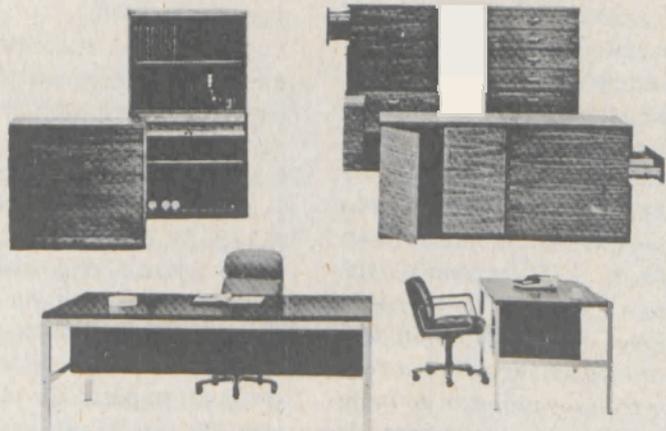
Com relação à busca de recursos a fundo perdido, afirma o prefeito José Agripino que, em seus poucos meses de trabalho, já pode mostrar um resultado favorável. Junto ao DNOS, com a interferência do Ministério do Interior, já foram destacados para Natal, através de um convênio Prefeitura/DNOS, Cr\$ 105 milhões para aplicação em obras de drenagem. Inicialmente, de 1979/1980, nos trabalhos da drenagem da Ribeira; de 1980/1981, em obras de drenagem em lagoas de alimentação de aquífero. Estes 105 milhões têm plano de aplicação previsto para 3 anos; Cr\$ 5 milhões e 300 mil em 1979, permitindo inclusive a abertura de concorrência para segunda e terceira etapas da drenagem da Ribeira; Cr\$ 40 milhões para 1980; e Cr\$ 60 milhões para 1981.

Junto à EBTU foi assinado um convênio no valor de Cr\$ 9 milhões e 700 mil para elaboração do PDTU — Plano Diretor de Transportes Urbanos de Natal. A Prefeitura tem, igualmente, diversos pleitos entregues ao Ministério do Interior e ao



CHRIS - MÓVEIS Decorações

REPRESENTANTE EXCLUSIVO DOS MÓVEIS **escriba**



Programas de móveis para escritórios:

qualidade, bom senso e racionalidade

Av. Hermes da Fonseca, 1174 — Fone: 231-2733 — Tirol — Natal-RN.

CNDU, aguardando respostas para o mês de setembro, bem como existe uma solicitação de recursos da ordem de Cr\$ 132 milhões à EBTU, objetivando a conclusão da Via de Contorno, Viaduto do Baldo, Avenida Beira Canal, Encostas da Avenida Getúlio Vargas e pagamento do débito contraído pela administração anterior, referente à pavimentação da Avenida Prudente de Moraes.

Está sendo tentada a liberação da verba de Cr\$ 8,5 milhões resultantes de convênio anterior, para aplicação em obras de drenagem. Outro esforço feito, e com resultado favorável, é o convênio a ser firmado agora entre Prefeitura/CNDU/BIRD (Banco Interamericano do Desenvolvimento), no valor de Cr\$ 450 milhões, no qual o município participa com investimentos e obras a serem realizadas diretamente por ela, no valor aproximado de Cr\$ 80 milhões. Este convênio vai possibilitar à Prefeitura duplicar a sua frota de Limpeza Pública, bem como promover a pavimentação asfáltica de parte da Ribeira e vários segmentos de vias que obedecem a percursos de transportes coletivos.

Em setembro, a Prefeitura terá um aumento acentuado em sua despesa com o funcionalismo, quando entrará em vigor um reajuste salarial médio de 50% para todos os servidores. Após consulta ao secretário das Finanças, o prefeito José Agripino já sabe com que recursos deverá contar para fazer face a esta despesa:

"Ao concedermos aumento para nossos servidores já havíamos elaborado nossos planos e assim contaremos, principalmente, com o esforço de arrecadação que vem sendo feito pela Secretaria de Finanças. É sabido que diante da crise pela qual o Estado passa, decorrente da seca, há uma perspectiva de queda na arrecadação do ICM, ficando então inalterado o Fundo de Participação. Desta forma, a única alternativa da Prefeitura é fazer crescer a arrecadação dos tributos próprios do município, viabilizando o aumento dado".

MUITA LUTA — Para José Agripino, a luta tem sido intensa para tentar dar continuidade às obras ini-

ciadas na administração passada e, ao mesmo tempo, realizar as obras programadas pela sua administração.

Dos programas encontrados pelo atual prefeito, em andamento, nenhum foi interrompido por falta de recursos. Isso custou à nova administração o retardamento do início de programas próprios, constantes do «Plano de Desenvolvimento Municipal 1979/83», por entender o prefeito ser prioritário concluir o que já se encontrava em andamento, tendo para isso pago, até o momento, com recursos próprios, cerca de Cr\$ 25 milhões de débitos contraídos anteriormente para os serviços da Av. Prudente de Moraes e Viaduto do Baldo.

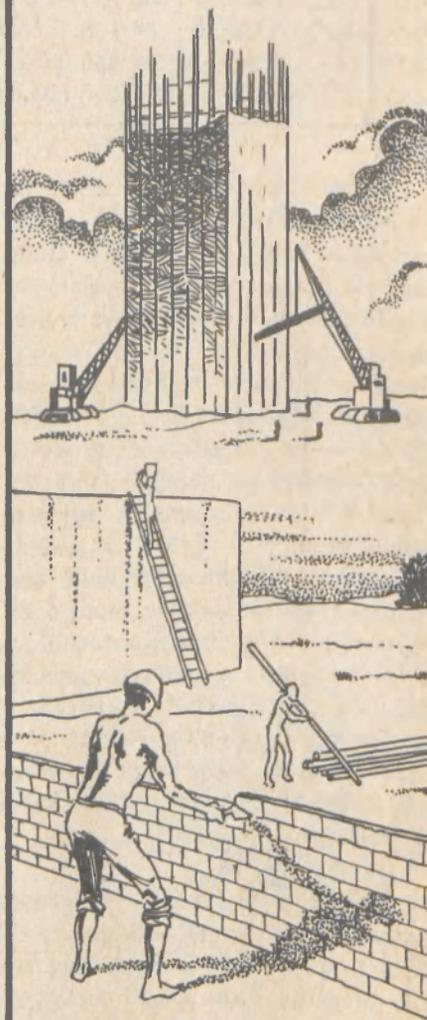
Com relação à paralisação das obras das Encostas da Getúlio Vargas, afirma o prefeito:

"Estas obras foram paralisadas por impedimento de ordem legal, com relação à demolição do restaurante do Mirante; mas agora, com o problema resolvido, as obras foram reativadas".

PLANOS — Mesmo que o orçamento municipal para 1979 esteja comprometido com a manutenção e funcionamento das diversas Secretarias, levando-se em consideração o aumento concedido ao funcionalismo, mais investimentos serão feitos, ainda que modestos, nas áreas da SUMOV, Secretaria de Serviços Urbanos, de Limpeza Pública, e elaboração de projetos vinculados aos recursos que serão aplicados no decorrer de 1980.

Para que a Prefeitura possa ter um equilíbrio financeiro em seu orçamento, explica José Agripino que se torna necessária a implementação de dois programas básicos: revitalização do Cadastro de IPTU e modernização do Cadastro do Imposto Sobre Serviços. Afirma o prefeito que a Secretaria de Finanças tem feito um esforço muito grande no sentido de promover a cobrança do justo imposto devido ao município. *"Só em função disso, e da participação do contribuinte, será possível promover o equilíbrio do orçamento municipal"* — conclui José Agripino.

Qualquer que seja o tipo de sua construção, não pense duas vezes.



O TIJOLÃO dispõe de grande variedade de materiais para construção e manda entregar diretamente na obra. Tudo pelos melhores preços.



O TIJOLÃO

Paulo Serafim da Silva Neto

Matriz: Rua S. José, 1507

Lagoa Seca - Fone: 231-1731

Filial: Rua Pres. Bandeira, 1191

-Lagoa Seca - Fone: 231-1770

NATAL - RN

META DA CDM É PERFURAR MAIS POÇOS E PESQUISAR MINÉRIOS

O programa da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais (CDM) para este quadriênio prevê a reativação e construção de 600 poços tubulares e o desenvolvimento do «Plano de Apoio e Incentivo à Pesquisa Mineral», que este ano se dedicará especificamente ao tungstênio e pegmatito. A empresa estatal já conta com recursos para a perfuração de poços — e até adquiriu uma máquina própria para a perfuração de poços profundos, num investimento de mais de Cr\$ 10 milhões. Para aplicar no setor de minérios, a CDM possui recursos da ordem de Cr\$ 63 milhões.

Só em 1934, através da extinta INFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) o Rio Grande do Norte iniciou a perfuração de poços tubulares. De maneira rudimentar, quase artesanal, o órgão perfurou até a década de 40, 241 poços, nas regiões do Mato Grande e Chapada do Apodi.

Hoje, os velhos poços perfurados pela INFOCS — entidade que foi absorvida pelo atual DNOCS — estão desativados, embora as necessidades de água tenham aumentado. Não bastasse a estiagem periódica, houve crescimento do setor agropecuário.

Na gestão do ex-governador Tarcísio Maia começou a ser executada uma pesquisa denominada «Estudo Hidrológico Detalhado do Estado do Rio Grande do Norte», que objetivava, basicamente, conhecer o potencial hídrico do Estado, para, de imediato, viabilizar um programa de perfuração de poços. O projeto recebeu financiamento do FINEP (Financiamento de Estudos e Projetos), a fundo perdido, da ordem de Cr\$ 70 milhões e foi concluído recentemente com uma solicitação de recursos — aprovada — para perfuração de 270 novos poços no Estado.

O governador Lavoisier Maia pleiteou e conseguiu junto ao Governo Federal, a recuperação de poços desativados (cerca de 230) e também



Wellington Nery: “No país existem 3 Estados ricos em minérios. E o RN é um deles”.

o compromisso de financiamento de mais 100 novos poços — o que significa, em tese, que dentro de algum tempo 600 poços tubulares estarão em condições operacionais, contando-se com os 270 conseguidos por Tarcísio Maia, no final de sua gestão.

A Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais, por sua vez, terá autosuficiência técnica e operacional para atender ao programa do Governo. Além do acervo técnico e de perfuratrizes (mais de dez máquinas), considerados o melhor do Nordeste, depois da Bahia, a

CDM receberá, por todo o mês de julho, uma perfuratriz rotativa da marca Aquadrill, cujo custo será superior a Cr\$ 10 milhões, e que terá capacidade para atingir profundidades de até 600 metros.

A ESTIAGEM — A região do Mato Grande, um dos principais centros de abastecimento de produtos agrícolas do Estado, atravessa um dos seus piores momentos. A seca foi a principal responsável pela crise que ora atravessam os agricultores daquela região. Mas, a seca não teria causado tantos prejuízos se os poços tubulares que foram perfurados há 45 anos não estivessem desativados.

Sabedor dessa particularidade, o governador Lavoisier Maia entrou em contato com Valfrido Salmito, superintendente da SUDENE, no sentido de pleitear recursos para recuperar os poços, que atendem a uma população de cerca de 72 mil pessoas. Os recursos foram deferidos (Cr\$ 38 milhões) e o plano de recuperação será desenvolvido ao longo de 24 meses. Nesta mesma oportunidade, Lavoisier Maia pediu recursos de Cr\$ 29 milhões para a perfuração de 100 novos poços, nas áreas críticas do Estado, tais como a Zona Oeste, a Região do Mato Grande e a Chapada do Apodi. A SUDENE assumiu o compromisso de, ainda este

ano, liberar os recursos solicitados.

ESTUDOS GEOLÓGICOS — O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo confirmou os resultados de seus estudos preliminares, segundo os quais o Rio Grande do Norte é dotado de duas áreas geológicas: cristalina e sedimentar. A área cristalina localiza-se na Região do Seridó e na Zona Oeste (Centro, Médio e Alto Oeste). Nessa área, é possível encontrar água a uma profundidade média de 60/70 metros, mas as perfurações não são consideradas promissoras, visto que há 50% de possibilidades de serviços negativos — e quando satisfatórios, a vazão não excederia aos 3 mil litros/hora.

Elias Fernandes, diretor-presidente da CDM, confirma maiores possibilidades da área sedimentar. Explica ele:

“A propulsão aquífera do Estado está na área sedimentar. Lá se encontram os nossos grandes depósitos, principalmente sob a faixa litorânea, como também na Região do Mato Grande, o Oeste e a Chapada do Apodi. Nestas faixas de terra, subterraneamente, os lençóis — no litoral, por exemplo — são alcançados a uma profundidade média de 40 metros, aprofundando-se na medida em que demandam para a Chapada do Apodi, até chegar a mil metros”.

Todavia, o presidente da CDM ainda admite a possibilidade de perfurações na área cristalina, considerando o acervo de máquinas em condições de operar até 300 metros (11 perfuratrizes). Acrescenta ainda que apenas os municípios de Mossoró, Galinhos e Macau “*não poderão ser atendidos a curto prazo, porque os lençóis dessas regiões alcançam profundidades de até 1.000 metros — e mesmo com a aquisição da Aquadrill só poderemos chegar até 600 metros*”. Em contrapartida, informa Elias Fernandes que as águas dessas regiões não são de boa qualidade. Comprovação da afirmação do presidente da CDM é que “*as próprias talhas onde se armazenam água nessas regiões, apresentam fissuras, dado a um teor de salinidade acima do normal*”.



Elias Fernandes, presidente da CDM/RN, acredita que dentro de 2 anos haverá 610 poços em funcionamento.

AS PERFURAÇÕES — Concluído o trabalho de zoneamento das áreas hidrográficas do Estado, se iniciarão as perfurações. A partir deste mês o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo fará as locações para o início dos trabalhos e os acompanhará, fornecendo instruções técnicas aos operadores.

Serão perfurados mais de 600 poços, considerando-se a reativação de

241 poços paralisados. Destes, cerca de 270 foram solicitados pelo Governo passado. Serão executados pela CDM em convênio com a Secretaria de Indústria e Comércio. Os proprietários de terras interessados em participar do programa obterão financiamento a longo prazo, com juros subsidiados, e, com o resultado da arrecadação dos custos, a CDM pretende constituir um fundo rotativo para perfurar novos poços.

“A previsão é a de que em dois anos teremos 610 poços em funcionamento no Estado — afirma Elias Fernandes —, o que ainda não será suficiente, pois, teoricamente, em cada propriedade deveria existir um poço de captação”.

A idéia inicial do programa é a de fazer tentativas viáveis, em face da exiguidade dos recursos. Daí porque o mapeamento das áreas hidrologicas do Estado servirá como roteiro para perfuração dos primeiros poços, em regiões previamente viabilizadas.

MINÉRIOS — Paralelamente ao programa de poços tubulares, a CDM desenvolverá um «Plano de Apoio e Incentivo à Pesquisa Mineral» que objetiva formar um estudo completo das potencialidades mine-

UMA EMPRESA EM EXPANSÃO

As melhores marcas de móveis e máquinas para escritório estão na COMSERV.



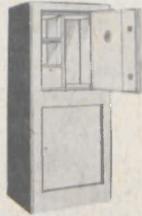
Calculadora GENERAL
"Teknika 2103-P"



Móveis BALFAR



Fichário "VISISYSTEM"



Cofres "CONFIANÇA"

COMSERV — Comércio, Representações e Serviços Ltda.

Máquinas de Escrever, Calcular, Eletrônica, Móveis de aço, Sistema de Arquivamento Racional e Artigos p/ Escritório. Móveis domésticos em geral. Rua Cel. Estevam, 1416/18
Fones: (842) 222-4042 — 222-3203 — Alecrim — Natal-RN.
Filial: Av. Salgado Filho, 1588/1590 — Boa Sorte — Fone: 231-2545.

rais do Estado, proporcionando à iniciativa privada menores riscos em suas pretensões de explorar determinados minérios.

Preliminarmente, a CDM estudará as incidências de Tungstênio e Pegmatito. Os interessados receberão financiamento para pesquisas em até 80% do projeto e o Governo Estadual participará com os 20% restantes.

O Plano de Apoio integra o Plano Mestre de Geologia e Mineração, que se desenvolve desde 1978, com conclusão prevista para 1981 e que pretende definir o que o Estado deve fazer no que se refere ao setor mineral.

Segundo o diretor-técnico da CDM, Wellington Soares Nery, "no País existem três Estados potencialmente ricos quanto a minérios: a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Piauí. Infelizmente, no nosso Estado, a iniciativa privada tem receio de investir na pesquisa de novas áreas". O temor do investimento em pesquisas é explicado por

Wellington, pela ameaça do risco: "Tudo que não se vê e se quer encontrar, contribui para aumentar a possibilidade de risco. Os empreendedores que têm ou supõem ter em suas propriedades, ocorrências minerais, antes de explorá-las pensam muito e consideram exageradamente os riscos".

ROTEIRO — A CPRM (Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais), empresa mista vinculada ao Ministério das Minas e Energia, com sede no Rio de Janeiro, dispõe-se a atender qualquer interessado que porventura tenha observado a ocorrência de algum mineral em sua propriedade e deseje proceder à pesquisa. Inicialmente, o interessado deverá pleitear um financiamento à própria CPRM que, comumente, custeia 80% do valor do projeto. Os recursos serão repassados pelo Fundo de Minérios do Nordeste (FURENE), através do Banco do Nordeste ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Os 20% restantes serão assumidos pelo proprietário ou serão objeto de financiamento complementar pelo Governo do Estado, através do FUNDEMINAS.

Estas medidas, segundo acredita o diretor-técnico da CDM, abrirão as portas à iniciativa privada, eliminando substancialmente os riscos da exploração. Entretanto, a curto prazo, a CDM executará a pesquisa de Tungstênio e Pegmatito, na Região do Seridó. O plano estabelecerá diretrizes de lavra e beneficiamento para o dimensionamento de suas reservas e formato da tecnologia mineral. O projeto de pesquisa foi orçado em Cr\$ 63 milhões, sendo que Cr\$ 40 milhões serão dotados pelo Ministério das Minas e Energia. Desse total, 26 milhões de cruzeiros serão investidos no zoneamento da área rica em Pegmatito. Os 37 milhões restantes serão consumidos na classificação, qualificação e quantificação das reservas de Tungstênio, determinando as potencialidades das áreas selecionadas.

SKF
Rolamentos. POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ - Compressores.
ELETELE - Resistências e Resistências.
RIGID - Ferramentas Pré-testadas que Reduzem o Trabalho.
BRASIL S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. **WEG** - O Motor Elétrico.
OSRAM - Lâmpadas. **SIEMENS** - Material Elétrico Industrial. **HARTMANN & BRAUN DO BRASIL** Transformadores de Corrente. **OK** - Eletrodos.
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos. **COBEL** Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. **STARRETT** - Serras de Aço. **BURNDY DO BRASIL** Conectores e Válvulas. — Etc.



CODIF TEM:

3M
Emendas das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. **3M**
PETERCO - Iluminação Comercial. **STANLEY** - Ferramentas de Aço. **BELZER** - Ferramentas do Brasil. **ITMA** - Ferramentas do Brasil.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN

EMPRESÁRIOS APROVEITAM ENCONTRO PARA REIVINDICAR MUDANÇAS NO SETOR

A exportação começa a ser um tema que desperta grande interesse na classe empresarial do Rio Grande do Norte. Aproveitando esse estado de espírito, o Banco do Brasil promoveu em Natal um Encontro sobre Técnicas de Comércio Exterior, com sucesso.

Natal foi sede do Primeiro Encontro sobre Técnicas do Comércio Exterior, patrocinado pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, realizado entre 27 e 29 de junho deste ano. Entre os palestrantes — todos «experts» em comércio de exportação — destacou-se o professor Doremir Vieira, reconhecido como dos maiores conhecedores do assunto no País.

O Encontro movimentou a classe empresarial e órgãos governamentais ligados ao comércio exterior, registrando-se a presença de mais de 150 participantes. Dessa intensa movimentação, além de um vasto painel de informações sobre o assunto e interação dos empresários com os responsáveis pela infra-estrutura de exportações, ficou evidenciada a carência da estrutura de serviços portuários no Rio Grande do Norte. O principal entrave às exportações, segundo se constatou durante a reunião, é exatamente a inexistência de condições de escoamento dos produtos de exportação do Estado, através do Porto de Natal — ora porque o Porto não tem calado para o tráfego de navios, ora porque não dispõe de espaço para armazenagem, o que, em última instância, afasta de Natal as companhias de transportes marítimos, obrigando os exportadores locais a recorrerem aos serviços dos portos de Cabedelo e Recife.

TRANSFERÊNCIA DE TÉCNICAS — O que justificou a realização em Natal do Encontro sobre Técnicas de Comércio Exterior foi a neces-



Pedro Adelino, da CACEX, encontro proporcionou novos conhecimentos ao empresário.

sidade de se discutir com maior objetividade a própria realidade do Rio Grande do Norte, expondo, discutindo e analisando todos os problemas relacionados com a exportação de produtos do Estado e mostrando o nível de ofertas governamentais para auxiliar o programa de exportações.

Para maioria dos participantes, o Encontro foi positivo. Pedro Adelino, encarregado da Carteira de Comércio Exterior — CACEX — do Banco do Brasil, acha que o Encontro foi uma excelente oportunidade para todos os setores ligados à exportação, porque “proporcionou,

para os exportadores tradicionais, a consolidação de alguns conhecimentos sobre as técnicas de exportação, e para os principiantes, uma panorâmica geral sobre comércio exterior”.

O professor Doremir Vieira definiu os objetivos do Encontro, como uma possibilidade de “despertar a potencialidade do Estado, através de seus empresários, visando unicamente o incentivo às nossas exportações”.

João Bosco Amorim de Carvalho, diretor da Companhia Agro-Industrial Zabelê e participante ativo do Encontro, aponta — em sua opinião — os três pontos fundamentais do conclave:

“Primeiro, a transferência de técnicas de exportação, não apenas apresentando os incentivos governamentais, mas sobretudo a prática de exportação — como negociar com o exterior de maneira vantajosa para os empresários locais; segundo, a mecânica em si das exportações. Como se trata de um tipo de comércio de pouca tradição no Estado, urgia a necessidade de maiores esclarecimentos de como proceder na mecânica das exportações; terceiro, o entrosamento entre o pessoal da CACEX e os exportadores”.

RESULTADOS PRÁTICOS — Eduardo Freire Emerenciano, diretor da Norte Pesca S. A., prefere justificar o Encontro com fundamento de política econômica:

“Todo conclave que trate de incentivar as exportações, sempre tra-

rá resultados positivos para a região, porquanto desperta e motiva o empresariado local a se engajar na política nacional de combate ao «deficit» de nossa balança comercial, tão abalada nos últimos anos pela necessidade de importar o produto básico e carente da economia mundial — o Petróleo”.

Desse encontro, resultaram algumas providências consideradas fundamentais na elaboração de uma política coerente de exportações. Uma das prioridades levantadas foi a revisão no sistema de transportes marítimos e na própria estrutura portuária de Natal.

João Bosco Carvalho informa que um documento foi elaborado pelos empresários e associações das classes produtoras do Estado, juntamente com o Governo Estadual — e remetido, em múltiplas vias, à CACEX, PORTOBRÁS, SUNAMAM, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda e ao próprio Banco do Brasil. Nesse documento, as classes produtoras expõem as dificuldades e os entraves às exportações no âmbito do Rio Grande do Norte. Dentre as dificuldades apresentadas, ressalta-se, por ordem de importância, a carência de transportes marítimos, como maior ponto de estrangulamento das exportações estaduais. Analisam os signatários as dificuldades, citando fatos de natureza exemplificativa: o Porto de Natal não passa de 400 metros de cais. Dispõe apenas de três armazéns, um dos quais é privativo da PETROBRÁS e os outros dois são insuficientes para armazenar o volume de cargas destinadas à exportação. As companhias de navegação se negam a aumentar o número de navios com escala em Natal alegando que estes não podem entrar no Porto, cuja profundidade do canal de acesso, por ser pequena, põe em risco as embarcações de maior calado.

ALTERNATIVAS — As alternativas para escoamento da nossa produção exportável é embarcá-la pelos portos de Cabedelo e Recife. João Bosco exemplifica, afirmando que todas as exportações feitas este ano



João Bosco Carvalho: “Urgia a necessidade de maiores esclarecimentos sobre o comércio exterior”.

por sua empresa — Cia. Industrial Zabelê — foram através do Porto de Cabedelo, na Paraíba.

Pedro Adelino, da CACEX, concorda com a colocação das classes produtoras e com a natureza prioritária do problema:

“A carência de navios nos portos nordestinos, especialmente no Porto de Natal, para transporte dos produtos exportáveis, é realmente o maior entrave na área de serviços. Existe até opinião formada de que se de-

veria criar um organismo que congregasse toda a classe exportadora, como única forma capaz de sensibilizar e influenciar a SUNAMAM (Superintendência Nacional de Marinha Mercante) para a solução desse grave problema”.

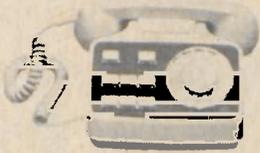
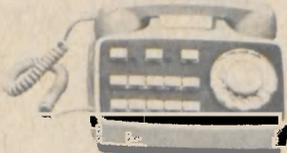
O diretor da Norte Pesca, Eduardo Emerenciano, mais uma vez prefere tangenciar o problema, relevando a política macroeconômica, para apenas reconhecer a validade prática do Encontro:

“O principal foi o esclarecimento sobre as metas do Governo quanto às exportações, mostradas de maneira objetiva e oportuna pelo professor Doremir Vieira”.

A opinião predominante, entretanto, é a de que, apesar de extremamente útil, pouca coisa de novo foi dito, principalmente a respeito das técnicas e das normas que regulam o comércio exterior. João Bosco Amorim ressalta que a prática de exportações é toda regida por um conjunto de Resoluções e através de atos divulgados pelos boletins semanais da CACEX. Por este veículo, os exportadores são devidamente informados de todas as novidades, inovações e normas para operação no mercado exterior.

Opinião diversa têm os estreates no mercado de exportações que se informaram com maior intimidade e propriedade sobre as técnicas

comunique-se com o grupo executivo **GTE**

	
816 1 tronco — 6 ramais	829 2 troncos — 10 ramais
	
849 4 troncos — *10 ramais	860 6 troncos — 30 ramais

* (extensíveis a 20)

CESAR Comércio e Representações Ltda.
RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

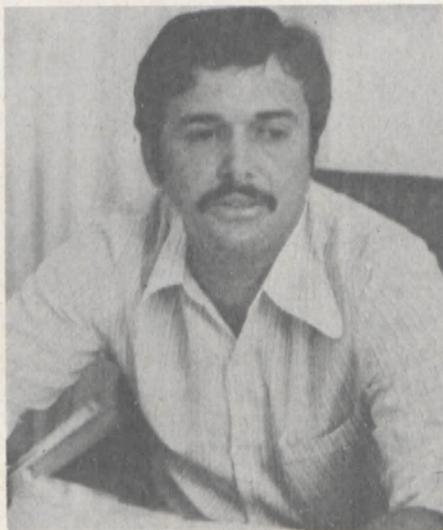
de exportação, além de terem desfrutado da oportunidade de discutir com os responsáveis por incentivos, a reformulação ou o esclarecimento sobre vantagens postas à sua disposição, bem como trocar idéias com exportadores mais experientes.

O QUE FICOU. — Eduardo Emerenciano considera como de "excelente oportunidade" a realização do Encontro. E complementa:

"Poderia ter sido melhor se tivéssemos contado com a prévia elaboração de algumas reivindicações feitas pelos exportadores locais, ou ainda, se tivesse sido divulgada com certa antecedência a agenda do Encontro".

Pedro Adelino, um dos responsáveis pela coordenação da reunião, acredita que a mesma obteve o êxito esperado. E faz uma revelação, complementando, com fatos econômicos, a reivindicação das classes produtoras:

"Durante o primeiro semestre deste ano, a CACEX emitiu guias de exportação no valor de 20 milhões de



Eduardo Emerenciano:
"Encontro poderia ter sido melhor se tivesse havido tempo para apresentar reivindicações".

dólares, sendo que somente o correspondente a 4 milhões de dólares foi embarcado pelo Porto de Natal. 'Aí está a gravidade do problema: do total das exportações do Estado, apenas o correspondente a 20%, foi

operado pelo Porto de Natal, num claro demonstrativo de esvaziamento".

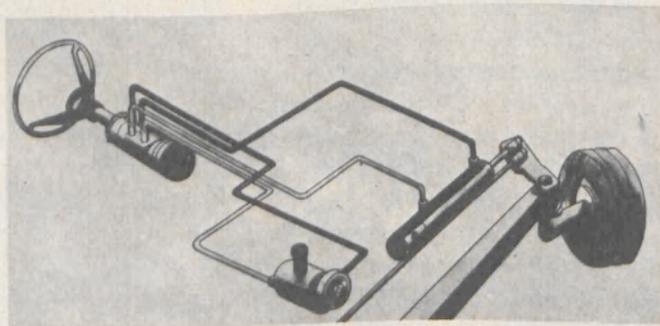
O encarregado da CACEX informa ainda que no ano de 1978 o Rio Grande do Norte exportou 27 milhões de dólares — e que este ano, em apenas um semestre, já alcançou a marca dos 20 milhões, permitindo que se calcule que até dezembro as nossas vendas para o exterior ultrapassarão os 40 milhões de dólares, o que demonstra um razoável incremento.

João Bosco Amorim atribui ao Encontro um resultado favorável: o de ter interessado novos empresários que desejam ingressar no mercado externo, mas que desconheciam as regras desse comércio. Além disso, a possibilidade de abertura de novos mercados, agora que os empresários se sentem mais seguros. "O que interessa agora é viabilizar os produtos do Rio Grande do Norte — a nível econômico — para conquistar condições de competitividade no mercado externo" — finaliza o diretor da Zabelê.

Com Direção Maxidrive, manobrar não requer tanto esforço quanto parece.



Não importa o peso do veículo ou as adversidades do terreno. Permitindo que a ligação entre a direção e as



rodas seja feita apenas hidraulicamente, o revolucionário sistema Maxidrive é formado por uma direção hidrostática comandada facilmente através do volante, proporcionando assim uma resposta imediata ao comando da direção, sem exigir nenhum esforço por parte do operador.

**EQUIPADORA
LAZARO**

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

LOJÃO N° 2

Av. Salgado Filho, 1841

Tel.: 231-1010

59.000 — NATAL-RN



MAXIDRIVE

Vem aí a grande edição dos dez anos de **RN/ECONÔMICO**

Em dezembro, RN/ECONÔMICO vai comemorar o seu décimo aniversário com uma edição de 300 páginas sob o título "DEZ ANOS DE PROGRESSO". Será um documento minucioso sobre a história da economia do Rio Grande do Norte na última década, contada a partir do que está registrado nas próprias páginas da revista.

Reserve desde já o seu anúncio diretamente à

RN/ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda.

Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Telefones 231-1873 e 231-3576 — Natal - RN



Otomar Lopes Cardoso

Fronteiras do Desenvolvimento (IV)

TURISMO E PORTO LIVRE PARA NATAL

Natal é considerada uma cidade de porte médio, com uma população estimada em 400 mil habitantes e com uma taxa anual de crescimento, segundo os documentos oficiais, de 5,1%. Basicamente a cidade apresenta três funções distintas:

1º) centro administrativo, pelo papel político que desempenha, como Capital do Estado do Rio Grande do Norte;

2º) centro de comércio varejista e atacadista de porte médio e de prestação de serviços, com um raio de abrangência de 200/250 quilômetros;

3º) base militar (Exército, Marinha e Aero-náutica), por causa da sua posição geográfica estratégica no Atlântico Sul e proximidade com a África negra.

Essas três funções básicas se revelaram no decorrer dos anos. Durante a II Guerra Mundial, na década de 40, houve maior desenvoltura no campo militar, inclusive Natal servindo de apoio logístico no estacionamento de tropas estrangeiras, aliadas do Brasil, no evento.

Além desses aspectos, a cidade se sobrepõe no momento com dois pontos, revelados nas últimas duas décadas:

1. — o início e a consolidação de uma zona industrial, graças à tendência havida com a criação da SUDENE em 1960, de confundir indústria como o principal caminho do desenvolvimento regional. Por sua vez essa industrialização apresenta uma característica peculiar: uma maior concentração de fábricas de confecções (camisas, calças, etc., quase 20% da produção brasileira), não por ser o Estado potiguar produtor de algodão, mas sim pela oportunidade de uma mão-de-obra feminina relativamente a baixo custo e farta.

2. — educacional, pelo papel desempenhado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com mais de 10 mil alunos, criando nova mentalidade e sendo a maior fonte de aplicação dos recursos financeiros do Governo Federal, no Estado.

PERSPECTIVAS PARA NATAL

Podemos considerar positivo para a economia o fato de Natal ser hoje: **centro político-administrativo/centro de comércio e serviços/área de interesse militar/pólo industrial/centro de ensino superior**. Todas estas condições garantem, na realidade, sólidos apoios a uma dinamicidade e cres-

cimento da cidade. Mas evidentemente que há de se acrescentar outros papéis a serem exercidos diante da problemática local. Natal, apresenta ainda graves e sérios problemas, como por exemplo: o desemprego e o subemprego permanente de boa parcela de sua população, característica aliás muito comum aos centros urbanos nordestinos.

Daí porque, no nosso entender, devem ser formuladas novas estratégias, com a abertura de caminhos que tragam uma melhor condição de vida ao natalense e para que a Capital do Estado seja, realmente, uma unidade propulsora do desenvolvimento.

O arquiteto Jorgem Wilhelm, no seu livro «Urbanismo e subdesenvolvimento», falando sobre Natal, diz:

“A ponta de terra formada pelo rio Potengi desembocando no Atlântico, constitui um sítio de rara beleza, das mais interessantes localizações urbanas do Brasil. A estrutura física desse sítio se caracteriza por uma série de elementos importantes:

a) o rio, lento e curso de pouco calado; e suas infiltrações e inundações;

b) o longo recife formando pequenas baías, em forma de meia-lua, do lado do mar;

c) a divisão entre um sítio «baixo» e um sítio «alto» com as consequentes rampas de contato e visuais panorâmicos;

d) a linha de altas dunas cobertas por vegetação, anteparo que isola da plataforma em que se desenvolve a cidade;

e) uma linha de dunas «fechando» ao sul o sítio provável da cidade.

Diante das considerações acima formuladas e como meio mais rápido e eficaz de superar nossa pobreza, vemos nitidamente Natal com amplo potencial para:

— o estabelecimento de um PÓLO DE TURISMO, permitindo inclusive absorver a mão-de-obra semi-ociosa;

— instalação de um PORTO LIVRE, em função de uma maior circulação da riqueza.

Com essas duas perspectivas, estaremos fundamentalmente criando opções originais e saindo da rotina burocrática do dia-a-dia, que perdura e que nada acrescenta.

PÓLO DE TURISMO

Recentemente o analista econômico do Rio

Sheraton Hotel, publicou documento de onde extraímos o seguinte trecho:

“O turismo é a indústria número um do crescimento no mundo. Ninguém pode entender a dinâmica de uma moderna sociedade industrializada, sem avaliar o papel abrangente do turismo na economia de hoje”.

E prossegue:

“A indústria do turismo nas últimas três décadas provou ser dos empreendimentos mais criativos e inovadores no mundo comercial. Constitui-se de uma rede de pequenos empresários, incluindo milhares de agentes de viagens, operadores de excursões, proprietários de hotéis e motéis, donos de lojas e restaurantes. É também um negócio de grandes companhias internacionais de transportes (aéreo, marítimo, de ônibus, etc.), cadeias de hotéis, empresas de aluguel de carros, especuladores imobiliários e inúmeros organismos governamentais”.

Em síntese, a implantação de um pólo turístico em Natal daria oportunidade à criação de novos empregos e traria novos recursos.

Há de se registrar também que Natal apresenta uma relativa tradição de hospitalidade, isso se levarmos em conta que o início da aviação civil entre os continentes teve a cidade como um dos pontos de apoio do tráfego aéreo internacional, e que o povo soube dar boa acolhida aos militares estrangeiros durante a II Guerra Mundial.

As belezas naturais, extensas praias, sol o ano inteiro, clima ameno, que são ingredientes fundamentais em qualquer fórmula de turismo, não faltam à cidade.

Mas, para se chegar ao ordenamento de um pólo turístico precisaria haver uma visão de maior alcance na esfera responsável. Ressalte-se que na administração Cortez Pereira, o Governo encomendou um estudo sobre o assunto, de resultado pouco conhecido. Seria o caso de uma retomada do assunto.

Dúvidas não temos de que Natal apresenta as condições para se tornar um pólo de turismo, que poderia ser complementado com o estabelecimento de um porto livre.

PORTO LIVRE PARA NATAL

Outra iniciativa que se amoldaria muito bem a Natal, para um desenvolvimento mais acelerado, seria a criação de um porto livre. Para isso, há um aliado natural bastante forte: a excelente situação geográfica.

No Brasil, nós temos um exemplo muito vivo e positivo, do ressurgimento de uma cidade: o estabelecimento da Zona Franca de Manaus — com a fabricação e venda de produtos sem taxas de importação, livres de maiores impostos.

Para Natal, evidentemente, pelo seu contexto na região nordestina, o estabelecimento de uma

zona franca — que se caracteriza pela maior abrangência — traria dificuldades. Afinal de contas não se justificaria o privilégio dentro da região. Mas, já a instalação de um porto livre — «duty-free» — seria justificável.

A concepção atual de um porto livre é de uma área reservada e controlada pelo Governo, onde determinados produtos, importados ou não, podem ser adquiridos livres de taxas ou impostos. Geralmente são determinados os limites das compras, bem como definidos os tipos de mercadorias expostas à venda. Por exemplo, em Manaus, o Governo brasileiro não permite a comercialização de bebidas, cigarros e perfumes importados.

As vantagens para Natal seriam evidentemente um grande afluxo de turistas nacionais que passariam a ter no Brasil novo centro de compras de determinados artigos importados. Assim o pólo turístico teria sua rede hoteleira e de serviços, com plena utilização os 12 meses do ano.

No Brasil, além de Manaus, o Governo recentemente concedeu autorização para abertura de lojas «duty-free», no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro. Evidentemente que mais um pólo, agora no Nordeste, e especificamente em Natal, não iria deteriorar ainda mais o balanço de pagamento brasileiro. Poderia o assunto ser encarado até como a fórmula de permitir uma maior difusão do turismo interno.

Hoje a estratégia do porto livre se adota no mundo todo. Desde as grandes nações desenvolvidas (vide o Aeroporto Internacional de Schiphol, em Amsterdam, na Holanda), aos pequenos países do Caribe (Curaçao, República Dominicana, etc.). Inclusive, para o Caribe, o porto livre foi uma das alternativas complementares para aprofundamento do turismo local baseado na natureza.

O próprio contexto urbano da cidade de Natal se apresenta favorável ao porto livre. O bairro da Ribeira, atualmente passando por uma fase de transição, prestar-se-ia, nitidamente, para a micro-localização. Há o próprio porto, tradição comercial, belezas naturais pela proximidade com o mar e o Rio Potengi, e facilidade do inevitável controle alfandegário que se faz necessário. Acrescente-se também toda a potencialidade do Aeroporto Internacional Augusto Severo, inclusive agora sendo dotado de nova estação de passageiros e terminal de cargas aéreas.

DESENVOLVER NATAL

Aqui ficam nossas idéias, merecedoras ainda de um maior aprofundamento e estudo. Mas, tratem antes de tudo, novas opções ao desenvolvimento de Natal.

Esperamos que **turismo & porto-livre** constituam novos caminhos para melhores dias para a nossa terra e a nossa gente.



ESTADO ECONÔMICO COM FINS SOCIAIS

ASCARELLI observou, com propriedade, que a "perfeição técnica de um instituto jurídico decorre da facilidade com a qual permite, com um mínimo de inconvenientes, alcançar um máximo de resultados, medindo-se a sua importância pelos efeitos jurídicos obtidos confrontados com o custo social".

O limiar dos anos 30 trouxe consigo os primeiros lineamentos do Estado econômico com fins sociais, impondo reformulações progressivas e contínuas nos institutos jurídicos. Isto porque, LIONEL ROBBINS revoluciona as teorias em torno do objeto da economia, trazendo à colação o conceito de que essa dinâmica manipula, basicamente, os princípios que determinam a distribuição dos recursos escassos, opondo-se à concepção tradicional de que a "economia se ocupava da parte material da atividade humana". KEYNES, considerado o maior economista da sua geração, consolidou as tendências econômicas modernas, quando conduziu a análise econômica "para o estudo dos meios capazes de racionalmente prevenir, minimizar e combater as crises e depressões do sistema capitalista de produção".

As proposições de ROBBINS e KEYNES influíram decisivamente na política econômica norte-americana, quando da implantação do programa **New Deal**. Tais fatos, aliados ao pós-guerra, motivaram o nascimento do Estado Econômico com fins sociais, sobretudo pelo desbaratamento do colonialismo político e a preocupação dos países desenvolvidos de conquista de novos espaços econômicos, sem recorrer à guerra.

O Direito Econômico assume, portanto, papel de fundamental importância, por tratar-se de conjunto sistemático de princípios e regras, aplicáveis à produção, partilha do trabalho, consumo e realização efetiva de determinada política econômica. O Estado, antes com características guerreiras e políticas, passa a ser predominante econômico, originando alterações constitucionais profundas, visto que a celeridade do processo de mudança impunha a evolução, igualmente rápida, do direito, valendo aqui lembrar a magistral lição do PROFESSOR PONTES DE MIRANDA, quando afirma que:

"Todo programa de solução do problema social mediante leis ordinárias, ou leis de direito privado, nenhuma probabilidade pode ter de êxito. Só no terreno do direito público, do direito constitucional, é que poderá apresentar-se em termos hábeis. Só assim é possível direito que seja ao mesmo tempo do Estado democrático-liberal e das forças econômicas. Qualquer outro ensaio representaria o intento de submeter as forças econômicas à disciplina jurídica prepotente, heterogênea, despótica, heteronômica. Seria a contraposição, o antagonismo; numa só palavra: luta. Volver-se-ia, portanto, ao ponto de partida" (in **COMENTÁRIOS A CONSTITUIÇÃO DE 1967 COM A EMENDA N° 01 DE 1969, Tomo VI, página 04**).

As adaptações do ordenamento legal ao Estado Econômico contemporâneo, em processamento contínuo, visam o que advertiu ASCARELLI, ou seja, a maximização dos resultados e baixos custos sociais.

JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

BENS RESERVADOS

* Bens adquiridos por mulher comerciante, em seu nome, com o produto do seu trabalho, são bens reservados, excluídos da comunhão (TJSP, nos EI 264.640 — RJTJSP — vol. 51).

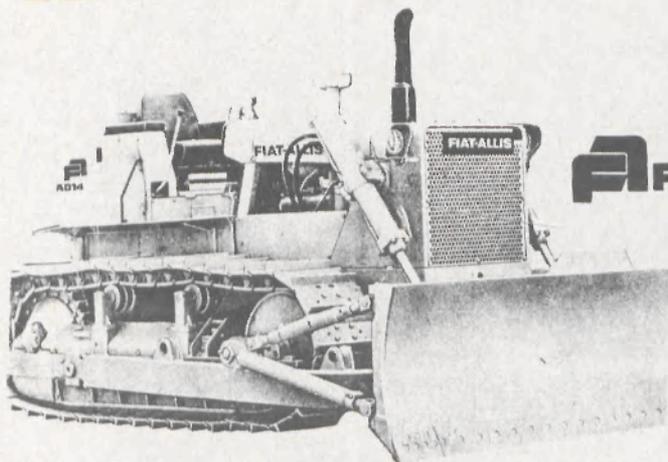
COMPETÊNCIA

* A Justiça do Trabalho é competente para julgar dissídio coletivo suscitado contra sociedade de economia mista (STF-RE 87.698-SE).

CORREÇÃO MONETÁRIA

* Correção monetária. Sua não incidência em se tratando de dívida de dinheiro, por desatender ao princípio da reserva legal. (RE n° 86.108 — RJ — STF).

A TURMA DA PESADA



FIAT-ALLIS



**PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ES-
TEIRA "FIAT-ALLIS"**

TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



**(DRESSER)
Galion**

**GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS**



VALMET

Empilhadeira Valmet 3000E



HWB

MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



VALMET

**TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"**

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTONIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN

RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.

Você tem uma idéia totalmente errada sobre economia no transporte urbano de carga.



A verdadeira economia de um veículo comercial não se limita ao tanque de gasolina.

Para operar com lucro no tráfego intenso e congestionado dos grandes centros, um veículo, antes de tudo, não deve carregar peso morto.

A Linha Kombi apresenta a melhor relação peso/carga dentro da faixa



dos comerciais leves: transporta cerca de 1 quilo de carga útil para cada quilo de peso próprio, enquanto que os concorrentes só conseguem carregar meio quilo de carga para cada quilo de peso próprio. Isso significa que a Linha Kombi tem aproveitamento integral da sua capacidade em cada viagem.



Os detalhes de construção de todas as versões da Linha Kombi, especialmente a posição da cabina, permitem maior aproveitamento do compartimento de carga, possibilitando uma distribuição homogênea do peso sobre os eixos. Nenhum outro veículo da sua categoria transporta 1 tonelada de carga útil.



Grças ao seu tamanho compacto, cada veículo Kombi permite manobras rápidas em pátios de carga e descarga, estacionamento em pequenas vagas e facilidade de circulação no tráfego urbano.

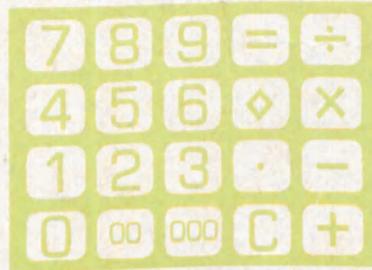
Em percursos diários entre 100 e 300 km, a Linha Kombi representa a melhor opção para entregas a domicílio ou reposição de estoques de seus Clientes.

Os modelos Kombi podem



transportar 12 fogões de 4 bocas, 24 aparelhos de TV a cores de 20", 10 máquinas de lavar para 6 kg, 8 geladeiras com freezer, 800 litros de leite, 600 frangos de 1 1/2 kg, 180 perus de 5 kg, 1.600 queijos de 1/2 kg, 25.000 maços de cigarros, 18.000 ovos, 5.500 picolés, etc., etc...

A versatilidade da Linha Kombi oferece sempre o modelo mais adequado para cada uso e cada necessidade.



Agora, faça os cálculos. Menor preço de compra entre os veículos de sua classe. Mecânica VW. Baixo consumo e manutenção simples. Durabilidade. Menor depreciação.

Soma tudo isso e você comprovará que a Linha Kombi tem o menor custo operacional no transporte urbano de carga.



A marca que conhece o nosso chão.

Garanta o combustível de amanhã. Respeite os 80.



REVENDEDORES
AUTORIZADOS

MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140
Rua Presidente Sarmiento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212